



Documentos emanados da

# Cúpula Ibero-Americana

de Chefes de Estado e de Governo

e Declarações e  
Conclusões da XXV  
Conferência  
Ibero-Americana e  
de Outras Reuniões  
Ibero-Americanas

2015  
2016



**© Secretaria-Geral Ibero-Americana**

Paseo de Recoletos, 8  
28001 Madrid

Copyright SEGIB  
Janeiro 2017

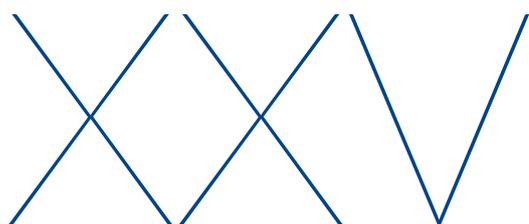
**Editor:**

Bernardo Ribeiro da Cunha  
Diretor de Planeamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Adjunta  
SEGIB

**Imagens da publicação:**

Ministério de Relações Exteriores da Colômbia

**Depósito legal:** M-2079-2017



Documentos emanados da

# Cúpula Ibero-Americana

de Chefes de Estado e de Governo

e Declarações e  
Conclusões da XXV  
Conferência  
Ibero-Americana e  
de Outras Reuniões  
Ibero-Americanas

2015

2016



# Índice



Preâmbulo	7
• Palavras da Secretária-Geral Ibero-Americana, Rebeca Grynspan	8
I. XXV CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO	10
<b>1. Discursos de Inauguração</b>	12
1.1. Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos	13
1.2. Secretária-Geral Ibero-Americana, Rebeca Grynspan	16
<b>2. Discurso do Convidado Especial</b>	20
2.1. António Guterres, Secretário-Geral designado da ONU	21
<b>3. Documentos Emanados da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo</b>	23
3.1. Declaração de Cartagena das Índias	24
3.2. Programa de Ação da XXV Cúpula Ibero-Americana	30
3.3. Resolução de Cartagena das Índias sobre a Conferência Ibero-Americana	37
3.4. Pacto Ibero-Americano de Juventude	39
3.5. Comunicados Especiais	42
1. <i>Comunicado Especial sobre a questão das Ilhas Malvinas</i>	43
2. <i>Comunicado Especial sobre o centenário do poeta Rubén Darío</i>	44
3. <i>Comunicado Especial sobre a cooperação entre autoridades competentes em matéria de segurança cibernética</i>	45
4. <i>Comunicado Especial sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo Governo dos Estados Unidos da América a Cuba, incluindo a aplicação da chamada Lei Helms-Burton</i>	46
5. <i>Comunicado Especial sobre empresas e direitos humanos</i>	48
6. <i>Comunicado Especial sobre o quarto centenário da morte de Miguel de Cervantes</i>	49
7. <i>Comunicado Especial sobre o quarto centenário da morte de Inca Garcilaso de la Vega</i>	50
8. <i>Comunicado Especial sobre a visão renovada da cooperação internacional no quadro da Agenda 2030 para garantir a promoção de um sistema de cooperação integral e sem exclusões e o direito ao desenvolvimento dos países ibero-americanos</i>	51
9. <i>Comunicado Especial sobre o direito humano à água potável e ao saneamento</i>	53
10. <i>Comunicado Especial sobre a questão de Gibraltar</i>	54
11. <i>Comunicado Especial sobre La Rábida</i>	55
12. <i>Comunicado Especial sobre o fortalecimento do Estado de Direito e da Justiça</i>	56
13. <i>Comunicado Especial sobre a solidariedade com o Haiti e outros países afetados pela passagem do furacão Matthew</i>	57
14. <i>Comunicado Especial sobre os Diálogos de Paz na Colômbia</i>	58

II. DOCUMENTOS DA SECRETARIA PRO-TEMPORE	60
<b>1. Documento conceptual</b>	<b>62</b>
III. DECLARAÇÕES E CONCLUSÕES DA XXV CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA – REUNIÕES MINISTERIAIS	72
<b>1. Reunião de Ministros das Relações Exteriores</b>	<b>74</b>
<b>2. Reuniões Ministeriais Setoriais</b>	<b>78</b>
2.1. XIX Assembleia Plenária de Ministros da Justiça	79
2.2. IX Conferência Ibero-Americana de Ministros do Trabalho e da Segurança Social	84
2.3. XVIII Conferência de Ministros da Cultura	88
2.4. XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado	91
2.5. XV Reunião de Ministros da Saúde	94
2.6. XVIII Conferência de Ministros e Responsáveis de Juventude	98
2.7. XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação	105
2.8. II Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação	109
IV. FÓRUNS E ENCONTROS REALIZADOS NO ÂMBITO DA XXV CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	114
<b>1. VIII Fórum de Responsáveis do Ensino Superior</b>	<b>116</b>
<b>2. XI Encontro Cívico Ibero-Americano</b>	<b>119</b>
<b>3. V Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano</b>	<b>122</b>
<b>4. XI Encontro Empresarial Ibero-Americano</b>	<b>125</b>
<b>5. XXVII Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas</b>	<b>132</b>
<b>6. Fórum de Governos Locais</b>	<b>137</b>
V. FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA	142
<b>1. Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana PACCI 2015-2018</b>	<b>144</b>
<b>2. Manual Operacional dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos da Cooperação Ibero-Americana</b>	<b>145</b>
<b>3. Processo de Planificação da Cooperação Ibero-Americana e Diretrizes para a elaboração do Programa Operacional Anual 2017</b>	<b>146</b>



# Preâmbulo

## Palavras da Secretária-Geral Ibero-Americana, Rebeca Grynspan

A XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizou-se em Cartagena das Índias, Colômbia, nos dias 28 e 29 de outubro de 2016. O êxito desta Cúpula não teria sido possível sem a liderança, o compromisso e o incansável esforço da Presidência da República da Colômbia, do Ministério das Relações Exteriores colombiano e da Secretaria Pro-Tempore. Para a Secretária-Geral Ibero-Americana (SEGIB), trabalhar ao lado do governo colombiano na organização desta Cúpula foi um verdadeiro privilégio.

Agradecemos mais uma vez ao Presidente Juan Manuel Santos, à Ministra de Relações Exteriores María Ángela Holguín, bem como a toda a sua equipa, pelo trabalho efetuado. Esta foi a primeira Cúpula realizada com o novo carácter bienal, o que representou um intenso processo de preparação através de múltiplas atividades, reuniões setoriais e fóruns ao longo dos dois últimos anos. Agradecemos também aos 22 países que integram a Conferência Ibero-Americana pelo seu compromisso inexcedível, demonstrado através da intensa participação em todas as atividades durante este período. Finalmente, agradecemos aos organismos ibero-americanos, que atuaram em estreita coordenação com a SEGIB nas suas diferentes áreas de competência.

Dois fatores coincidiram para dotar a Cúpula de Cartagena de um carácter excepcional: o 25º Aniversário das Cúpulas Ibero-Americanas, e o histórico processo de paz na Colômbia, pano de fundo do encontro e de todas as conferências, fóruns e reuniões prévias e paralelas.

No seguimento de uma trajetória de um quarto de século, as Cúpulas Ibero-Americanas confirmam-se como um inestimável espaço de diálogo e concertação política, um espaço que permite gerar confiança, potenciar as coincidências, e procurar acordos nos temas que mais interessam aos nossos governos e à nossa cidadania. Todos os países ibero-americanos estiveram presentes na Cúpula de Cartagena e participaram ativamente no debate. Além disso, ficámos muito satisfeitos por poder contar com a presença dos observadores consultivos e associados da Conferência Ibero-Americana, e de outros convidados especiais. Em particular, honrou-nos a presença do Secretário-Geral designado da Organização das Nações Unidas, António Guterres, na sua primeira participação internacional após a designação.

Um êxito que merece ser mencionado é a disciplina e o compromisso dos governos da região ao manter a perspetiva em torno do tema da Cúpula, “Juventude, Empreendedorismo e Educação”. Como já dissemos muitas vezes, a Ibero-América tem hoje a geração jovem mais numerosa, mais educada e mais exigente da sua história, uma geração capaz de transformar a região a partir do talento, do conhecimento e da inovação. Todas as atividades prévias e paralelas da Cúpula abordaram este desafio a partir das suas respetivas esferas: da saúde à empresa e da cultura à ciência e tecnologia, recebemos incalculáveis contribuições para adotar uma agenda regional coerente, que ajuda a orientar as nossas ações para o empoderamento e criação de oportunidades para os nossos jovens.

As Cúpulas Ibero-Americanas são o culminar de um processo de dois anos. Nelas se apresentam os resultados da implementação dos mandatos recebidos nas Cúpulas anteriores e se traça o roteiro para os anos seguintes. Nesta ocasião, agradou-nos poder informar sobre os progressos da implementação dos mandatos da Cúpula de Veracruz, incluindo a conclusão do processo de renovação do carácter institucional ibero-americano, bem como a implementação de iniciativas de cooperação de grande alcance, como o lançamento do Canal Ibero-Americano, a criação do Campus Ibero-América, e a consolidação dos laboratórios de inovação cidadã promovidos pela SEGIB.

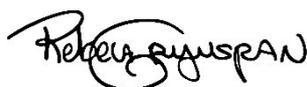
Nesta publicação, incluem-se os documentos procedentes da XXV Cúpula Ibero-Americana, que a partir de agora integram os mandatos que regem o nosso trabalho institucional: a Declaração, o Programa de Ação e a Resolução de Cartagena, bem como o Pacto Ibero-Americano de Juventude. Também se incluem os 14 Comunicados Especiais que os governos aprovaram sobre diversos temas de importância regional, entre os quais se destaca o apoio unânime da região ao processo de paz na Colômbia, na sequência de um texto apresentado pelo México.

Em acréscimo, apresentam-se também os documentos provenientes das Conferências Ministeriais e das restantes reuniões preparatórias realizadas no quadro da Conferência Ibero-Americana, bem como de outros encontros ibero-americanos em diferentes áreas temáticas.

Finalmente, inclui-se um resumo dos principais documentos aprovados no âmbito da Cooperação Ibero-Americana: o Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana PACCI 2015-2018; o Manual Operacional dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos da Cooperação Ibero-Americana; e um documento sobre a planificação e diretrizes para a elaboração do Programa Operacional Anual 2017.

Todos estes documentos transmitem a visão de uma Ibero-América consciente dos desafios do futuro e disposta a enfrentá-los como uma região unida na diversidade. Uma Ibero-América que aposta na educação, na cultura e na inovação, na ciência e na tecnologia, aproveitando o talento jovem e criando reais oportunidades de mobilidade social.

Essa é a região que estamos a construir e a direção em que avançaremos nos próximos dois anos, rumo à XXVI Cúpula Ibero-Americana na cidade de Antígua, Guatemala, no ano 2018.



**Rebeca Grynszpan**  
Secretária-Geral Ibero-Americana



XXV  CUMBRE IBEROAMERICANA  
CARTAGENA - COLOMBIA  
Octubre 28 y 29 de 2016

*"Juventud, Emprendimiento y Educación"*

XXV  CUMBRE IBEROAMERICANA  
CARTAGENA - COLOMBIA  
Octubre 28 y 29 de 2016

*"Juventud, Emprendimiento y Educación"*

# I. XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo



CUMBRE IBEROAMERICANA  
CARTAGENA - COLOMBIA  
28 y 29 de 2016

"Juventud, Emprendimiento y Educación"

XXV  
CUMBRE IBEROAMERICANA  
CARTAGENA - COLOMBIA  
Octubre 28 y 29 de 2016

"Juventud, Emprendimiento y Educación"

1.

# Discursos de Inauguração



## 1.1.

# Juan Manuel Santos Presidente da Colômbia

Cartagena das Índias, Colômbia, 29 de outubro de 2016

Muito bom dia a todos. Cartagena, na Colômbia, recebe com os braços abertos e o coração comovido os Chefes de Estado e de Governo das nações da Ibero-América nesta 25ª Cúpula Ibero-Americana. Chegam todos - majestade, senhoras e senhores presidentes, chefes de governo, vice-presidentes, senhora secretária-geral ibero-americana, senhor secretário-geral eleito das Nações Unidas, senhores ministros das relações exteriores, representantes de organismos internacionais, chefes de delegação - a um país que trabalha por um futuro melhor, que acredita na democracia e nas instituições republicanas e que se aferra à esperança de paz.

A nossa muito cara secretária-geral ibero-americana, Rebeca Grynspan, disse há uns dias que teria querido que esta Cúpula se chamasse *da paz*, mas que talvez agora a devamos chamar *pela paz*. Eu diria, prezada Rebeca, que esta Cúpula, que se reúne num momento crucial da história da Colômbia, é uma *Cúpula pela paz*, mas é também, ou seja, não deixou de ser, a *Cúpula da paz*. E por que digo isto? Porque o Acordo de Cartagena, que aqui assinámos no dia 26 de setembro, com a presença de vários dos que aqui estão presentes, é e continuará a ser a base de uma transformação sem precedentes na nossa história. Com os ajustes e os esclarecimentos que iremos fazer muito brevemente, vamos conseguir que um conflito que dura há 52 anos e causou mais de 250.000 mortos e 8 milhões de vítimas e deslocados, chegue ao fim. Reafirmo-o hoje neste cenário inigualável, perante os povos da Ibero-América: a paz na Colômbia será uma realidade.

E permitam-me que lhes narre com brevidade o que aconteceu depois do plebiscito: reconheci os resultados logo que foram anunciados, apesar de tão estreita margem, e convoquei de imediato um diálogo nacional pela união e a reconciliação em torno da paz. A minha intenção era, e é, transformar este resultado surpreendente numa grande oportunidade. Trabalhámos dia e noite sem descanso para prosseguir um diálogo inclusivo com todos os setores da sociedade: os que promoveram o não, os que apoiaram o sim, e os que não votaram. Esse diálogo foi construtivo e proveitoso: as centenas de propostas de ajustes e precisões foram cuidadosamente estudadas para serem incorporadas na maior medida possível e alcançar um novo acordo que nos una e permita a todos os colombianos colher os frutos da paz.

Hoje mesmo, neste preciso momento, estão novamente reunidos em Bogotá o ex-presidente Uribe e delegados do seu partido com os negociadores do governo. Para essa reunião, pedi especificamente que viessem, de Havana, o chefe negociador Humberto de la Calle e o comissário para a paz Sergio Jaramillo, e dei-lhes instruções para que não abandonassem a mesa de negociações até tratarem todos os pontos. Creio interpretar toda a Ibero-América aqui presente e também a Europa, como o expressou Federica Mogherini há três dias na República Dominicana, e também os Estados Unidos, conforme me manifestou ontem mesmo o delegado especial do presidente Obama, quando fazem ou fazemos votos para que se alcance já um novo acordo. Da nossa parte estamos totalmente disponíveis.

Há um provérbio que muitos certamente conhecem: “Não há mal que por bem não venha”. Os chineses dizem que todas as crises oferecem oportunidades. É essa a atitude com que estamos a agir para conseguir uma paz mais estável, mais abrangente e mais profunda. E temos de o fazer depressa, porque o tempo conspira contra o processo. O cessar-fogo acordado é muito frágil. Não vamos defraudar a esperança dos colombianos, nem a da comunidade internacional que nos acompanhou com tanta generosidade.

E quem mais nos pode inspirar para não claudicar no esforço que os nossos jovens, cuja realidade problemática e cujas oportunidades escolhemos para tema desta Cúpula. São os jovens, sobretudo os jovens, os que todos os dias enchem as ruas e as praças, escrevem em fóruns e cartazes, fazem declarações e manifestações artísticas exigindo o direito a viver em paz. Essa é a representação do que queremos nesta Cúpula: que os jovens da Ibero-América, que se calcula serem cerca de 160 milhões entre os 15 e os 29 anos, assumam as rédeas do seu destino e se sintam acompanhados pelo Estado e pelos governos na sua procura de realização e felicidade.

Queremos jovens com acesso a estudos, e não a quaisquer estudos, mas a uma educação de qualidade que lhes abra as portas do mercado de trabalho. Queremos jovens que possam encontrar empregos dignos e também jovens empreendedores, empresários e inovadores que liderem a nave do futuro. Na Colômbia, houve uma evolução nesta área que, com gosto, partilharemos convosco, querendo também conhecer as vossas experiências positivas, desafios e propostas. Em matéria de educação, por exemplo, estou convencido de que esse é o maior fator de transformação de uma sociedade e o que mais pode estimular a mobilidade social. Um país onde as crianças e jovens não tenham um acesso igualitário à educação está condenado à iniquidade e a perpetuar a armadilha da pobreza.

Estamos a avançar em várias frentes, desde uma estratégia integral para atender as mães em gestação e as crianças na primeira infância, passando por um programa em que os melhores professores primários formam os seus pares para melhorar a qualidade da educação nas escolas, até iniciativas para que os mais novos tenham acesso a um ensino superior de qualidade. Além disso, estamos a trabalhar no mais ambicioso programa de construção de salas e de escolas e infraestruturas escolares de toda a nossa história.

Há um programa intitulado “Ser Pilo Paga” - porque na Colômbia chamamos aos alunos mais aplicados e talentosos “pilos” - que está a revolucionar o acesso à universidade. Com ele, os alunos do ensino secundário de famílias de baixos recursos que obtenham os melhores resultados nos exames académicos podem aceder de forma totalmente gratuita às melhores universidades do país para frequentarem o curso que preferiram. Já temos 30.000 jovens “pilos” beneficiários, e todos os anos teremos mais 10.000. E que conseguimos com isto? Que os alunos do ensino secundário, com a ajuda dos seus professores e pais, cada vez se esforcem mais por estudar e conseguir as bolsas, o que se refletiu num aumento significativo das médias dos exames académicos. Ou seja, cada vez há mais “pilos”, porque as oportunidades valorizam o esforço e incrementam a qualidade.

E se educarmos melhor, se educarmos além disso com pertinência, pensando nas necessidades das empresas e no que dita a procura profissional, haverá mais possibilidades de criar emprego juvenil digno. Desde que iniciei o meu governo em 2010, promovemos uma lei, a que chamamos “Primeiro Emprego”, para conceder incentivos às empresas que contratem jovens, e evitar assim o paradoxo de que não os empregam porque não têm experiência, mas ao mesmo tempo não lhes dão a oportunidade de a ter. Este ano, promulguei uma lei chamada “Pró Jovem”, que elimina algumas das barreiras à contratação dos jovens, como por exemplo, a exigência de apresentar a caderneta militar como requisito para a

contratação (outro dos benefícios da paz). Com iniciativas como estas, diminuimos o desemprego dos jovens em mais de 5 pontos percentuais, mas sabemos, estamos muito cientes, de que há ainda muito, muitíssimo mais a fazer.

E finalmente, o empreendedorismo. Uma grande parte dos nossos jovens quer criar uma empresa; erguer as suas próprias iniciativas, mais do que ser empregados. E isso está certo. É um símbolo de progresso. O nosso dever é facilitar estas oportunidades e apoiá-las, porque o empreendedorismo juvenil, num mundo que vive na sociedade da informação e da tecnologia, é o que está a mudar a nossa forma de vida. Na Colômbia temos atualmente em curso várias iniciativas. Uma delas denomina-se “Impulsiona Colômbia”, através da qual concedemos capital a jovens inovadores para que assumam riscos e empreendam os seus projetos. E com a recente Lei “Pró Jovem”, que já mencionei, criámos um fundo para promover o empreendedorismo juvenil e estabeleceram-se estímulos e extensões às empresas criadas pelos jovens.

Estes são apenas alguns exemplos. Estou certo de que, em cada um dos nossos países, há progressos semelhantes, pois estamos a tomar consciência de que apoiar a educação, o emprego e o empreendedorismo da juventude é uma fórmula com um resultado duplo: de desenvolvimento e de inclusão social. E é bom saber que desta Cúpula irá sair um documento que definirá o nosso roteiro: o Pacto Ibero-Americano de Juventude, que foi trabalhado em conjunto com os próprios jovens dos nossos países e que nos permitirá articular-nos e cooperar melhor através de ações concretas para que a região ibero-americana atenda aos seus jovens e cumpra o seu futuro.

Caros amigos, ao inaugurar esta 25ª Cúpula Ibero-Americana reafirmo a disponibilidade da Colômbia, como anfitriã, para que esta reunião se traduza em resultados benéficos para os nossos povos. Permitam-me terminar com as palavras de um poeta colombiano do século passado, que percorreu a América e morreu no México, Porfirio Barba Jacob, para que nos inspirem neste encontro. Dizia o grande poeta:

“O nosso ideal hispano-americano (hoje diria ibero-americano) é o de uma comunhão com o destino continental para o esforço profundo e puro da vida, o de uma dilatação augusta do espírito, o de um ritmo humano novo, o de um novo coro da mais profunda tonalidade que tenha ecoado na história”.

Muito obrigado.

## 1.2.

# Rebeca Grynspan Secretária-Geral Ibero-Americana

Cartagena das Índias, Colômbia, 29 de outubro de 2016

Senhor Juan Manuel Santos, Presidente da República da Colômbia;

Sua Majestade o Rei Felipe VI;

Chefes e Chefas de Estado e de Governo da Ibero-América;

António Guterres, Secretário-Geral designado das Nações Unidas, com o agradecimento por ser este o primeiro encontro internacional que assiste em suas novas capacidades, ainda que não sua primeira Cúpula Ibero-Americana. Bem-vindo de novo, querido amigo!

Senhores Ministros de Relações Exteriores, distintos convidados e convidadas:

Permita-me iniciar, Presidente Santos, felicitando-o por ter sido distinguido com o Prêmio Nobel da Paz, um muito justo reconhecimento à sua liderança, entrega e compromisso neste processo, mas também, como o senhor generosamente assinalou, um reconhecimento aos homens e mulheres vítimas deste conflito tão longo e tão doloroso.

A nossa presença neste recinto é um símbolo do apoio unânime da Ibero-América aos esforços para alcançar uma paz firme e permanente. Um formoso *vallenato* dedicado à paz, que escutei aqui em Cartagena por estes dias, diz: “eu já desarmeí minha alma de raivas e rancores”. Creio, Presidente, que na alma das pessoas, a guerra deixou de ser uma opção. Este é um passo decisivo em direção à paz. Confiamos que o diálogo lhes permita encontrar, em breve, o caminho para pôr fim ao conflito.

Nos últimos dois anos trabalhámos muito de perto com o governo da Colômbia na preparação desta Cúpula. Desejo agradecer à Chanceler Holguín e a toda sua equipe. Obrigada também às autoridades que nos receberam nas 25 conferências, reuniões e foros celebrados nestes dois anos, e que dão conta do trabalho realizado para chegar ao dia de hoje.

Obrigada especialmente à bela cidade de Cartagena, famosa por sua valentia, e hoje também por sua hospitalidade.

Esta é a primeira Cúpula bienal que celebramos. Por isso esta manhã gostaria de me referir, tanto aos progressos alcançados desde a Cúpula do México, como a oferecer uma perspectiva de futuro.

Recentemente, sua Majestade o Rei expressava o desejo de uma Espanha afastada do pessimismo e do desencanto. Esse é também o meu desejo para toda a Ibero-América. O derrotismo, o medo, só servem para nos paralisar.

Para avançar, é necessário ter esperança. Só podemos mudar a realidade se acreditarmos que a mudança é possível. Por isso é preciso acreditar no nosso valor e no nosso potencial como região. Deve ter-se, nas palavras de Carlos Fuentes, “a confiança da nossa contribuição para o mundo”.

Ao dizer tudo isto, não ignoro que temos uma grande tarefa pela frente. Não sou ingênua: sei que a nossa região e o mundo atravessam momentos desafiantes. Mas, precisamente por isso, devemos recordar que as decisões que tomamos são importantes, que a política é importante.

Há alguns dias chegou às minhas mãos um interessante artigo que se referia ao aparecimento do “poder suave” da Ibero-América, e ao lê-lo pensei que esse poder emana da aposta que fizemos pelo multilateralismo e pela paz.

Perante uma humanidade que mostra sinais preocupantes de fragmentação, não é uma conquista menor celebrar, no mesmo mês, a nomeação de um ibero-americano à frente das Nações Unidas, um Prêmio Nobel da Paz, e 25 anos de Cúpulas Ibero-Americanas.

Neste período construímos um espaço de diálogo político e de cooperação, um diálogo ininterrupto apesar das nossas diferenças e da nossa diversidade. Uma Cooperação Sul-Sul e Triangular que é referência mundial por ser pioneira, por ser solidária, e por ser horizontal.

Mas, paralelamente ao que os governos conseguiram, devemos destacar também o que as pessoas construíram, através dos idiomas comuns, das migrações, dos afetos, dos intercâmbios comerciais e de investimento, da colaboração entre organizações sociais, grêmios profissionais, grupos artísticos, governos locais, meios de comunicação e universidades.

Hoje temos uma Ibero-América mais Ibero-Americana, porque inclui mais pessoas, porque incorporou mais vozes no debate, novos atores políticos e sociais. Estamos as mulheres. Estão os jovens e estamos os não tão jovens. Está o afro-descendente e o indígena. Estão o ibérico e as diferentes culturas que deixaram a sua marca na nossa região. Todos somos Ibero-América e nessa pluralidade radica a nossa fortaleza.

Na Cúpula do México falei das mudanças no contexto global e regional, e também de como, nestes 25 anos, tínhamos passado de ser uma Cúpula a ser uma Conferência, e de ser uma Conferência a nos transformarmos, cada vez mais, numa comunidade de 22 países que exigem uma relação mais simétrica e horizontal. Essas mudanças exigiam uma renovação institucional. Esse foi o mandato que recebi de todos vós ao assumir funções.

Compraz-me dizer que temos hoje uma institucionalidade renovada.

Uma institucionalidade renovada que valoriza a nossa riqueza cultural através do Canal Ibero-Americano, a primeira emissora pública de televisão para toda a Ibero-América, com a participação de 18 países e um alcance de mais de 60 milhões de pessoas.

Uma Ibero-América que aposta na cultura, porque apostar na cultura é apostar numa melhor convivência cidadã. Como a senhora me disse, Presidenta Bachelet, a cultura trata de como nos relacionamos enquanto sociedade. Isso, precisamente, foi o que vimos ontem à noite com o Ibero-América Recital Colômbia. Estes são jovens que encontraram no hip-hop uma forma de se expressarem contra a violência e de estender pontes ao resto da sociedade.

Ao vê-los ensaiar, disseram-me que eles iam fazer história porque nunca antes o hip-hop se tinha apresentado perante um grupo de Presidentes!

Temos uma institucionalidade renovada que hoje abre espaços ao talento e à criatividade nos Laboratórios de Inovação Cidadã, e dá visibilidade a 4.500 iniciativas de inovação em 20 cidades. No próximo ano esperamos incorporar mais 40 cidades.

Há cerca de uma semana estive no encerramento do Laboratório de Inovação Cidadã aqui em Cartagena, em que participaram 120 voluntários de 15 países.

Ali tivemos, Presidente Correa, uma vítima do terremoto do Equador, Pablo Rafael Córdoba, que esteve enterrado por 48 horas sob os escombros e foi salvo! Pablo teve a força e a solidariedade de vir trabalhar com três jovens equatorianos, um argentino, uma mexicana e um salvadorenho, no desenvolvimento de uma aplicação para contribuir para os esforços de reconstrução.

No ano passado, tivemos um jovem brasileiro que desenvolveu uma aplicação para detetar, com a participação cidadã, os incubadores do mosquito que transmite a dengue, o zika e o chikungunya, contribuindo para a sua rápida e efetiva eliminação. A sua ideia, hoje em dia, foi adotada para toda a região pela Organização Pan-americana da Saúde.

Confirma-se, novamente, que o que está melhor distribuído no mundo é o talento. O que não estão bem distribuídas são as oportunidades.

Por isso apostamos no Campus Ibero-América, a iniciativa de mobilidade académica mais ambiciosa da história da região, à qual aderiram já mais de 600 entidades públicas e privadas de 18 países ibero-americanos, com o propósito de alcançar 200.000 bolsas para estudantes, professores e pesquisadores daqui até ao ano 2020. Ontem mesmo acordámos com instituições do Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e também com o Estado de Puebla.

Conseguimos estabelecer uma conversação mais dinâmica e propositiva com a juventude. Os jovens estão cansados de que se fale sobre eles. Esta Cúpula foi um esforço para falar com eles e para assumir compromissos concretos, contidos no Pacto Ibero-Americano de Juventude.

Um pacto que se enquadra num futuro em que a tecnologia mudará dramaticamente a nossas sociedades. Basta dizer que 60% dos empregos em que trabalharão aqueles que hoje se encontram no colégio ainda não foram criados, ou que mais de metade dos postos de trabalho atuais estarão automatizados ou serão obsoletos no ano 2030.

O cenário é complexo. Pode conduzir-nos a elevar as condições de vida de toda a população, ou pode, pelo contrário, aprofundar as divisões e as desigualdades. Qual o caminho a tomar depende de nós. Erradicar a pobreza extrema e reduzir as desigualdades está ao nosso alcance.

Digitalizar e diversificar nossas economias, competir a partir da inovação e do conhecimento, valorizando em sua justa dimensão os nossos recursos humanos e ambientais, está ao nosso alcance. Mas para isso devemos atuar rápido, permanecer unidos e recuperar a política com “P” maiúscula. Devemos ser capazes de não sucumbir à conjuntura para poder ver o horizonte. Recordemos que o curto e o longo prazo começam ao mesmo tempo.

Presidente Santos, Chefes e Chefas de Estado e de Governo:

Nesta Cúpula voltámos o olhar para os mais de 160 milhões de jovens que constituem a geração mais numerosa, mais educada e mais exigente de nossa história.

Ao mesmo tempo, sabemos que não devemos falar de juventude, mas antes de juventudes, porque muitos sofrem de exclusão, de pobreza, e têm dificuldades para empreender e incorporar-se num emprego formal.

Sabemos que não se trata só de lhes oferecer mais educação, mas também de melhor educação, uma educação de qualidade mundial, pertinente, que os prepare para o trabalho, mas também para a vida. Sabemos que desejam uma região em paz, inclusiva e sustentável, com governos transparentes, capazes de escutar e com espaços para participar.

Sabemos que desejam uma região mais integrada.

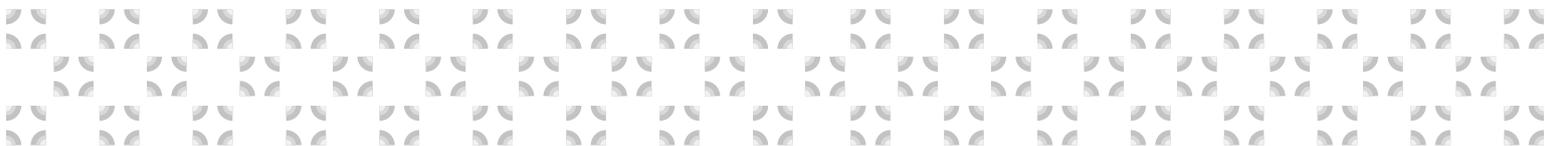
Desejo concluir com uma história real. A história de uma jovem que, como as Cúpulas Ibero-Americanas, tem 25 anos. Uma jovem que, como as Cúpulas, nasceu em Guadalajara, no ano de 1991. Seu nome é Yoalli Lamarre e foi a ganhadora do concurso que organizámos para dar um nome à Aliança pela Mobilidade Acadêmica. É também estudante, trabalhadora e mãe solteira. Ao ganhar o concurso, Yoalli escreveu nas suas redes: “tenho metas e penso consegui-las todas, ensinando assim ao meu filho que os obstáculos se vencem e que podemos conseguir aquilo que nos propomos com empenho e perseverança”.

Ela representa a razão que nos convoca aqui. A construção de uma Ibero-América onde seja possível alcançar as metas. Uma Ibero-América onde seja possível construir um sonho. Uma Ibero-América que consiga, em palavras de Gabo, “o prodígio político de viver, como iguais, nas diferenças”.

Muito obrigada.

2.

# Discurso do Convidado Especial



## 2.1.

# António Guterres Secretário-Geral designado para as Nações Unidas

Cartagena das Índias, Colômbia, 29 de outubro de 2016

Estimado Presidente Juan Manuel Santos, Majestade, Exmos. Chefes de Estado e de Governo, Excelências, Senhoras, Senhores, Amigas e Amigos.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer sinceramente ao Presidente Santos o convite e a generosidade do seu acolhimento e hospitalidade. Não só porque posso agora estar aqui com todos vós, mas sobretudo porque me permite expressar uma total solidariedade para com o povo colombiano num momento histórico de construção da paz.

Estimado Presidente Santos: durante anos, na ACNUR, tive a oportunidade de cooperar em estreita colaboração consigo e com o seu governo. E posso constatar que não só sou testemunha de um compromisso total para com a paz, mas também de um compromisso para com o reconhecimento dos direitos das vítimas, e da construção do mais avançado sistema institucional do mundo de proteção e apoio aos deslocados. Creio que o Prémio Nobel da Paz não é mais que o justo e necessário reconhecimento por parte da comunidade internacional desse admirável compromisso para com a paz e os direitos do seu povo.

Se me permitem, passo agora do português para o português.<sup>1</sup>

As esperanças fundadas de paz na Colômbia estão em contraste com a multiplicação de conflitos a que temos assistido nos últimos anos em todo o mundo, novos conflitos, ao mesmo tempo que os velhos conflitos do Afeganistão, da Somália, da República Democrática do Congo parecem não ter fim. E esses conflitos estão cada vez mais complexos, interligados, e pelo seu carácter assimétrico, ligados à nova ameaça global do terrorismo que pesa hoje sobre o conjunto da humanidade.

Quando eu era membro desta “Cumbre” Ibero-Americana, no final dos anos noventa, vivíamos num mundo unipolar. E o mundo unipolar, tal como o bipolar que o antecedeu, eram mundos que não tinham um sistema de *governance* multilateral, global, e muito menos um sistema de *governance* democrático, mas eram mundos em que as relações de poder eram claras, o que criava um certo número de regras na forma como os conflitos se desenrolavam.

Hoje não temos um mundo unipolar, não temos um mundo bipolar, mas também ainda não temos um mundo multipolar organizado com fortes instituições multilaterais. Temos um mundo, de alguma forma, caótico. E eu por vezes pergunto-me se este mundo caótico é a transição necessária para a tal multipolaridade organizada, que creio que todos nós desejamos, ou se é apenas a nova forma de a comunidade internacional se organizar.

E creio que é nosso objetivo que assim não seja. É nosso objetivo que, de facto, este período

caótico em que as relações de poder não são claras, em que a imprevisibilidade e a impunidade têm proliferado, seja apenas um momento de transição para uma multipolaridade organizada que possa contribuir para o fortalecimento das instituições multilaterais. Mas, para que isso aconteça, creio que o espaço ibero-americano é um pilar essencial. Porque é hoje, essencialmente, um espaço de paz, um espaço de afirmação democrática e dos direitos humanos e um espaço de tolerância na vivência da multiculturalidade.

Sabemos que a paz ainda não está inteiramente alcançada em todo o espaço, mas caminhamos claramente para ela. E isso contrasta com a situação em que infelizmente se encontram África, o Médio Oriente, o Sudeste asiático, a própria Europa. Por outro lado, a verdade é que, no espaço ibero-americano, depois de muitos anos de ditaduras, a democracia triunfou e os direitos humanos se têm afirmado de forma extremamente pujante.

Poderá haver aqui ou ali problemas por resolver, mas a direção, a linha, é muito clara. Ora hoje existe na vida internacional uma situação difícil para a agenda dos direitos humanos, que por vezes aparece em confronto com a agenda da soberania nacional. Eu penso que as duas agendas deveriam ser complementares. Mas hoje, de alguma forma, são, em largas áreas do mundo, opostas. E, se é verdade que as agendas da soberania servem apenas, muitas vezes, para ocultar reais violações de direitos, também é verdade que a comunidade internacional tem tido às vezes dois pesos e duas medidas na forma como encara a questão dos direitos humanos. E que a agenda dos direitos humanos também tem algumas vezes servido outras agendas escondidas, o que de alguma forma tem retirado credibilidade a muitas das intervenções em favor dos direitos humanos.

Ora, o espaço ibero-americano é um espaço em que os direitos humanos valem por si. E em que há, aliás, um equilíbrio claro na afirmação, quer dos direitos civis e políticos, quer dos direitos económicos e sociais. E, cada vez mais, quer dos direitos individuais como também dos direitos comunitários, nomeadamente das comunidades indígenas.

E, por isso mesmo, creio que o espaço ibero-americano pode ser o centro de uma nova aliança à escala global para que os direitos humanos possam encontrar um novo impulso de afirmação em favor das populações de todos os continentes.

E, finalmente, um espaço de tolerância na vivência da multiculturalidade. Quando nós vemos em tantos países, nomeadamente do continente europeu, partidos políticos com êxito graças a um populismo xenófobo, à negação dos direitos dos imigrantes e dos refugiados, a um discurso quase de ódio ao estrangeiro e a tudo o que é diferente. Quando nós assistimos aos debates eleitorais em várias partes do mundo, e quando sentimos quantas e quantas pessoas, fugindo de conflitos dramáticos como no caso da Síria, têm dificuldade hoje em cruzar fronteiras porque elas tendem a fechar-se, e o respeito pela diferença tende a diluir-se, infelizmente, a verdade é que o espaço ibero-americano é um espaço de incontestável tolerância.

Em nenhum dos nossos países um partido populista e xenófobo teve êxito. Poderá haver aqui ou ali alguns toques de populismo... Isso, digamos, faz parte da vida. Mas não do populismo xenófobo a que temos assistido em diversas outras partes do mundo. E por isso, num momento em que é essencial uma batalha de valores, creio que o espaço ibero-americano está particularmente bem colocado nessa batalha de valores, em defesa dos valores verdadeiramente universais, que são afinal os valores consagrados na carta das Nações Unidas.

Muito obrigado.

3.

Documentos  
emanados da XXV  
Cúpula  
Ibero-Americana de  
Chefes de Estado e de  
Governo



## 3.1.

# Declaração de Cartagena das Índias “Juventude, Empreendedorismo e Educação”

Cartagena das Índias, Colômbia, 29 de outubro de 2016

Nós, as Chefas os Chefes de Estado e de Governo dos vinte e dois países ibero-americanos, reunidos na cidade de Cartagena das Índias nos dias 28 e 29 de outubro para dialogar e contribuir para o desenvolvimento de ações concretas sobre os temas: “Juventude, Empreendedorismo e Educação”.

Reafirmamos a importância do espaço ibero-americano para a promoção do diálogo, da concertação e da cooperação, para responder aos desafios de um mundo em transformação e promover os vínculos históricos, culturais, sociais e económicos entre os países ibero-americanos, com pleno respeito pela soberania dos Estados e pelo direito internacional, valorizando, tanto a diversidade dos seus povos, como os valores e princípios que dão sentido à nossa Comunidade;

Comemoramos a coincidência desta Cúpula com a comemoração do 25º aniversário da Conferência Ibero-Americana, reunida pela primeira vez na cidade de Guadalajara em julho de 1991, com o propósito de “tornar o conjunto das afinidades históricas e culturais que nos unem num instrumento de unidade e desenvolvimento, baseado no diálogo, na cooperação e na solidariedade”;

Tendo centrado os nossos trabalhos na juventude, empreendedorismo e educação, por considerar que nestes três eixos se encontram os principais desafios e oportunidades para o futuro da nossa região ibero-americana;

Convencidos da necessidade de criar melhores condições para garantir a participação plena e universal dos jovens nos acontecimentos económicos, políticos, sociais e culturais;

Conscientes dos importantes desafios que os países ibero-americanos enfrentam para promover o desenvolvimento económico e social, erradicar a pobreza, combater a desigualdade, alcançar o acesso universal a uma educação de qualidade a todos os níveis, criar oportunidades de trabalho, e fomentar o empreendedorismo, especialmente entre os jovens;

Decididos a trabalhar pela criação de oportunidades para os jovens e pela consolidação da sua identidade com a comunidade ibero-americana por meio de estratégias direcionadas para o fortalecimento de capacidades e competências, a sua mobilidade, incentivos ao empreendedorismo, e uma efetiva articulação entre as juventudes e o setor público, a academia e o setor empresarial;

Comprometidos com a construção de sociedades inclusivas, plurais e diversas que avancem na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável incluídos na Agenda 2030;

Reafirmando a plena vigência da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, expressamos o nosso compromisso em fomentar ações para promover a igualdade de género e o empoderamento da mulher

de forma transversal no espaço ibero-americano, como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo das nossas sociedades e como condição necessária para alcançar o pleno usufruto dos direitos humanos;

Convencidos de que a paz e a unidade da Ibero-América são pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento e a prosperidade dos nossos povos;

Reafirmando a nossa vontade de transformar padrões e modelos culturais presentes nas nossas sociedades, para que se possa reconhecer, a partir de uma perspectiva de capacidades e de desenvolvimento humano e como sujeitos de direitos que são, o potencial dos jovens como agentes estratégicos do desenvolvimento a partir de uma perspectiva de capacidades e de desenvolvimento humano e como sujeitos de direito que são, o potencial dos jovens como agentes estratégicos de desenvolvimento.

Reconhecemos também a extraordinária riqueza do nosso património cultural, que articula todas as nossas línguas, histórias, diversidades e identidades;

Reconhecemos que a Conferência Ibero-Americana é um cenário privilegiado para promover a cooperação para o desenvolvimento de políticas públicas que permitam enfrentar de forma conjunta os desafios comuns dos nossos países;

Reiteramos o nosso compromisso para com o fortalecimento da Conferência Ibero-Americana e o seu processo de renovação iniciado na Cúpula de Cádiz de 2012 e consolidado nas cúpulas da Cidade do Panamá (2013) e de Veracruz (2014), graças ao compromisso e à vontade dos países ibero-americanos, da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e dos Organismos Ibero-Americanos;

Saudamos os progressos no cumprimento dos mandatos contidos na Declaração de Veracruz e no seu Programa de Ação, e reiteramos o nosso compromisso de continuar a promover a sua implementação em benefício das sociedades ibero-americanas.

#### **ACORDAMOS:**

- 1.** Aprovar o Pacto Ibero-Americano de Juventude, como acordo político-institucional que permitirá formar uma aliança entre diversos setores e agentes com o fim de melhorar a articulação intersectorial e intergovernamental, orientar o investimento, e garantir o desenvolvimento integral e a proteção dos direitos das pessoas jovens.
- 2.** Reconhecer o papel do empreendedorismo como um dos eixos dinamizadores do crescimento económico, por meio da incorporação de atividades produtivas baseadas em conhecimentos novos, favorecendo sociedades mais inclusivas.
- 3.** Valorizar a participação dos empreendedores na sua contribuição para o desenvolvimento das sociedades, graças à sua capacidade de exercer uma influência substancial na transformação dos setores e nas atividades económicas onde operam, criando condições para a geração de emprego e prosperidade.
- 4.** Reconhecer a relevância dos jovens empreendedores, em particular em setores de inovação e novas tecnologias, para atribuir valor acrescentado às nossas economias e contribuir para a criação de

emprego qualificado.

**5.** Sublinhar a importância da educação ao longo da vida para a aquisição de competências específicas de desenvolvimento empreendedor, pessoal e profissional, fator vital para aproveitar com êxito as oportunidades oferecidas pelas nossas sociedades em permanente transformação.

**6.** Aproveitar as oportunidades que os espaços ibero-americano oferece e aprofundar os laços nas três áreas identificadas como prioritárias -Comércio e Investimento, Serviços, e Ciência e Tecnologia -mencionadas no Encontro Empresarial Ibero-Americano realizado em Buenos Aires, nos dias 25 e 26 de abril do corrente ano.

**7.** Promover o diálogo construtivo e as alianças, tanto entre entidades públicas, quanto entre entidades públicas e privadas, em particular entre universidades, polos tecnológicos, empresas e sociedade civil, para potenciar o crescimento económico e a integração regional através da incorporação dos jovens no mercado de trabalho.

**8.** Tomar nota dos compromissos assumidos pelo empresariado ibero-americano no Documento de Recomendações do XI Encontro Empresarial Ibero-Americano, em particular no que se refere a: promover ações que favoreçam a inserção profissional dos jovens mediante o acesso e a qualidade da formação técnica e profissional; adotar medidas que contribuam para desenvolver a transição dos jovens empresários da economia informal para a formal através do desenvolvimento de empreendedorismos inovadores; e fomentar o desenvolvimento do Ecossistema Digital como contribuição para a transformação do atual modelo produtivo para economias mais competitivas.

**9.** Destacar os progressos realizados na promoção da «Aliança para a Mobilidade Académica», de adesão voluntária e com a participação de todos os agentes, para fomentar a mobilidade de estudantes, professores e investigadores, evitando a ocorrência e mitigando o impacto negativo da fuga de cérebros.

**10.** Encarregar a SEGIB, a OEI e o CUIB, no âmbito do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, de fortalecerem as realizações alcançadas e de continuarem a avançar na consolidação da Aliança para a Mobilidade, do Sistema e da Plataforma para a Mobilidade Académica. Instar também à consolidação de mecanismos que favoreçam a mobilidade.

**11.** Apoiar o acordo sobre o reconhecimento de períodos de estudo e de diplomas do ensino superior na Ibero-América, que inclui a criação do sistema ibero-americano de garantia da qualidade do ensino superior, a implementação do registo ibero-americano de programas e instituições de ensino superior acreditadas e o desenvolvimento de um sistema de informação do ensino superior ibero-americano.

**12.** Destacar os progressos alcançados no estudo de viabilidade encomendado à SEGIB sobre um Acordo-Quadro Ibero-Americano, de participação voluntária, que permita fomentar a mobilidade de talentos, conforme o estabelecido no ponto 5 da Declaração de Veracruz. Pedir também à SEGIB que alargue as consultas no sentido de concluir o referido estudo e promover a formulação do eventual Acordo.

**13.** Incumbir a SEGIB de promover iniciativas sobre bilinguismo que contribuam para um melhor conhecimento recíproco do espanhol e do português, e que promovam a incorporação e a promoção

do ensino das duas línguas no espaço ibero-americano, favorecendo a mobilidade acadêmica na Ibero-América e a projeção internacional de ambas as línguas.

**14.** Reconhecer os progressos alcançados pelo Comitê de Direção Estratégica dos Organismos Ibero-Americanos (CODEI), e encarregar a SEGIB de continuar a fortalecer a coordenação estratégica nas suas três linhas de ação: planificação comum, aproveitamento dos recursos disponíveis, comunicação e visibilidade.

**15.** Saudar os esforços realizados para posicionar o compromisso da região para com a igualdade de género nos fóruns globais, bem como os progressos alcançados na estratégia para a incorporação da perspectiva de género no Sistema Ibero-Americano, e instar a SEGIB para que, no quadro do CODEI e em coordenação com os Organismos Ibero-Americanos, continue a adotar as medidas necessárias para a ampliar e aprofundar em todos os seus âmbitos de ação.

**16.** Reconhecer a consolidação e a reestruturação dos Escritórios Sub-Regionais da SEGIB na América Latina, que permitem a desconcentração institucional, o apoio aos mandatos emanados da Conferência e o acompanhamento dos programas e iniciativas de Cooperação Ibero-Americana. Agradecer ao Governo do Peru a próxima abertura do Escritório Sub-Regional em Lima.

**17.** Reconhecer o apoio do Governo da República do Panamá para a criação, na Cidade do Panamá, da Casa da Ibero-América como um esforço de integração estratégica dos organismos ibero-americanos para partilharem um espaço comum.

**18.** Encarregar a SEGIB da conceção de um mecanismo para sistematizar o acompanhamento dos mandatos emanados das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo.

**19.** Reconhecer os progressos realizados pelos Espaços Ibero-Americanos da Cultura e do Conhecimento na consolidação das suas estruturas institucionais e instruir a SEGIB e os Organismos Ibero-Americanos competentes para culminar este processo no Espaço Ibero-Americano da Coesão Social, dotando-o dos mecanismos de gestão e governação adequados, na sequência dos mandatos da Cúpula de Veracruz.

**20.** Destacar os progressos do processo de renovação da Cooperação Ibero-Americana, e reconhecer o esforço realizado para a aprovação do Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana 2015-2018 (PACCI), bem como a reformulação do Manual Operacional, resultado de um vasto processo de trabalho conjunto com os países membros, os Organismos Ibero-Americanos e os Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos e orientado para fortalecer a gestão e o impacto da Cooperação Ibero-Americana. Neste sentido, encarregar a SEGIB de incrementar os esforços para a consecução dos objetivos estabelecidos no PACCI para cada um dos Espaços da Cooperação.

**21.** Reconhecer a importância da Cooperação Sul-Sul e Triangular, nas suas diferentes formas, na região ibero-americana, destacando os progressos que os países realizaram no fortalecimento deste tipo de cooperação, bem como na contribuição da mesma para o cumprimento da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Reconhecemos o papel estratégico que os pilares de trabalho definidos no âmbito ibero-americano têm neste processo, entre outros, o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América e o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS).

- 22.** Aprovar o Programa de Ação que faz parte da presente Declaração.
- 23.** Elaborar e implementar políticas públicas integradas e coordenadas de educação, emprego, empreendedorismo, e formação para o trabalho, que permitam fortalecer as capacidades dos jovens de acordo com as exigências do mercado de trabalho de cada país de forma a poderem aceder a empregos decentes, e favorecer iniciativas de empreendedorismo.
- 24.** Promover políticas integrais e estratégias, por meio de incentivos e políticas ativas de emprego, que permitam eliminar barreiras de acesso ao mercado laboral formal, recorrendo a abordagens diferenciadas de gênero, etnia, e distribuição de rendimento; garantindo que estas iniciativas não prejudicam as condições profissionais e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras jovens, e permitem uma adequada cobertura da previdência social.
- 25.** Fomentar a criação de mecanismos de reconhecimento de estudos e formação na região para facilitar a mobilidade laboral dos jovens e reconhecer as suas qualificações, competências, e experiências profissionais.
- 26.** Acolher e promover o desenvolvimento da II Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho, dando continuidade à I Estratégia adotada pela XIX Cúpula Ibero-Americana, e encorajar os Estados a abordarem a planificação e implementação das suas próprias estratégias, onde se promova a melhoria contínua das condições de segurança e saúde no trabalho e se ofereçam respostas para o fenómeno da sinistralidade laboral e das doenças profissionais.
- 27.** Incrementar significativamente e de forma sustentada o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, como compromisso que permita enfrentar os principais desafios dos nossos países.
- 28.** Intensificar a cooperação ibero-americana em Ciência, Tecnologia e Inovação com o objetivo de complementar as capacidades em infraestruturas, equipamentos e recursos humanos, bem como fomentar a transferência e a circulação do conhecimento.
- 29.** Reconhecer a realização do terceiro Laboratório Ibero-Americano de Inovação Cidadã “LABICCO”, em Cartagena das Índias de 9 a 23 de outubro de 2016, no qual mais de 120 cidadãos da Ibero-América desenvolveram projetos inovadores bem-sucedidos, com o objetivo de melhorar a inclusão e a acessibilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade na Ibero-América.
- 30.** Fornecer conteúdos para o Canal de Televisão Via Satélite, “Sinal que nos une”, bem como contribuir para os mecanismos de participação social na produção de audiovisuais na região, e apoiar o desenvolvimento de coproduções regionais.
- 31.** Reconhecer os progressos da Agenda Digital Cultural para a Ibero-América, promovida pela SEGIB, que contribui transversalmente para a consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano, fomentando a sua inserção nas redes de informação existentes.
- 32.** Reconhecer a relevância da Carta Cultural Ibero-Americana, no X aniversário da sua adoção, dada a sua contribuição para o desenvolvimento das políticas públicas culturais que representaram um avanço na matéria, criando um modelo singular como contributo da Ibero-América para outras regiões. Nesse contexto, encarregar o Espaço Cultural Ibero-Americano (ECI) de promover a Agenda Ibero-Americana pela Diversidade Linguística.

**33.** Saudar o XXX Aniversário da Fundação do Novo Cinema Latino-Americano (FNCL), projeto promovido em Cuba pelo escritor colombiano Gabriel García Márquez, pela sua contribuição para o cinema e audiovisual regional; nesse contexto, reconhecer também a Escola Internacional de Cinema e Televisão de San Antonio de los Baños, Cuba, como um centro de formação e excelência ao serviço de criadores e realizadores ligados à indústria cinematográfica e à Televisão Ibero-Americana.

**34.** Fortalecer as políticas públicas de saúde para a abordagem do consumo nocivo do álcool e utilização indevida de substâncias psicotrópicas, dependência e redução do impacto negativo das drogas na saúde; bem como do impacto da dupla carga nutricional, e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes e jovens, nos termos das legislações e regulamentações nacionais, com o objetivo de contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e para fortalecer o intercâmbio de experiências de sucesso e aprendizagens adquiridas nos países ibero-americanos em torno destes temas.

**35.** Promover a integração dos jovens na administração pública e, neste sentido, qualificar a formação por meio, entre outros, de alianças entre os centros de formação públicos e privados, academia, grupos de jovens, Governos, laboratórios de inovação pública ou figuras semelhantes.

**36.** Reafirmar o compromisso para com a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas e afrodescendentes, bem como para com o seu auto-desenvolvimento social, económico e cultural, e incumbir a SEGIB de fortalecer os esforços para integrar a perspectiva dos referidos povos na cooperação ibero-americana. Adicionalmente, apoiar as ações que se realizem na região, no âmbito do Decénio Internacional dos Afrodescendentes proclamado pelas Nações Unidas.

**37.** Encarregar a SEGIB da apresentação de uma proposta de roteiro para renovar e dinamizar o relacionamento com os Observadores Associados e Consultivos, especialmente a sua contribuição para o fortalecimento da Cooperação Ibero-Americana.

**38.** Acolher com satisfação a entrada da República da Coreia como Observador Associado da Conferência Ibero-Americana.

**39.** Expressar o nosso sincero agradecimento a S. Exa. o Presidente Juan Manuel Santos, ao Governo e ao povo da Colômbia, e à bela cidade de Cartagena das Índias, pelo acolhimento caloroso com que nos receberam por ocasião desta Cúpula.

**40.** Reconhecer e agradecer o apoio prestado, tanto pela Secretaria Pro-Tempore quanto pela Secretaria-Geral Ibero-Americana, no desenvolvimento dos trabalhos preparatórios da Conferência Ibero-Americana, e na organização da XXV Cúpula Ibero-Americana.

**41.** Dar as boas-vindas e agradecer ao Governo de Guatemala pela oferta de hospedar a XXVI Cúpula Ibero-Americana em 2018.

Aprovamos a presente Declaração de Cartagena das Índias, nos seus textos originais nas línguas espanhola e portuguesa. Subscrevem-na, em nome dos países membros da Conferência Ibero-Americana, Juan Manuel Santos, Presidente da República da Colômbia, na qualidade de Secretário Pro-Tempore da Conferência, e Rebeca Grynspan Mayufis, Secretária-Geral Ibero-Americana, na qualidade de testemunha.

## 3.2.

# Programa de Ação da XXV Cúpula Ibero-Americana

Cartagena das Índias, Colômbia, 29 de outubro de 2016

### Preâmbulo

1. As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos reconhecemos os importantes progressos alcançados na consolidação de uma Cooperação Ibero-Americana mais estratégica, centrada em resultados e que contribua com o seu valor acrescentado para o desenvolvimento da região ibero-americana.
2. Desta forma, destacamos os trabalhos realizados nas Reuniões Ordinárias dos/as Responsáveis de Cooperação, nas quais se definiu e acordou o Primeiro Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana para o período 2015-2018; se atualizou o Manual Operacional dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos; e se aprovou o “Processo de Planificação da Cooperação Ibero-Americana e Diretrizes para a elaboração do Programa Operacional Anual 2017”.
3. Convencidos de que a planificação da Cooperação Ibero-Americana deve ser estratégica e de médio prazo, reafirmamos os objetivos estratégicos e as linhas de ação contidas no “Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana para o período 2015-2018”, com a incorporação dos novos mandatos decorrentes da presente Cúpula.
4. Seguros da contribuição que a Cooperação Ibero-Americana pode efetuar para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
5. Tendo em conta as deliberações em torno do tema da XXV Cúpula Ibero-Americana, “Juventude, Empreendedorismo e Educação”, adotamos o seguinte Programa de Ação:

### A. Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos Ibero-Americanos

- A.1.** Formalizar o encerramento das atividades do Programa Ibero-Americano de Cooperação em Gestão Territorial - Proterritórios, do Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas - Ibergop, do Programa de Cooperação Ibero-Americano para a Formação e Transferência Tecnológica em Matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos e do Projeto Adstrito IberVirtual.
- A.2.** Encarregar a SEGIB de apoiar os países interessados na preparação de uma Iniciativa ou Programa de apoio técnico e formação em matéria de administração pública, governação e governabilidade, que permita o intercâmbio de boas práticas e a melhoria da qualificação de trabalhadores/as públicos/as, funcionários/as públicos e altos funcionários/ase que seja posto à consideração dos/as RC na I Reunião Ordinária de 2017.
- A.3.** Encarregar a SEGIB e a OISS de apoiar os países interessados na preparação de uma Iniciativa

ou Programa Ibero-Americano sobre os direitos das pessoas deficientes ou em situação de deficiência que, tendo em conta as atuações já desenvolvidas, articule e contribua para potenciar a sua inclusão na vida económica e social.

**A.4.** Encarregar a SEGIB de apoiar os países interessados na promoção de ações que contribuam para o estabelecimento de um Programa Ibero-Americano de Fronteiras, dando cumprimento ao disposto no ponto A.13 do Programa de Ação de Assunção, com o objetivo de promover a integração e o desenvolvimento conjunto dos países ibero-americanos.

**A.5.** Instruir a SEGIB para que preste o seu apoio à constituição de um Projeto Adstrito que permita a manutenção da Rota Quetzal, primeiro Programa Educativo de Mobilidade da Ibero-América do qual beneficiaram mais de 10.000 jovens ao longo dos últimos 30 anos.

## **B. Mandatos à Secretaria-Geral Ibero-Americana**

**B.1.** Encarregar a SEGIB de consolidar os esforços para a consecução dos objetivos do Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana 2015-2018 (PACCI).

**B.2.** Pedir à SEGIB que apoie e seja corresponsável pelo processo de ajuste dos Programas e Iniciativas da Cooperação Ibero-Americana às disposições do novo Manual Operacional, oferecendo-lhes o apoio técnico necessário para facilitar os processos de transição. Em coordenação com a Secretaria Pro-Tempore, efetuar também o trabalho necessário para promover a difusão e o cumprimento do novo Manual Operacional.

**B.3.** Mandatar a SEGIB para que elabore uma proposta de critérios que permita aos/às Responsáveis de Cooperação decidir sobre as propostas que os Programas e Iniciativas da Cooperação Ibero-Americana solicitem para receber apoio técnico ou financeiro da rubrica do orçamento ordinário da SEGIB destinado à cooperação.

**B.4.** Encarregar a SEGIB de oferecer aos países membros da Conferência Ibero-Americana as orientações necessárias para a contribuição de insumos e para o uso da “Plataforma online de acompanhamento da Cooperação Ibero-Americana”, para que inicie as suas operações no primeiro semestre de 2017.

**B.5.** Confiar à SEGIB, no quadro do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, a promoção de ações que contribuam para a melhoria dos Sistemas de Educação e Formação Técnico Profissional (EFTP), entre elas, a de fomentar a participação da EFTP na mobilidade académica ibero-americana.

**B.6.** Conferir à SEGIB, em coordenação com os Organismos Ibero-americanos, a tarefa de continuar a promover a incorporação da perspetiva de género no Sistema Ibero-Americano e de tomar as medidas necessárias para a tornar efetiva em todos os seus âmbitos de atuação. Neste sentido, elaborar anualmente um relatório para os/as Responsáveis de Cooperação sobre a situação deste processo.

**B.7.** Pedir à SEGIB que formule um plano de trabalho para incorporar as perspetivas multicultural, de juventude e de não discriminação nas diversas atividades que se realizam no âmbito da Conferência Ibero-Americana.

**B.8.** Pedir à SEGIB para que, no âmbito do Comité de Direção Estratégica dos Organismos Ibero-Americanos (CODEI), coordene a apresentação, por parte dos Organismos Ibero-Americanos aos/às Coordenadores Nacionais e aos/às Responsáveis de Cooperação, de um programa de trabalho anual, bem como a elaboração dos respetivos relatórios que mencionem o grau de progressão da implementação das suas competências em matéria de: 1. Planificação e articulação funcional; 2. Transparência e prestação de contas; 3. Visibilidade; 4. Superposições funcionais; 5. Aproveitamento dos recursos disponíveis; 6. Integração dos escritórios existentes; e 7. Adesão comum.

**B.9.** Incumbir a SEGIB da conceção do plano de atividades em conjunto como Programa Ibero-artesanatos para a realização em 2017 do Ano Ibero-Americano dos Artesanatos. Nesse quadro, promover a Agenda Ibero-Americana de Trabalho e Desenvolvimento do Setor Artesanal.

**B.10.** Encarregar a SEGIB, em coordenação com o programa Iberoarquivos, RADI, Ibermuseum, e quanto à Dimensão Histórico-Patrimonial do Espaço Cultural Ibero-Americano e ao “Plano Ibero-Americano para reconhecer, proteger e salvaguardar o património cultural”, de efetuar propostas de ação de políticas públicas em matéria de proteção dos arquivos, em particular para a luta contra o tráfico ilícito de património documental.

**B.11.** Instruir a SEGIB para concluir a instalação e implementação dos Escritórios Sub-Regionais e, de acordo com as funções aprovadas em Veracruz e inscritas no Manual Operacional, informar anualmente os/as Responsáveis de Cooperação sobre as suas atividades.

**B.12.** Encarregar a SEGIB de solicitar à Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados que elabore uma proposta de trabalho para facilitar a cooperação efetiva de forma a atender questões relacionadas com a proteção dos dados pessoais e da privacidade.

**B.13.** Instruir a SEGIB para que identifique as áreas de conhecimento desenvolvidas no âmbito da Cooperação Ibero-Americana e da Cooperação Sul-Sul que possam beneficiar os PIPA interessados em melhorar a sua gestão e facilitar o intercâmbio e implementação, incluindo o PIFCSS.

**B.14.** Convidar a SEGIB, em coordenação com as instituições de referência da Cooperação Ibero-Americana, para promover a digitalização, catalogação e difusão da produção de conhecimentos em matéria de Cooperação Internacional através do projeto da Plataforma “Somos Ibero-América”.

**B.15.** Instruir a SEGIB para que, em conjunto com os países da região, avance na integração e desenvolvimento da Agenda Ibero-Americana de Diversidade Linguística.

## **C. Conferências Ministeriais**

### **C.1. IX Conferência Ibero-Americana de Ministros/as do Trabalho, Emprego e Segurança Social**

C.1.1. Encarregar a OISS e a OIJ, com o apoio da SEGIB e do Secretariado Executivo Virtual, da criação de um observatório para o emprego, empreendedorismo e segurança social dos jovens da Ibero-América, como mecanismo de acompanhamento permanente da condição dos jovens face ao mercado do trabalho na região e cujas contribuições sirvam para orientar as políticas públicas e para desenvolver os serviços de emprego da região.

## **C.2. XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministros/as da Cultura**

C.2.1. Estabelecer, no quadro do Espaço Cultural Ibero-Americano, um mecanismo interinstitucional de cooperação e intercâmbio de projetos culturais, baseado numa metodologia comum, para a integração e a coesão dos nossos povos, especialmente da população jovem.

## **C.3. XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros/as da Administração Pública e Reforma do Estado**

C.3.1. Instalar, no quadro do CLAD, um Grupo de Trabalho Permanente sobre Políticas Públicas de Juventude, em articulação com a OIJ, apoiado pela SEGIB e sob a coordenação, desta vez, do Departamento Administrativo da Função Pública da Colômbia como país que ostenta a Secretaria Pro-Tempore da XXV Cúpula Ibero-Americana, que facilite o intercâmbio e a partilha de experiências e aprendizagens para dinamizar a cooperação horizontal em matéria de polícias públicas.

## **C.4. XV Conferência Ibero-Americana de Ministros/as da Saúde**

C.4.1. Apoiar as Academias Ibero-Americanas de Medicina no desenvolvimento e difusão do Dicionário Pan-Hispânico de Termos Médicos, que favorecerá o desenvolvimento das tecnologias da linguagem e do seu processamento e a criação de novos produtos e serviços baseados nelas, destacando-se a importante contribuição que a incorporação das tecnologias digitais pode representar para a melhoria dos sistemas de saúde dos nossos países e o reforço da colaboração entre eles, como parte do desenvolvimento do Ecossistema Digital Ibero-Americano no âmbito da saúde digital.

## **C.5. XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministros/as e Responsáveis de Juventude**

C.5.1. Incorporar no presente Programa de Ação o “Pacto Ibero-Americano de Juventude” e incumbir a Secretaria-Geral da OIJ de exercer como Secretaria Técnica, acompanhando os compromissos contemplados no que respeita a questões de cooperação.

## **C.6. XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros/as da Educação**

C.6.1. Apoiar o acordo sobre o reconhecimento de períodos de estudo e de diplomas do ensino superior na Ibero-América, que inclui a criação do sistema ibero-americano de garantia da qualidade do ensino superior, a implementação do registo ibero-americano de programas e instituições de ensino superior acreditadas e o desenvolvimento de um sistema de informação do Ensino Superior Ibero-Americano, encarregando a Unidade Coordenadora do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento do seu impulso e promoção.

C.6.2. Encarregar a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), da criação do Observatório Ibero-Americano de Educação, para que este se torne num mecanismo de intercâmbio e de coordenação de cooperação técnica em torno das Boas Práticas Educativas Ibero-Americanas entre os Ministérios de Educação dos países membros. Inicialmente ocupar-se-á de questões relacionadas com o acesso ao ensino superior, das competências que favoreçam o empreendedorismo e a inserção profissional e da formação em competências que preparem os jovens para o século XXI, bem como de ajudar na constituição de um grupo de trabalho de adesão voluntária dos Estados ibero-americanos para apoiar esse mecanismo.

C.6.3. Confiar à SEGIB, OEI e CUIB, a criação de um modelo de suplemento ao diploma de ensino superior e a promoção do seu uso nas Instituições de Ensino Superior.

C.6.4. Conferir à OEI, com o apoio da SEGIB, o desenvolvimento de um programa de cooperação para a região que sublinhe o papel central da figura do Diretor dos centros escolares e/ou dos Diretivos docentes, para a melhoria da qualidade educativa.

## **C.7. II Reunião Ibero-Americana de Ministros/as e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação**

C.7.1. Encarregar a SEGIB, no quadro do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, contando com o apoio do Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia (CYTED) e em coordenação com os países membros, da formulação e desenvolvimento de:

- a. Um projeto centrado no fomento da Ciência Aberta por forma a apoiar o fortalecimento da Ciência e da Tecnologia na Ibero-América.
- b. Um Plano de Fomento do empreendedorismo inovador e de base tecnológica; bem como, pelo seu efeito transversal e facilitador, de um Plano para o desenvolvimento do Ecossistema Digital Ibero-Americano.
- c. Um Mapa de capacidades e infraestruturas científicas e tecnológicas singulares da Ibero-América, com vista a promover o seu uso partilhado mediante o estabelecimento de novos programas e ações específicas ou o alargamento dos existentes.

## **Anexo**

### **“Reconhecimentos e Saudações”**

- 1.** Saudar os progressos da “Plataforma online de acompanhamento da Cooperação Ibero-Americana”, instrumento que facilitará o fluxo e a consolidação da informação sobre todas as dimensões da cooperação ibero-americana, apoiando a tomada de decisões informadas e oportunas.
- 2.** Saudar a elaboração do documento “A cooperação Sul-Sul e triangular no setor da Saúde na Ibero-América”, realizado de forma conjunta entre a SEGIB e a OPS.
- 3.** Destacar os trabalhos realizados pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), os quais se refletem, entre outros, na definição e atual implementação da Estratégia a Médio Prazo 2015-2018, na realização, em conjunto com a SEGIB, do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América a partir da plataforma “Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SIDCISS)”, na elaboração do “Guia de Orientação para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América”, na entrega do Primeiro Prémio Ibero-Americano de Investigação e na implementação do Mecanismo Estruturado para o Intercâmbio de Experiências de Cooperação Sul-Sul.
- 4.** Saudar o desenvolvimento do Plano Estratégico para Fortalecer as Indústrias Culturais e Criativas Ibero-Americanas; e o Plano Ibero-Americano para reconhecer, proteger e salvaguardar o património cultural. Destacar também o lançamento do Canal de Televisão Via Satélite Ibero-Americano, “Sinal que nos une”; os diversos processos de digitalização de expressões culturais em funcionamento, o desenvolvimento de plataformas digitais nos programas Ibermúsicas e TEIb, bem como a Biblioteca Digital do Património Ibero-Americano (BDPI) e a Plataforma Digital da Enciclopédia da Literatura da Ibero-América.
- 5.** Saudar a iniciativa do Fundo de Apoio ao Património Museológico em Situação de Risco do Programa Ibermuseus, que este ano prestou apoio imediato à República do Equador na recuperação do seu património cultural após o terremoto de abril de 2016.
- 6.** Saudar o Chile pela organização do VII Congresso Ibero-Americano de Cultura, a ter lugar em 2017.

- 7.** Saudar o desenvolvimento alcançado pelos projetos do Portal Ibero-Americano de Mobilidade de Investigadores, integrado na Plataforma de Mobilidade Académica, Banco Ibero-Americano de Avaliadores e Agenda Cidadã de Ciência Tecnologia e Inovação, bem como as novas linhas de trabalho que integram a Agenda Ibero-Americana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação nos âmbitos da Ciência Aberta, Conhecimento, Competitividade e Empreendedorismo.
- 8.** Saudar o lançamento da fase piloto da Plataforma de mobilidade académica, instrumento que facilitará a informação, coordenação e gestão necessárias para o progresso do programa, encorajando o conjunto das instituições ligadas à Aliança para a Mobilidade a colaborar no seu funcionamento e desenvolvimento.
- 9.** Saudar os progressos na conceção e no impulso do Programa de Formação Interdisciplinar em Centros de Alto Nível, que tem por objetivo instituir uma plataforma regional de formação interdisciplinar e de acesso preferencial a instalações e infraestruturas de investigação, através do fortalecimento de redes de investigadores e peritos ibero-americanos.
- 10.** Saudar a elaboração do relatório sobre “As organizações da sociedade civil ibero-americana como dispositivos de inovação social. Mapeamento de organizações e registo de experiências de inovação social sobre juventude, educação e empreendedorismo”.
- 11.** Saudar a apresentação do estudo sobre “Organizações da população afrodescendente na América Latina”, que atualiza o relatório de 2009 e efetua um mapeamento de mais de 200 organizações afrodescendentes, identificando as organizações que promovem os direitos desta população na nossa região, tanto de investigação técnica quanto de mobilização social, com uma especial análise das suas boas práticas no uso das tecnologias da informação e da comunicação.
- 12.** Destacar a realização do I Encontro Ibero-Americano: Equidade de Género para o desenvolvimento e a paz, realizado em Bogotá no dia 8 de setembro de 2016, e incorporar no presente Programa de Ação o “Pacto Ibero-Americano pela Igualdade entre Homens e Mulheres nos Sistemas de Segurança Social” e encarregar a Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), no quadro do seu “Programa para a equidade de género entre mulheres e homens na Ibero-América”, de coordenar e acompanhar os compromissos lá contemplados.
- 13.** Saudar os resultados do XI Encontro Cívico Ibero-Americano realizado na cidade de Medellín, no dia 6 de setembro e valorizar os espaços de diálogo dos organismos ibero-americanos com as organizações da sociedade civil, plataformas nacionais e redes regionais que permitem promover o presente Programa de Ação.
- 14.** Reconhecer o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Fórum Ibero-Americano de Organismos Reguladores Radiológicos e Nucleares (FORO), uma associação constituída pelas instituições governamentais reguladoras da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai que tem como principal objetivo promover um alto nível de segurança em todas as atividades que envolvam o uso de fontes de radiação ionizantes e materiais nucleares nos países membros e, por extensão, nos países da região ibero-americana.
- 15.** Reconhecer, no ano da sua morte, o significativo legado de Miguel de la Quadra-Salcedo, criador e promotor da Rota Quetzal, programa pioneiro de mobilidade destinado a fomentar a integração e o despertar dos valores ibero-americanos em mais de 10.000 jovens da América, Europa e Ásia.

**16.** Saudar o compromisso dos Procuradores Gerais, membros da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP) e dos Procuradores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de aprofundarem entre si as relações interinstitucionais e todas as formas de cooperação e colaboração com vista a um cumprimento mais eficaz dos instrumentos de cooperação jurídica internacional.

### 3.3.

## Resolução de Cartagena das Índias sobre a Conferência Ibero-Americana

Cartagena das Índias, Colômbia, 29 de outubro de 2016

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos 22 países ibero-americanos,

Destacando os progressos alcançados no processo de renovação da Conferência Ibero-Americana e de Restruturação da Secretaria-Geral Ibero-Americana, iniciado na XXII Cúpula de Cádiz em 2012 e consolidado na XXIII Cúpula do Panamá em 2013 e na XXIV Cúpula de Veracruz em 2014;

Tendo presentes os resultados das Reuniões de Trabalho dos Ministros das Relações Exteriores da Conferência Ibero-Americana, realizadas em 12 de dezembro de 2015, 21 de setembro de 2016, e 28 de outubro de 2016.

Orientados pelo desejo de continuar a consolidar a Conferência Ibero-Americana, como um cenário para antecipar ações de cooperação para benefício dos nossos países:

#### ACORDAMOS:

1. Adotar o Manual Operacional dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos da Cooperação Ibero-Americana, reconhecendo que a sua atualização fortalecerá a gestão e o impacto das ações de cooperação que realizamos entre os nossos países.
2. Aprovar o documento Processo de Planificação da Cooperação Ibero-Americana e Diretrizes para a elaboração do Programa Operacional Anual 2017, instrumento de gestão que harmoniza o caráter bianual das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos com a planificação estratégica a médio prazo da Cooperação Ibero-Americana.
3. Acolher o Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana PACCI 2015- 2018, aprovado pelos/as Ministros/as das Relações Exteriores em dezembro de 2015, e aprovar o documento Revisão e atualização das linhas estratégicas do PACCI 2015- 2018, no qual se incorporam os mandatos adicionais decorrentes da presente Cúpula.
4. Manter inalterado o montante orçamental ordinário da SEGIB correspondente ao ano 2016, para os anos 2017 e 2018.
5. Manter inalterada a escala das contribuições dos países ibero-americanos à SEGIB correspondente ao ano 2016, para os anos 2017 e 2018, e instruir os Coordenadores Nacionais para que identifiquem fórmulas para permitam continuar o processo gradual de redistribuição de percentagens, que contribua para implementar a renovação acordada.
6. Encarregar os Ministros das Relações Exteriores de considerarem a aprovação dos pedidos apresentados pelos países e organizações internacionais interessados em obter o estatuto de

Observador Associado ou Consultivo, nos anos em que não se realizem Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo. A aprovação será ratificada pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula seguinte.

## 3.4.

# Pacto Ibero-Americano de Juventude

Cartagena das Índias, 29 de outubro de 2016

Nós, os Chefes de Estado e de Governo dos vinte e dois países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias nos dias 28 e 29 de outubro para dialogar e contribuir para o desenvolvimento de ações concretas sobre os temas: “Juventude, Empreendedorismo e Educação”,

Reconhecemos a importância de estabelecer uma aliança ibero-americana que defina um quadro de coordenação entre os governos, sociedade civil, setor privado, academia, e cooperação internacional, para o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e iniciativas que incidam nas realidades das juventudes.

Salientamos a relevância e a pertinência das contribuições das Reuniões Ministeriais Setoriais, dos Fóruns Nacionais de Juventude, e da Consulta Ibero-Americana Digital, entre outros, que constituem peças fundamentais do processo inclusivo e participativo promovido para a construção deste Pacto.

Aprovamos o Pacto Ibero-Americano de Juventude, como um acordo político-institucional que permitirá configurar uma aliança entre diversos setores e agentes com o objetivo de melhorar a articulação intersetorial e intergovernamental, orientar o investimento, e garantir o desenvolvimento integral e a proteção dos direitos das pessoas jovens.

### ACORDOS

1. Posicionar a participação das pessoas jovens na Agenda 2030, através do estabelecimento de um sistema de metas e indicadores regionais de juventude na aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
2. Reconhecer os direitos das pessoas jovens, mediante o impulso voluntário à ratificação e promoção da Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens, respeitando a legislação dos Estados, os acordos internacionais de que estes sejam parte, e a proteção face a medidas coercivas unilaterais e a sua dimensão extraterritorial.
3. Promover sociedades plurais e inclusivas, com igualdade de oportunidades para todos e todas, sustentadas na não-discriminação das pessoas jovens por motivo das suas identidades, através da implementação de campanhas regionais de sensibilização, prevenção e atendimento.
4. Fomentar a sistematização e intercâmbio de dados, informações, boas práticas e trabalhos de investigação em matéria de juventude, através da implementação de um ecossistema de conhecimentos da juventude e da sua ferramenta “big data”.
5. Potenciar a perspectiva de juventude nas políticas transversais de desenvolvimento, mediante a definição de estratégias governamentais e fortalecendo as instituições de juventude e a sua coordenação com as outras instâncias de governo.

6. Aprofundar as políticas públicas sobre juventude através da promoção de acordos de concertação entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento juvenil.
7. Incentivar a participação das pessoas jovens na condução dos assuntos públicos e na elaboração das estratégias nacionais de desenvolvimento, mediante a implementação de um programa ibero-americano de liderança política juvenil, com ênfase especial nas mulheres e de acordo com o quadro legislativo nacional e as práticas de cada país.
8. Promover a participação das pessoas jovens na transformação social, através do desenvolvimento de um programa ibero-americano de voluntariado juvenil.
9. Fomentar a participação das pessoas jovens na criação de opinião pública, através da consolidação de espaços institucionais e alternativos de comunicação, liderados pelos próprios jovens.
10. Promover o protagonismo das pessoas jovens na integração da região, mediante a consolidação de programas de mobilidade académica, voluntariado e intercâmbio cultural, e, em particular, do fortalecimento da Mobilidade Académica Ibero-Americana.
11. Fomentar uma oferta educativa coerente com a realidade juvenil, que inclua geradores de emprego, através do impulso de estratégias regionais para o desenvolvimento, e da certificação de habilidades e competências socioprofissionais.
12. Promover entre as pessoas jovens a utilização das tecnologias para a produção de valor social, através da implementação de um programa regional de inovação e liderança digital.
13. Elaborar um estudo sobre as novas tendências do emprego juvenil e a sua relação com a revolução digital, com o objetivo de estabelecer um quadro de orientações para os 3 governos ibero-americanos e que implemente um programa de formação de capacidades digitais.
14. Gerar, com base no diálogo social, iniciativas de emprego decente dirigidas às pessoas jovens da Ibero-América, constituindo uma aliança estratégica intersectorial e multiagente.
15. Favorecer a integração social, económica e política das pessoas jovens em situação de deficiência, reconhecendo o seu direito ao trabalho, através da implementação de planos de acesso à formação e adaptação de postos de trabalho.
16. Incrementar o protagonismo das pessoas jovens nos ecossistemas de empreendedorismo, e o desenvolvimento de projetos de inovação social, através de plataformas colaborativas de acompanhamento qualificado e acesso a fontes de financiamento.
17. Promover as vocações científicas e o acesso dos jovens à carreira científica e a oportunidades de empreendedorismo inovador.
18. Promover o empoderamento económico das mulheres jovens a partir de uma perspetiva de corresponsabilidade social e inserção laboral, mediante o desenvolvimento de capacidades produtivas, programas de empreendedorismo, microfinanças e cooperativas.
19. Impulsionar a cooperação aberta entre as pessoas jovens no desenvolvimento de iniciativas de

impacto social mediante ações, tais como a criação de bancos de tempo (intercâmbio voluntário de saberes), orientados para as trocas de serviços e de conhecimentos.

20. Reforçar as práticas culturais e desportivas das pessoas jovens na coesão social e avaliar o seu impacto, mediante iniciativas regionais de experimentação, mobilidade e intercâmbio de experiências juvenis.

21. Estimular o papel das pessoas jovens como promotoras da cultura de paz, mediante a criação de programas de formação para a prevenção da violência e a resolução de conflitos.

22. Aprofundar as políticas públicas encaminhadas para o fortalecimento do empreendedorismo cultural e da formação integral.

23. Reduzir as taxas de gravidez adolescente não desejada, através da formulação e implementação de um programa regional que reconheça e promova os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas jovens.

24. Promover projetos juvenis orientados para a proteção do ambiente, respeito pela terra mãe, e utilização sustentável dos recursos, através da criação de incentivos para a execução de iniciativas locais.

Encarregamos a Secretaria-Geral do Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América, OIJ, em coordenação com a SEGIB, da coordenação técnica da implementação do Pacto Ibero-Americano de Juventude, e do desenvolvimento das tarefas de acompanhamento e avaliação previamente acordadas entre os Estados Membros, apoiados num sistema regional de indicadores sobre as realidades juvenis.

## 3.5.

# Comunicados Especiais

Cartagena das Índias, Colômbia, 29 de outubro de 2016

1. Comunicado Especial sobre a questão das Ilhas Malvinas
2. Comunicado Especial sobre o centenário do poeta Rubén Darío
3. Comunicado Especial sobre a cooperação entre as autoridades competentes em matéria de segurança cibernética
4. Comunicado Especial sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América a Cuba, incluindo a aplicação da chamada Lei Helms-Burton
5. Comunicado Especial sobre empresas e Direitos Humanos
6. Comunicado Especial sobre o quarto centenário da morte de Miguel de Cervantes
7. Comunicado Especial sobre o quarto centenário da morte do Inca Garcilaso de la Vega
8. Comunicado Especial sobre visão renovada da cooperação internacional no quadro da Agenda 2030 para garantir a promoção de um sistema de cooperação integral e sem exclusões e o direito ao desenvolvimento dos países ibero-americanos
9. Comunicado Especial sobre os Direitos Humanos à água potável e saneamento
10. Comunicado Especial sobre a questão de Gibraltar
11. Comunicado Especial sobre La Rábida
12. Comunicado Especial sobre o fortalecimento do Estado de Direito e a Justiça
13. Comunicado Especial sobre solidariedade com o Haiti e outros países afetados pela passagem do furacão Matthew
14. Comunicado Especial sobre os Diálogos de Paz na Colômbia

# 1.

## COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A QUESTÃO DAS ILHAS MALVINAS

(Proposta da Argentina)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Reafirmam a necessidade de que os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte reiniciem, com a maior brevidade possível, as negociações visando encontrar uma rápida solução para a disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e dos espaços marítimos circundantes, no contexto das resoluções da Organização das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos, e das disposições e objetivos da Carta das Nações Unidas, incluindo o princípio de integridade territorial.

Salientam as sucessivas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas que apelam ao Secretário-Geral para que efetue diligências de bons ofícios a fim de que se retomem as negociações tendentes a encontrar, o mais rapidamente possível, uma solução pacífica para a referida disputa.

Reiteram a importância de observar o disposto na resolução 31/49 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que insta ambas as partes a absterem-se de adotar decisões que envolvam a introdução de modificações unilaterais na situação, enquanto as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes estejam a percorrer o processo recomendado pela Assembleia Geral.

Saúdam os encontros bilaterais mantidos em Davos, Suíça, no dia 21 de janeiro de 2016, e em Washington D.C., Estados Unidos da América, no dia 1 de abril de 2016, entre o Presidente da República Argentina e o Primeiro-Ministro do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e a vontade de ambos os mandatários de, reconhecendo as diferenças entre os dois países, continuarem a prosseguir um caminho de diálogo aberto.

Destacam a permanente atitude construtiva e a disposição do Governo argentino de alcançar, pela via das negociações, uma solução definitiva para esta especial e particular situação colonial, tal como é definida pelas Nações Unidas.

## 2.

# COMUNICADO ESPECIAL SOBRE O CENTENÁRIO DO POETA RUBÉN DARÍO

(Proposta da Nicarágua)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Sublinham a importância da diversidade cultural e linguística dos países ibero-americanos, como alicerce da identidade dos nossos povos e como catalisador dos processos de integração regional, de tal forma que contribui para o bem-estar dos nossos cidadãos e para o progresso da sociedade no seu conjunto.

Saúdam a comemoração do Centenário do grande poeta nicaraguense Rubén Darío, neste ano de 2016, reconhecendo o seu contributo decisivo para a poesia e a língua espanhola, e para a projeção da cultura ibero-americana.

Celebram, portanto, o seu legado à cultura universal.

### 3.

## COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A COOPERAÇÃO ENTRE AUTORIDADES COMPETENTES EM MATÉRIA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA

(Proposta de Espanha)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Decididos a intensificar os seus esforços, individuais e coletivos, para encarar a questão da segurança das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), bem como da utilização segura destas, por intermédio de uma perspetiva integral em conformidade com as normas de direito internacional, o pleno respeito pela soberania dos Estados e legislações nacionais, de maneira voluntária e em cooperação, quando aplicável, com as pertinentes organizações internacionais.

Sublinhando que a cooperação entre as autoridades competentes dos países ibero-americanos em matéria de segurança cibernética poderia complementar as iniciativas das Nações Unidas para promover as normas, regras e princípios de comportamento responsável dos Estados, e Medidas de Fomento da Confiança (MFCs), no contexto da segurança das TIC e sua utilização, seguindo nomeadamente as recomendações que constam dos relatórios de 2013 e de 2015 do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas sobre Desenvolvimentos nas Áreas de Informação e Telecomunicações no Contexto de Segurança Internacional.

Acordam em que as autoridades competentes em matéria de segurança cibernética dos países ibero-americanos se reúnam no decurso do ano de 2017 e estudem as recomendações mencionadas nos relatórios de 2013 e de 2015 do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas relativas a como ajudar a criar um contexto aberto, seguro, estável, acessível e pacífico no âmbito das TIC, e examinem de que modo poderiam desenvolvê-las e aplicá-las ao contexto ibero-americano. Para isso poderão também ser utilizados foros regionais e multilaterais em matéria de segurança cibernética onde participem, a fim de gerar sinergias com mecanismos existentes e articular esforços.

## 4.

# COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A NECESSIDADE DE PÔR FIM AO BLOQUEIO ECONÓMICO, COMERCIAL E FINANCEIRO IMPOSTO PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA A CUBA, INCLUINDO A APLICAÇÃO DA CHAMADA LEI HELMS-BURTON

(Proposta de Cuba)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Considerando as referências ao tema em questão nas declarações de anteriores Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América, e reconhecendo o valor da reafirmação e da atualização do conteúdo dos Comunicados Especiais adotados pelas Cúpulas de Salamanca, Montevideú, Santiago do Chile, San Salvador, Estoril, Mar del Plata, Assunção, Cádiz, Panamá e Veracruz, com título idêntico, ao abordar o tema que convocou a XXV Cúpula, “Juventude, Empreendedorismo e Educação”;

Reiteram a mais enérgica rejeição à aplicação de leis e medidas contrárias ao Direito Internacional, como a Lei Helms-Burton, e apelam ao Governo dos Estados Unidos da América a pôr termo à sua aplicação, conforme a vontade manifestada pelo presidente desse país;

Recordando que, desde 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou, em 25 resoluções, a necessidade de pôr termo ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelo governo dos Estados Unidos da América, e destacando o apoio de 191 Estados Membros das Nações Unidas à mais recente Resolução A/RES/71/5, aprovada em 26 de outubro de 2016;

Saúdam o restabelecimento de relações diplomáticas entre os governos de Cuba e dos Estados Unidos da América, a abertura das suas respetivas Embaixadas, e as restantes iniciativas promovidas para progredir no relacionamento bilateral;

Apelam ao Presidente dos Estados Unidos, à luz das suas reiteradas declarações, para que adote todas as medidas que caibam nos seus poderes executivos para modificar substancialmente a aplicação do bloqueio contra Cuba, e ao Congresso dos Estados Unidos para que proceda à sua eliminação;

Reiteram a sua rejeição a medidas coercivas unilaterais contrárias à Carta das Nações Unidas e ao Direito Internacional;

Reiteram, igualmente, a sua preocupação e rejeição do recrudescimento da dimensão extraterritorial do bloqueio, bem como da crescente perseguição às transações financeiras internacionais de Cuba, o que é contrário à vontade política da comunidade internacional.

Solicitam ao Governo dos Estados Unidos da América que cumpra o disposto em 25 resoluções sucessivas adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a última das quais em 26 de outubro de 2016, A/RES/71/5, e que ponha termo ao bloqueio económico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba, e aos seus efeitos negativos sobre a população cubana e os nacionais de Cuba residentes noutros países.

## 5.

# COMUNICADO ESPECIAL SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

(Proposta do Equador)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Reconhecem as importantes contribuições que as empresas, incluindo as microempresas e as cooperativas, podem efetuar para o desenvolvimento sustentável.

Recordam os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas adotou, mediante a Resolução 17/4 de junho de 2001.

Tomam nota da adoção da resolução 26/9 de junho de 2014 que estabeleceu o grupo de trabalho intergovernamental de composição aberta sobre as empresas multinacionais e outras empresas quanto aos direitos humanos e da resolução 32/10 sobre Empresas e Direitos Humanos de junho de 2016, no quadro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Apelam aos países para que fortaleçam os mecanismos que garantem o respeito pelos direitos humanos, a natureza e o meio ambiente por parte das empresas, em concordância com os instrumentos internacionais aplicáveis e em conformidade com as legislações nacionais.

6.

## COMUNICADO ESPECIAL SOBRE O QUARTO CENTENÁRIO DA MORTE DE MIGUEL DE CERVANTES

(Proposta de Espanha)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Salientam a comemoração do quarto centenário da morte de Miguel de Cervantes Saavedra, novelista, poeta e dramaturgo; autor, ainda hoje, de uma das novelas mais editadas, traduzidas e conhecidas da literatura mundial. Criador de personagens e referências literárias para todos os hispano-falantes, consolidou e engrandeceu a pátria comum da língua espanhola.

Comemoram a realização de um extenso programa de atividades culturais em todo o espaço ibero-americano, com o objetivo de difundir e fortalecer o conhecimento e a universalização do seu inesgotável legado.

Reafirmam a relevância e permanência da vida e obra de Miguel de Cervantes, que plasmou o valor da língua como elemento forjador da identidade e comunidade ibero-americanas.

7.

## **COMUNICADO ESPECIAL SOBRE O QUARTO CENTENÁRIO DA MORTE DO INCA GARCILASO DE LA VEGA**

(Proposta do Peru)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Prestam homenagem à memória do Inca Garcilaso de la Vega, primeiro autor clássico ibero-americano, cujos precursores esforços para o reconhecimento das culturas americanas, o diálogo e a integração intercultural e a mestiçagem, continuam a ter especial vigência e atualidade.

A obra do Inca Garcilaso de la Vega é um tesouro do rico património cultural compartilhado pelos nossos povos.

8.

## **COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A VISÃO RENOVADA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO QUADRO DA AGENDA 2030 PARA GARANTIR A PROMOÇÃO DE UM SISTEMA DE COOPERAÇÃO INTEGRAL E SEM EXCLUSÕES E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS**

(Proposta do Chile, Guatemala e Uruguai)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Sublinham o compromisso adquirido a nível global com a implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e a responsabilidade coletiva de promover o desenvolvimento sustentável nas suas dimensões económica, social e ambiental, de forma equilibrada e integrada.

Salientam que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são metas integrais, indivisíveis e universalmente aplicáveis, que devem atender às diferentes realidades, capacidades, e níveis de desenvolvimento de cada um dos países, particularmente dos países em desenvolvimento, para responder às políticas e prioridades nacionais.

Reconhecem que cada país enfrenta desafios específicos na busca do desenvolvimento sustentável, merecendo especial atenção os países mais vulneráveis, como os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Reafirmam a multidimensionalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como a necessidade de considerar o desenvolvimento como um fenómeno complexo e integral. Neste sentido, sublinham a necessidade de convergir para um sistema de cooperação internacional integral e sem exclusões, que contemple sistemas diferenciados e opções de cooperação internacional para todos os países em desenvolvimento, de acordo com as suas condições e necessidades específicas, independentemente do seu rendimento per capita, e que incorporem as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Recordam que as regras do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) preveem “graduar” a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) prestada aos países a partir de um limiar de rendimento per capita,

considerando o crescimento económico como a única medida de desenvolvimento, e desconhecendo assim as vulnerabilidades e as desigualdades ainda existentes na maioria dos países da região.

Considerando a importância da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (OPD) como um motor para a implementação efetiva da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sublinham a necessidade de promover uma reflexão sobre o futuro da cooperação internacional que inclua a questão da “graduação”, salientando a necessidade de conceber metodologias transparentes para medir o desenvolvimento sustentável para além do rendimento per capita, com o objetivo de refletir de forma apropriada as realidades e os desafios dos países da Ibero-América.

Apelam aos países parceiros, organismos multilaterais e outros agentes internacionais para que incorporem nas suas estratégias e planos de trabalho o apoio diferenciado e adaptado aos princípios da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, que reconheça as diversas necessidades e capacidades dos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe, em conjunto com todos os agentes de desenvolvimento: governos, sociedade civil, setor privado, comunidade científica e académica, parlamentares, autoridades locais, povos indígenas e outras partes interessadas, assegurando que a cooperação internacional para o desenvolvimento chega a todos os que dela necessitam.

Reafirmam o seu compromisso em trabalhar juntamente com cada um dos agentes para avançar de forma conjunta e alcançar o bem-estar global, facilitando assim que os países da América Latina e do Caribe continuem a participar de forma efetiva como recetores da APD, como parceiros da Cooperação Sul-Sul, e em sistemas de Cooperação Triangular, com vista a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas respetivas metas.

9.

## COMUNICADO ESPECIAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS À ÁGUA POTÁVEL E AO SANEAMENTO

(Proposta da Bolívia, Colômbia, Espanha, México e Panamá)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Reafirmamos o nosso compromisso perante a concretização efetiva dos direitos humanos à água potável e ao saneamento, e temos consciência do desafio que implica para a região ibero-americana avançar no cumprimento do ODS 6 nesta matéria, no atual contexto de adaptação às mudanças climáticas.

Acolhemos favoravelmente os trabalhos da Conferência Ibero-Americana dos Diretores da Água (CODIA) como fórum de intercâmbio de experiências para o fortalecimento da capacidade das instituições encarregadas da administração dos recursos hídricos na região.

Encarregamos a CODIA de examinar e propor, a partir das experiências nacionais, medidas concretas para promover a gestão integral da água na região a ser consideradas pelas autoridades competentes.

Decidimos intensificar o diálogo sobre políticas públicas na gestão da água, tendo em conta, entre outros, a bacia como unidade de gestão, em virtude da sua importância estratégica como o recurso mais valioso que possui a humanidade, não apenas como requisito indispensável para a vida, mas também como elemento essencial para o desenvolvimento social, ambiental e económico, fator fundamental para a paz, a coesão social e a redução da pobreza.

Instruímos a CODIA para fixar as pautas que devem ordenar e promover a melhoria da gestão deste recurso hídrico na região, a partir da programação, governação e cooperação técnica internacional na Ibero-América.

10.

## COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A QUESTÃO DE GIBRALTAR

(Proposta da Espanha)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Reafirmam a necessidade de pôr fim a uma situação colonial, tal como foi definida pelas resoluções pertinentes das Nações Unidas, e instam os Governos de Espanha e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a retomar as negociações bilaterais e alcançar, no espírito da Declaração de Bruxelas subscrita pela Espanha e o Reino Unido em 27 de novembro de 1984, uma solução definitiva para a questão de Gibraltar, à luz das resoluções pertinentes da Assembleia-Geral e dos princípios aplicáveis, em conformidade com o espírito da Carta das Nações Unidas.

Tomam nota da proposta apresentada pela Espanha na sua intervenção de passado dia 4 de outubro na sessão da IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Reiteram a importância de que os Governos de Espanha e Reino Unido acordem numa solução que seja benéfica para todas as partes, bem como para o desenvolvimento socioeconómico da zona.

11.

## **COMUNICADO ESPECIAL SOBRE LA RÁBIDA**

(Proposta da Espanha)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Reiteram o compromisso com La Rábida, em Huelva, Espanha, como lugar de encontro da Comunidade Ibero-Americana de Nações, reconhecido como tal na Declaração da IX Cúpula, celebrada na Havana, em novembro de 1999.

Reconhecem a La Rábida o esforço realizado durante estes anos para manter os laços de cooperação e encorajam a continuar a trabalhar, fundamentalmente, nas áreas da cultura, educação e meio ambiente, em benefício da Comunidade Ibero-Americana.

## 12.

# COMUNICADO ESPECIAL SOBRE O FORTALECIMENTO DO ESTADO DE DIREITO E DA JUSTIÇA

(Proposta da Guatemala)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Reafirmam o seu compromisso para com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, fundamento indispensável de um mundo mais pacífico, próspero e justo.

Reconhecem que continua a ser necessário promover políticas públicas em matéria de justiça e segurança no âmbito do fortalecimento do Estado de Direito, nomeadamente, entre outras, iniciativas que fomentem penas alternativas à privação de liberdade, considerando o ser humano como centro dessas políticas.

Reafirmam o valor do acesso à justiça para todos como elemento fundamental de desenvolvimento social, para atingir um modelo adequado de convivência pacífica e fomentar um esquema de certeza jurídica para o desenvolvimento económico.

Reconhecem a importância de um sistema legal transparente e de um sistema judicial independente e imparcial para fortalecer o Estado de Direito no plano nacional.

Valorizam a importância de continuar a fortalecer a cooperação jurídica internacional para melhorar a sua eficácia apoiada nas novas tecnologias da informação e comunicação, bem como promover a análise da harmonização legislativa na ordem regional e a unificação com outras políticas sociais, como instrumentos para combater a delinquência transnacional organizada, a fim de prevenir, combater e, em consequência, erradicar a violência em todas as suas formas, como fator que incide negativamente na sociedade.

Reiteram a relevância de preservar o bem-estar, a qualidade de vida, o respeito pelos direitos humanos e a inclusão social com equidade, com perspetiva de género e com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidade, como um elemento central para a implementação de políticas públicas que promovam a mais acertada tomada de decisões, e a otimização dos recursos em matéria de justiça e segurança numa perspetiva de gestão por resultados.

Reconhecem os esforços realizados no espaço jurídico ibero-americano para reforçar integralmente as políticas e ações orientadas para a prevenção, investigação, reinserção social e fortalecimento institucional, tendo em conta as perspetivas de multiculturalidade e género.

Instam as instituições dos Estados a implementar a Declaração Ibero-Americana de Justiça Juvenil Restaurativa aprovada pela COMJIB, cujo principal objetivo é a reinserção social e a prevenção da reincidência.

13.

## **COMUNICADO ESPECIAL SOBRE SOLIDARIEDADE COM O HAITI E OUTROS PAÍSES AFETADOS PELA PASSAGEM DO FURACÃO MATTHEW**

(Proposta do Equador e de Espanha)

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Manifestam a sua mais profunda solidariedade para com os governos e povos das Bahamas, Cuba, Estados Unidos e República Dominicana, que sofreram os devastadores efeitos da passagem do furacão Matthew nos primeiros dias de outubro, e particularmente com o Haiti, onde o furacão provocou uma situação de emergência extrema, após as inundações e derrocadas que custaram a vida a mais de 500 pessoas, deslocaram milhares de famílias, destruíram colheitas e habitações, e interromperam serviços básicos e infraestruturas rodoviárias.

Expressam o seu total apoio ao Governo do Haiti na árdua tarefa de prestar assistência imediata à população sinistrada, bem como na reconstrução das zonas afetadas, e instam a comunidade internacional para oferecer o apoio necessário.

## 14.

# COMUNICADO ESPECIAL SOBRE OS DIÁLOGOS DE PAZ NA COLÔMBIA

As Chefas e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos reunidos em Cartagena das Índias, Colômbia, por ocasião da XXV Cúpula Ibero-Americana:

Reiteram o seu apoio ao Governo do Presidente Juan Manuel Santos na contínua busca de paz para a Colômbia.

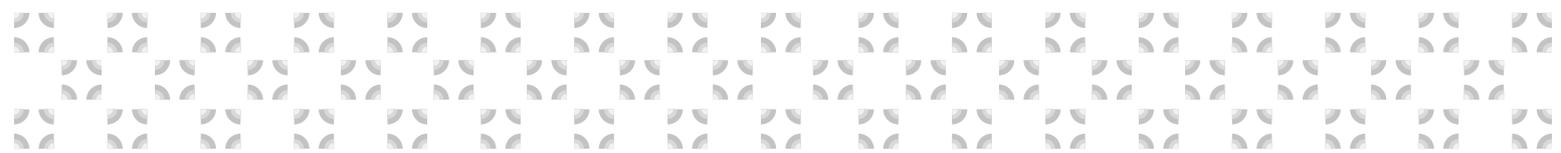
Expressam o seu apoio ao Acordo de Paz já conseguido entre o Governo de Colômbia e as FARC – EP e aos diálogos empreendidos depois de 2 de outubro pelo Presidente Santos com os representantes dos que promoveram a votação pelo SIM e pelo NÃO no plebiscito. Estes diálogos permitem ao Governo recolher diferentes perspectivas relativamente ao acordo de paz com as FARC.

Neste contexto, expressam o seu reconhecimento especial a Cuba, Noruega, Chile, Venezuela, Brasil e Equador, países garantes y acompanhantes nos processos de paz.

Tendo em conta o clamor pela paz do povo colombiano, expresso nas últimas semanas, encorajam o Governo e as FARC a efetuarem, com sentido de urgência, os ajustamentos necessários e assim avançar para a conclusão de um novo acordo e sua imediata implementação.

Comemoram o início dos diálogos entre o Governo e o ELN e esperam que estes avancem com celeridade, para que se ponha fim ao conflito armado e para que a Colômbia seja um país em paz, tal como o aspira toda a sociedade.

Nesta conjuntura especial, reafirmam a sua solidariedade e apoio aos esforços de paz do Governo que aportarão grandes benefícios para os colombianos, com repercussões positivas para todos os países da região.





**PACTO  
JUVENTUD**  
#Somosberoamérica

**PACTO  
JUVENTUD**  
#Somosberoamérica

**PACTO  
JUVENTUD**  
#Somosberoamérica

MARCELO DIEZ  
GARATE NUÑEZ  
MEMBRADO  
COMITÉ OLÍMPICO  
PARAGUAY

COLOMBIA

II.

# Documentos da Secretaria *Pro Tempore*



1.

# Documento Conceptual



# XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo

Colômbia, 2016

**“Juventude, empreendedorismo e educação”**

## **1. A situação da Juventude Ibero-Americana**

A Ibero-América é uma região de oportunidades que está a passar por transformações económicas e sociais que a definirão nas próximas décadas. Não há dúvidas de que a governação, a transparência, a equidade, a inserção nas cadeias de valor globais, o investimento na educação e em infraestruturas, e uma visão de conjunto do futuro, determinarão a sua capacidade para se transformar numa região próspera e desenvolvida.

Eradicar a pobreza, alcançar uma educação de qualidade e melhores condições para a criação de oportunidades profissionais, especialmente para os jovens, são tarefas a empreender. Embora muitos países tenham conseguido importantes realizações nessas áreas, ainda há muito por fazer. Em consequência, a melhoria da educação e o fomento do empreendedorismo juvenil com rentabilidade económica e social devem motivar a conceção de políticas públicas inovadoras, bem como tornar-se prioridades dos nossos países e de todas as instâncias nacionais e sub-nacionais.

Neste contexto, os países que constituem a Ibero-América devem tentar garantir uma educação de qualidade e pertinência, centrada nas necessidades dos setores que estimulam cada uma das nossas economias. A educação deve também promover o desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania, a exigência de direitos e a melhoria das condições de vida dos indivíduos, facilitando igualmente a mobilidade social. Tudo isto sem esquecer que a região precisa de uma planificação estratégica a longo prazo, para garantir a continuidade destas políticas e ultrapassar as lacunas e os problemas estruturais.

Por outro lado, é importante que as instituições, o setor privado e a sociedade civil reconheçam devidamente as diversas formas de ocupação e associação juvenil, sendo percebidos como elementos de desenvolvimento económico e social para os jovens. A Ibero-América enfrenta grandes desafios consistentes para desvirtuar a ilegalidade e as diversas formas de violência como medidas de empregabilidade, que afetam principalmente a população jovem.

De acordo com um relatório do Banco Mundial (2015), a população do planeta ultrapassa os 7 mil milhões de habitantes, dos quais 43% têm menos de 25 anos de idade. Segundo o Mural de Dados Sociodemográficos (2015) da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), um de cada quatro ibero-americanos - à volta de 160 milhões de cidadãos - tem entre 15 e 29 anos. Desta população, cerca de 30% encontra-se em situação de pobreza (quase 48 milhões de jovens) e 12,8% em condição de indigência (pouco mais de 20 milhões).

Nunca antes houve tantos jovens na Ibero-América. Mais de metade das pessoas em idade de trabalhar têm entre 15 e 35 anos e, de acordo com o Banco Mundial (2015, infografia), os jovens da América Latina e do Caribe procuram melhor ensino e mais oportunidades de emprego. Segundo a

OIT (2015), embora o crescimento económico na região tenha melhorado as condições sociais e profissionais, os jovens não foram plenamente beneficiários desses progressos, quer quantitativa, quer qualitativamente. Prova disso é que, “apesar dos esforços dos países da Região, pelo menos 27 milhões de jovens que já estão inseridos no mercado do trabalho se devem conformar com empregos de má qualidade; 13% dos jovens encontram-se em situação de desemprego, e 55,7% dos empregados em trabalhos informais”.

Por outro lado, conforme documenta o Banco Mundial (2014), a América Latina e o Caribe tornaram-se uma região empreendedora, ao ocupar o segundo lugar a nível mundial em quantidade de empreendimentos liderados por jovens, e ao empregar mais de metade da sua força de trabalho em pequenas empresas. Motivados principalmente pelas oportunidades, estudos demonstram que mais de 40% da população jovem da região gostaria de empreender o seu próprio negócio. No entanto, a escassez de inovação trava o seu desenvolvimento e competitividade.

Visto que os jovens da região ibero-americana enfrentam restrições para completar um processo ideal de acumulação de capital humano e social que lhes permita inserir-se no mercado do trabalho e no sistema produtivo em condições favoráveis, é imperativo oferecer-lhes oportunidades e promover políticas públicas integrais que garantam a transição dos jovens para o mundo do trabalho e da produção em condições de qualidade.

Estas medidas devem também contemplar a transformação de padrões e modelos culturais presentes nas nossas sociedades, de forma que se reconheça, a partir de uma perspetiva de capacidades e de desenvolvimento humano, o potencial dos jovens como agentes de mudança e desenvolvimento. Daí a necessidade de reforçar as capacidades e competências técnicas deste setor da população, bem como a importância de uma articulação eficaz entre as instituições educativas e o setor empresarial.

Finalmente, são necessárias políticas públicas que promovam a participação dos jovens, quer no âmbito político, quer no social e cultural, o que permitirá a construção de sociedades inclusivas, plurais e diversificadas baseadas num desenvolvimento económico mais próspero e sustentável. Tudo isto com a finalidade de identificar ações que sejam facilmente aplicáveis pelos países, garantindo o cumprimento dos compromissos adquiridos para com a juventude ibero-americana, e permitindo ir ao encontro das suas necessidades na procura de mais espaços de formação, informação e participação ativa nas suas respetivas sociedades. É importante que os países identifiquem e concretizem mecanismos capazes de efetuar acompanhamento e garantir o cumprimento dos acordos.

## 2. Desafios da Juventude

Os países da Ibero-América atravessam uma conjuntura favorável para o desenvolvimento económico, e esta situação é em grande parte determinada por aquilo a que se chamou o “bónus demográfico”. Este refere-se a um período no qual se altera favoravelmente a relação de dependência entre a população em idade produtiva (jovens e adultos) e em idade dependente (crianças e idosos), com um maior peso relativo da primeira quando comparada com a segunda. Assim, uma maior proporção de trabalhadores, não representa apenas uma redução da despesa com as pessoas dependentes, mas tende a promover o crescimento económico através do incremento das receitas e da acumulação acelerada de capital.

Atualmente, no caso específico da América Latina, a região conta com um bónus demográfico juvenil, considerado como uma grande vantagem em termos de oportunidades para os países, pois significa uma maior quantidade de jovens com capacidade para trabalhar, produzir, poupar e investir. Por outro

lado, 25% dos jovens nem trabalha nem estuda (nem-nem) e estes constituem uma população em situação de risco e exclusão. Esta situação é considerada problemática, pois espera-se que os jovens se dediquem a uma ou outra atividade produtiva, em função da etapa que vivem. É preciso investir em educação, formação e emprego. De acordo com a OIJ, 69% dos ibero-americanos têm menos de 40 anos; no entanto, no ano 2050, estima-se que os habitantes com menos de 40 anos sejam 49% do total da população. Isso significa que o bônus demográfico se está a esgotar.

Com o objetivo de traduzir esse bônus em benefícios reais para a sociedade, exige-se uma participação ativa e decidida, tanto dos governos, quanto da academia, do setor privado e da sociedade civil. O aproveitamento do bônus demográfico pode contribuir para a prosperidade nacional, sempre que se conte com educação de qualidade, emprego e apoio ao empreendedorismo. De contrário, persistirão os problemas estruturais de desigualdade e iniquidade. Investir no capital humano é uma estratégia inteligente de qualquer governo para assegurar um desenvolvimento sustentável, integral e harmônico nos seus países.

De acordo com o 1º Inquérito Ibero-Americano realizado pela OIJ em 2014, os jovens da Ibero-América são otimistas e têm mais confiança no seu futuro do que no dos seus próprios países. Em quase todas as regiões, quando se lhes pergunta pela sua percepção individual, 2 de cada 3 pensam que nos próximos 5 anos irão estar melhor, porque acreditam nas suas condições pessoais e nas suas capacidades para alterar os contextos nos quais se desenvolvem. No entanto, quando se lhes pergunta acerca da situação dos seus países no mesmo período, o otimismo reduz-se para menos de 60%. Sobressai o apoio dos jovens ibero-americanos aos diferentes processos de integração regional; consultados sobre o livre trânsito de pessoas, uma moeda única e solidariedade com os países pequenos, o apoio em todos estes casos ultrapassou os 60%.

Enumeram-se seguidamente os três principais desafios com que os jovens se deparam e as propostas para centrar o debate da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo no âmbito das políticas públicas. Embora se reconheça que há múltiplos desafios, nesta proposta centramo-nos naqueles que definimos como prioritários para as discussões.

É necessário ter em conta que atualmente os jovens têm acesso fácil à informação, pelo que é fundamental que, uma vez concretizadas as devidas atividades nos países, se lhes dê uma grande difusão para que estes possam estar informados e participar nas iniciativas a implementar.

## 2.1. Emprego

Segundo o Boletim da OIJ-OIT de setembro de 2014, “Trabalho decente para os jovens: o desafio das políticas do mercado de trabalho na América Latina e no Caribe”, 55,6% dos jovens têm um emprego informal, enquanto apenas 40% contribuem para um seguro de saúde e 39% para um sistema de pensões. Por outro lado, segundo a OIJ (2015), a taxa de desemprego juvenil na Ibero-América é inferior a 11 pontos, o que representa uma redução de quase cinco pontos relativamente ao ano 2000. Isto pode atribuir-se às dinâmicas económicas e ao maior investimento social dos países da América Latina, bem como à forte presença do bônus demográfico. Apesar dos dados positivos sobre a redução do desemprego juvenil, este continua a ser três vezes superior ao desemprego adulto (OIJ, 2015).

Numerosos estudos revelam que o desemprego juvenil é tipicamente estrutural e muito difícil de reverter, se não se atacarem as causas estruturais que o determinam (Rodríguez, 2003). Na América Latina e no Caribe, os jovens representam mais de 40% do total dos desempregados da região, tendo a

taxa de desemprego das mulheres jovens a nível regional alcançado 17,7%, comparada com os 11,4% dos homens jovens (OIJ- OIT, 2014).

Segundo refere a OIT, há três dimensões que afetam o emprego dos jovens (OIT 2015): as que fomentam ou desincentivam a criação de postos de trabalho, as que incidem nas condições de trabalho (legislação, regulamentação e ciclo económico); e a empregabilidade, que abarca a educação, a experiência profissional e a capacidade do aparelho produtivo e institucional para levar os benefícios do crescimento económico aos jovens.

Conforme as características e dinâmicas de cada país, as barreiras e/ou desvantagens dos jovens para aceder ao emprego são diversas e têm um nível de complexidade que exige uma atenção particular. No entanto, estabelecer rotas conjuntas na região permitirá avançar coletivamente na solução e na melhoria do emprego juvenil.

De acordo com a publicação da CEPAL, “Panorama Social dos Jovens” (2014), um dos principais desafios das nossas sociedades continua a ser o das desigualdades no desenvolvimento de capacidades e no mundo do trabalho, que afeta principalmente os nossos jovens, pois apesar do tempo de escolarização, as suas oportunidades de inserção laboral são menores do que as dos adultos. Também se observa uma incapacidade do mercado de trabalho para absorver a mão-de-obra ao ritmo que esta surge, quer seja pela sua baixa qualificação, quer por motivos próprios da estrutura produtiva dos países.

Neste sentido, é importante destacar as experiências desenvolvidas em muitos dos países da América Latina relacionadas com os estímulos à oferta de emprego através de diversos programas de subsídios à contratação, os quais integram componentes de formação e capacitação por parte das entidades empregadoras como condição para a permanência no posto de trabalho. O relatório da OIT (2015) explica que “o objetivo - destes programas - é garantir que a aprendizagem no local de trabalho seja um complemento fornecido pelo sistema de educação formal, numa faixa etária na qual o processo de acumulação de capital humano é mais intenso”.

### **Proposta de discussão para a ação**

- Realizar um roteiro sobre o emprego juvenil na região, em consonância com a legislação atual dos países-membros e os compromissos acordados na Agenda de Desenvolvimento 2030.
- Promover uma estratégia ibero-americana de informação virtual com oferta institucional e privada, que permita aos jovens acesso a todas as oportunidades disponíveis na região ibero-americana de emprego digno, oferta educativa formal e não formal, serviços, estágios profissionais, mobilidade académica e oferta cultural e social, promovendo uma estrutura inclusiva que fomente condições de igualdade para o acesso a oportunidades.
- Promover políticas ativas para a redução da informalidade do trabalho dos jovens, através de um maior controlo governamental, da implementação de medidas impositivas que incentivem a formalização, e de um empoderamento dos jovens no que respeita aos seus direitos e obrigações.
- Incentivar programas de estímulos à procura, para favorecer a contratação formal de jovens a partir dos ensinamentos adquiridos em diferentes programas de subsídios, juntamente com a capacitação dos jovens. Isto não apenas melhora a produtividade das empresas, mas também a empregabilidade futura do jovem empregado.

## 2.2. Educação

Investir no capital humano significa consolidar modelos sustentáveis de desenvolvimento, na medida em que a formação das capacidades e o fortalecimento das competências das pessoas constituem um instrumento central para se conseguirem transformações sociais baseadas no conhecimento, na produtividade, e na participação democrática.

O investimento na juventude ajuda a consolidar a base do capital humano dos países tendo, portanto, efeitos multiplicadores no desenvolvimento económico e social da região, na qual o setor produtivo resulta o mais beneficiado por este processo, sendo talvez o investimento em educação e no acesso ao emprego onde mais se centrou a intervenção pública dos diversos países.

As atuais gerações de jovens nasceram e cresceram no paradigma da sociedade do conhecimento, criando vínculos naturais com as tecnologias da informação e da comunicação, principais ferramentas do desenvolvimento na atualidade e no futuro.

Embora seja verdade que se progrediu bastante em matéria de políticas de juventude na região, esta continua a apresentar altos índices de desemprego, iniquidade e exclusão social. Menos de 10% dos jovens ibero-americanos são analfabetos funcionais, ou seja, têm 4 anos ou menos de escolaridade. A taxa de analfabetismo reduziu-se em 4 pontos nos últimos 15 anos. Do total dos jovens da região, aproximadamente 35% só estuda, e 33% só trabalha; cerca de 12% estuda e trabalha, e cerca de 20% em idade de trabalhar encontra-se na categoria de inatividade (OIJ, 2015). Nos últimos 20 anos, apenas 10% dos jovens concluiu os seus estudos no ensino superior (CEPAL, 2014).

Relativamente ao sistema educativo, formal e não formal, observam-se certas ineficiências e uma desvinculação significativa do mercado de trabalho. A baixa cobertura educativa, a desigualdade da qualidade, o abandono escolar, e o desconhecimento das diversidades culturais internas afetaram a capacidade da educação em termos de fator de mobilidade social ascendente.

Em matéria educativa, a XXIV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que teve lugar em Veracruz em dezembro de 2014, aprovou importantes compromissos, dos quais se salientam, entre outros, a implementação da “Aliança para a Mobilidade Académica”, que tem por objetivo alcançar 200.000 mobilidades de estudantes em 5 anos em toda a região ibero-americana; o Portal Ibero-Americano de Mobilidade de Investigadores; o Acordo-Quadro Ibero-Americano de participação voluntária que permite promover a facilitação de estágios de estudos e a mobilidade intraempresarial de profissionais formados e investigadores, investidores e empreendedores; e o Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Aprendizagem ao Longo da Vida 2015-2021.

A educação deve, sem qualquer dúvida, ser um dos eixos principais, dada a sua importância e alto grau de inter-relação com outras questões, tais como o empreendedorismo e a formação para o trabalho, mas sobretudo porque a grande maioria das ações que realizamos nesse sentido terão como beneficiários um grupo bem definido: as juventudes ibero-americanas.

### Proposta de discussão para a ação:

- Promover e desenvolver as bases de um sistema de bolsas de mobilidade estudantil a nível superior,

procurando que o modelo tenha a devida qualidade educativa e sustentabilidade financeira.

- Criar espaços virtuais que permitam o intercâmbio de estudantes de diferentes países, com as mesmas idades e nível de escolaridade, com o objetivo de criar comunicação que promova a discussão de assuntos transversais e comuns, e assim enriquecer o conhecimento mútuo.
- Apoiar e desenvolver ações que promovam processos de aprendizagem em disciplinas, tais a como programação informática e a utilização das ferramentas das TICs.
- Fortalecer ações no sistema educativo dos países que envolvam a dimensão social e cultural, bem como a da cidadania, entendidos como aspetos centrais do desenvolvimento económico dos países, das populações e dos jovens.
- Conceber e implementar programas de educação técnica pertinentes e de qualidade dirigidos a jovens, que garantam a sua empregabilidade e que respondam às necessidades das empresas, mediante a conceção de incentivos e de outros mecanismos que fomentem maiores níveis de capacitação na empresa, tais como por exemplo, incentivos fiscais, criação de fundos para o desenvolvimento do capital humano, participação gremial, etc.

### 2.3. Empreendedorismo juvenil

Devemos entender o empreendedorismo e a inovação como motores do desenvolvimento dos nossos países. De acordo com o Relatório de Economia e Desenvolvimento “Empreendimentos na América Latina: da subsistência à transformação produtiva”, realizado pela CAF (2013), as empresas da região crescem lentamente devido à falta de investimento em inovação e desenvolvimento. É necessário incrementar o investimento e melhorar as competências e capacidades, renovando a agenda de cooperação regional em ciência, tecnologia e inovação.

De acordo com a OCDE (2012), a inovação é uma peça fundamental para o desenvolvimento económico, que deve ser fomentada em etapas precoces para criar as capacidades de aprendizagem necessárias que permitam promover mudanças produtivas nos nossos países. Assim, uma estratégia de desenvolvimento económico e social deve sustentar-se na criação de capacidades de inovação aplicadas ao contexto local, nacional e regional.

Também é necessário destacar que, sob a noção de empreendedorismo, se torna necessário promover empreendimentos culturais, sociais e ambientais que tenham a capacidade de gerar capital social e inserção socioeconómica em espaços não convencionais.

#### Proposta de discussão para a ação

- Avaliar o mecanismo de ligação entre os programas e as plataformas existentes de assessoria e acompanhamento dos jovens empreendedores nos nossos países, a fim de fomentar as trocas de experiências e criar e/ou potenciar as aptidões e competências para o desenvolvimento das suas iniciativas de forma eficiente e competitiva, procurando vincular, entre outros, o setor privado, a academia e a sociedade civil.
- Estudar a viabilidade de promover o empreendedorismo juvenil mediante incentivos de carácter fiscal, facilidade de acesso a espaços de incubação de ideias, aceleração de modelos de negócio, e

ligação a fundos de capital e a investidores, entre outros.

- Promover o desenvolvimento e a produção regional de conhecimento sobre o empreendedorismo juvenil a nível ibero-americano, integrando análises comparadas.
- Fomentar o empreendedorismo social entre os jovens, avaliar os seus resultados e difundir as melhores práticas.

### Reflexão final

O acima exposto sobre os eixos temáticos deve conduzir-nos a ações complementares que permitam aumentar as oportunidades dos jovens e fortalecer a sua identidade com a comunidade ibero-americana.

Um dos desafios dos países ibero-americanos é reforçar os canais para ligar e capitalizar as aprendizagens que cada país alcançou no desenvolvimento das suas metas. Os triunfos, realizações, erros e experiências partilhadas permitem poupanças significativas em tempo e recursos para a formulação de políticas públicas, programas ou ações, destinados a incidir em temas particulares.

Face aos desafios identificados e à grande heterogeneidade da realidade dos jovens, a Ibero-América deve privilegiar, entre outros, o trabalho na partilha de experiências e boas práticas; na diminuição da precarização do trabalho; no incentivo ao empreendedorismo; em conseguir uma educação de qualidade e pertinência, e em integrar o setor público, privado, académico e civil na formulação de políticas.

Consequentemente, a nossa contribuição como governos será abrir caminhos e facilitar os instrumentos para que os jovens de todos os nossos países tenham oportunidades concretas de participação e crescimento, o que contribuirá para a construção de sociedades inclusivas e prósperas, com desenvolvimento sustentável e equidade social.

É chegado o momento de integrar a Ibero-América no contexto de espaços de diálogo e de trocas de experiências para fomentar a discussão e a interação, com o intuito de multiplicar as boas práticas e aprender com as experiências que não tiveram sucesso na sua implementação e desenvolvimento. Para isso, propõe-se a configuração dos círculos ibero-americanos de capitalização de experiências em torno de temas centrais da XXV Cúpula de 2016.

Com o intuito de caminhar para o mesmo objetivo, a Colômbia, no exercício da Secretaria Pro-Tempore da Conferência Ibero-Americana, propõe avançar para a formulação e assinatura do Pacto Ibero-Americano pela Juventude, instrumento que articulará diferentes instâncias políticas, sociais, privadas e de cooperação internacional, relacionadas com a juventude, com o objetivo de acordar compromissos e metas concretas nesta matéria.

A formulação deste Pacto, que definirá objetivos regionais em matéria de juventude, deverá ser alinhada com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Desta forma, os jovens ibero-americanos poderão tornar-se agentes estratégicos e de transformação para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Nota metodológica:**

*Nos casos em que não se conseguiram estudos e estatísticas da Ibero-América, foram utilizados valores correspondentes à América Latina e Caribe.*

**Referências Bibliográficas:**

- Banco Mundial (2015) “Young Entrepreneurs, Drivers of Sustainable Growth”.
- Banco Mundial (2015) Infografia Desafios dos Jovens na América Latina <http://www.bancomundial.org/es/news/infographic/2015/09/26/jovenesamerica-latina-desafios-opportunidades>.
- Banco Mundial (2014) “O empreendedorismo na América Latina”.
- Banco Mundial (2003) Pilotti, Francisco e Camacho, María Claudia “Políticas e Programas de Juventude na América Latina e no Caribe, Contexto e Principais Características”.
- BID (2012) Programa de Desenvolvimento das Américas, Bouillon Cesar Patricio (Editor) “Um espaço para o desenvolvimento: Os mercados da habitação na América Latina e no Caribe”.
- CAF (2013) Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED) “Empreendimentos na América Latina. Da subsistência à transformação produtiva”.
- CAF (2014) Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED) “Para uma América Latina mais segura. Uma nova perspectiva para prevenir e controlar o delito”.
- CAF (2014) A educação técnica e a formação profissional na América Latina: o desafio da produtividade. Série de Políticas Públicas e Transformação Produtiva nº 13.
- CEPAL (2014), “Panorama Social das Jovens”.
- CEPAL (1996) Divisão de Desenvolvimento Social, Durston, John “A situação da juventude rural na América Latina - invisibilidade e estereótipos”.
- Latinobarómetro (2012) “A Segurança Cidadã, o principal problema da América Latina”.
- OCDE (2012), Innovation for Development: a discussion of the issues and an overview of work of the OECD directorate for science, technology and industry.
- OEA/Alertamerica.org (2012) “Relatório sobre a Segurança Cidadã nas Américas”.
- Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) e Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2014) “Investir para Transformar. A Juventude como protagonista do Desenvolvimento”.
- Organização Ibero-Americana de Juventude (2014) “Jovens, Emprego e Tecnologia na América Latina: Uma abordagem integral com perspectiva de género”.

- OIJ/Nações Unidas/CEPAL (2012) “A juventude e o bônus demográfico na Ibero-América”.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2015) “Formalizando a Informalidade. Experiências inovadoras na América Latina e no Caribe”.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2005) “O emprego dos jovens: vias para aceder a um trabalho decente”.



# CUMBRE IBEROAMERICANA

## CARTAGENA - COLOMBIA

*"Juventud, Emprendimiento y Educación"*



III.

# Declarações e Conclusões da XXV Conferência Ibero-Americana - Reuniões Ministeriais



1.

# Reunião de Ministros das Relações Exteriores



# I Reunião de Ministros das Relações Exteriores Ibero-Americanos

Cartagena das Índias, Colômbia, 12 de dezembro de 2015

## DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES IBERO-AMERICANOS

Nós, as Ministras e os Ministros Ibero-Americanos das Relações Exteriores, reunidos em Cartagena das Índias, reconhecemos os progressos alcançados pela Conferência Ibero-Americana, pela Secretaria-Geral Ibero-Americana e pelos organismos ibero-americanos, no cumprimento dos mandatos definidos na XXIV Cúpula Ibero-Americana realizada em Veracruz e cujo alcance final poderá ser avaliado pelos Chefes de Estado e de Governo na próxima Cúpula Ibero-Americana que será realizada na Colômbia, no final de 2016.

### DESTACAMOS E APOIAMOS:

1. A escolha por parte da Colômbia, na qualidade de Secretaria *Pro-Tempore*, do tema da XXV Cúpula Ibero-Americana: “Juventude, Empreendedorismo e Educação”, que terá lugar em 2016, temática que situa aos jovens ibero-americanos no centro da discussão sobre as prioridades e políticas públicas que os governos ibero-americanos devem considerar, dando assim continuidade aos mandatos de Veracruz e das Cúpulas anteriores.
2. As ações iniciadas pelo Programa Ibero-Americano de Juventude e a implementação do Processo de Reforço Institucional e Programático da Organização Ibero-Americana de Juventude, bem como da Plataforma de Conhecimento da Juventude como eixo articulador de informação e boas práticas e trabalhos para melhorar as possibilidades de investimento em políticas públicas e estratégias dirigidas para a inclusão da juventude.
3. A designação da cidade de Braga, em Portugal, como Capital Ibero-Americana da Juventude em 2016.
4. A consolidação e o fortalecimento dos três Espaços Ibero-Americanos de Cooperação: Cultura, Coesão Social e Conhecimento, para impulsionar novas iniciativas que promovam a criatividade, reconheçam o acervo cultural, coordenem e integrem entre si os atuais programas de cooperação.
5. Os progressos realizados de forma coordenada pela Secretaria-Geral Ibero-Americana e pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura na criação da Aliança para a Mobilidade Acadêmica, reconhecendo especialmente as adesões que já se produziram e animando às instituições públicas e privadas a unirem os seus esforços para alcançarem os objetivos de mobilidade estabelecidos para a região.
6. A definição do Marco Ibero-Americano de Mobilidade Acadêmica, no qual se integrarão todos os projetos e programas que contribuam para fomentar o intercâmbio acadêmico, bem como o aporte para o mesmo que representam o Projeto Paulo Freire, o Programa Pablo Neruda e o Projeto dos Laboratórios Ibero-Americanos, por meio do qual será desenvolvido o programa de formação interdisciplinar em Centros Acadêmicos de Alto Nível.

- 7.** A realização do VIII Fórum Ibero-Americano de Responsáveis do Ensino Superior, de 9 a 11 de dezembro, em Bogotá, durante o qual foram abordados: o impulso da mobilidade acadêmica, da excelência no ensino e a qualidade do ensino superior na Ibero-América.
- 8.** O arranque, por parte da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, do novo Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Aprendizagem ao Longo da Vida 2015-2021, que dá continuidade, aprofunda e amplia o conceito tradicional de alfabetização do Plano 2007-2015, com uma perspectiva de aprendizagem a partir da primeira infância e de forma permanente.
- 9.** O lançamento do Canal Via Satelital Ibero-Americano, “Sinal que nos Une”, que surge do Programa Televisão Educativa y Cultural Ibero-Americana e do compromisso de estabelecer uma agenda digital cultural e que constitui um resultado significativo para a difusão de conteúdos audiovisuais de promoção da cooperação, educação e interculturalidade da comunidade ibero-americana, bem como uma plataforma regional para o intercâmbio, criação e transmissão de novos conteúdos audiovisuais.
- 10.** As ações encaminhadas para o desenho do Plano Estratégico para reconhecer, proteger e salvaguardar o patrimônio cultural ibero-americano.
- 11.** As ações encaminhadas para o fortalecimento das indústrias culturais e criativas ibero-americanas, a produção cultural, os sistemas de informação e os observatórios ibero-americanos da cultura.
- 12.** A preparação dos atos comemorativos que serão realizados no ano de 2016 para celebrar o 10º aniversário da Carta Cultural Ibero-Americana, adotada na XVI Cúpula Ibero-Americana de Montevideú.
- 13.** A comemoração do centenário do poeta Rubén Darío no dia 6 de fevereiro de 2016 e as atividades a serem realizadas para celebrar o seu legado para a cultura universal.
- 14.** A elaboração do diretório de pontos focais da Rede de Peritos no uso de inovações tecnológicas, sistemas de informação e saúde, bem como o estabelecimento, por parte da Organização Pan-Americana da Saúde, dos termos de referência para a implementação da Plataforma Virtual de Troca de Informações e Conhecimentos para a promoção da saúde, da prevenção e dos cuidados com as enfermidades, com especial ênfase nas doenças crônicas não transmissíveis.
- 15.** A eleição em 2015 dos novos Secretários-Gerais da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB); e da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), organização esta que completa 20 anos da sua criação.
- 16.** A constituição do Comité de Direção Estratégica dos Organismos Ibero-Americanos e os primeiros resultados concretos alcançados em matéria de planeamento e coordenação dos recursos disponíveis.
- 17.** O processo que está sendo promovido no Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, com o intuito de fortalecer as suas capacidades para promover

a proteção dos direitos dos povos indígenas, bem como o seu autodesenvolvimento social, econômico e cultural.

**18.** A efetiva implementação de ações de transversalização da perspectiva de gênero nos organismos Ibero-Americanos, que envolvem a implementação de um plano de trabalho conjunto, com linhas de ação relacionadas com a formação, a comunicação e o compromisso institucional do sistema Ibero-Americano para com a equidade de gênero; e a adoção de planos de trabalho com perspectiva de gênero por parte dos Programas, Iniciativas e Projetos de Cooperação.

**19.** Os avanços no processo de reestruturação dos Escritórios Sub-Regionais confiado à Secretaria-Geral Ibero-Americana para melhorar a sua gestão operacional, e a designação dos novos Diretores dos Escritórios do México e de Montevideú, que continuará com a assinatura do Acordo de Sede com o Peru e a designação do seu Diretor no primeiro trimestre de 2016.

**20.** A aprovação do Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana 2015-2018 (PACCI) e do Plano Operacional Anual 2016, resultado de um vasto processo de consulta que envolveu os países, os organismos ibero-americanos e os Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos, dando-se assim cumprimento a uma meta significativa para a institucionalização e a sistematização da cooperação ibero-americana, fundamental para aumentar a eficácia e o impacto desta.

**21.** O processo iniciado para identificar áreas específicas com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da Cooperação Ibero-Americana através do relacionamento com os Observadores Associados e Consultivos da Conferência, de acordo com as modalidades acordadas.

**22.** A criação do Centro Ibero-Americano de Arbitragem, de caráter privado, na reunião de câmaras de comércio, organizações empresariais e associações de advogados da Ibero-América, realizada em Buenos Aires em fevereiro, e a posterior adoção do seu Regulamento de Procedimento e da Cláusula Arbitral, como instrumento ibero-americano de resolução de conflitos, orientado às necessidades das PMEs, e de promoção da cultura jurídica que é comum na região.

**23.** O trabalho adiantado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana durante o ano, o qual facilitou a modernização da organização e uma maior interação com os países membros.

Nós, as Ministras e os Ministros Ibero-Americanos das Relações Exteriores, agradecemos ao Governo e ao povo colombiano pelo caloroso acolhimento em Cartagena das Índias e emitimos esta Declaração, nos seus textos originais em espanhol e português, no dia 12 de dezembro de 2015.

# 2.

## Reuniões Ministeriais Setoriais



## 2.1.

# XIX Assembleia Plenária de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos

Santo Domingo, República Dominicana, 27 e 28 de maio de 2015

### DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO

Os Ministros e Ministras da Justiça, representantes dos Ministérios da Justiça e das Autoridades homólogas, reunidos em Santo Domingo, com o apoio e a colaboração inestimável da Procuradoria Geral da República Dominicana e com o impulso da Secretaria-Geral desta Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB),

#### CONSIDERAMOS:

Que a região Ibero-americana é uma área em que se desenvolvem de forma intensa relações sociais, económicas, políticas e jurídicas que constituem um espaço comum muito valioso e rico pelas suas diferenças e semelhanças e pelo seu potencial para o enriquecimento da vida de todos os seus cidadãos.

Que os países da região enfrentam sérios desafios na área da justiça e da segurança, tanto de ordem nacional como transnacional, que tornam mais necessário do que nunca o desenvolvimento de políticas comuns e/ou baseadas nos princípios da cooperação, harmonização e integração, que reforcem as políticas nacionais e, sobretudo, que melhorem a qualidade da Justiça e a confiança dos cidadãos na mesma.

Que se torna mais necessário do que nunca reforçar os espaços de articulação e cooperação entre países para abordar de uma forma mais eficaz a ação dos governos perante os desafios nacionais, globais e transnacionais que afetam a segurança dos seus cidadãos e que requerem a proteção dos seus direitos.

Que é, portanto, imprescindível apoiar e reforçar a COMJIB, como a instância própria de caráter técnico e político em que se devem articular e permutar políticas a partir do setor da Justiça entre todos os países da região.

Que a experiência acumulada de mais de 10 anos da organização justifica a sua solvência no desenvolvimento das linhas de ação definidas pelos 21 Ministérios da Justiça da Ibero-américa durante este tempo e que a persistência de objetivos comuns aconselha a manutenção e projeção da Conferência.

#### ACORDAMOS:

**1.** Agradecer à Procuradoria Geral da República Dominicana e à Secretaria-Geral da COMJIB pela organização eficaz da Conferência.

- 2.** Apoiar a vontade do Equador de realizar a XX Assembleia Plenária, no ano de 2017.
- 3.** Aprovar o Relatório apresentado pelo Secretário-Geral sobre os trabalhos efetuados desde a celebração da XVIII Conferência realizada em Viña del Mar, nos dias 3 e 4 de abril de 2013, até ao momento presente, incluindo o Relatório Financeiro.
- 4.** Aprovar as Recomendações constantes da “Proposta de harmonização da legislação penal sobre tráfico de drogas no âmbito da COMJIB”.
- 5.** Aprovar o documento “Princípios e recomendações para uma melhor coordenação interinstitucional para a luta contra os crimes económico-financeiros conexos com a corrupção”.
- 6.** Aprovar o “Protocolo regional de atendimento Integral das vítimas de violência de género”.
- 7.** Aprovar os seguintes documentos da linha de Inserção sociolaboral das pessoas privadas de liberdade, elaborados no quadro do Programa Eurosocial:
  - Regras regionais para a inserção socio-laboral das pessoas privadas de liberdade e libertadas.
  - Normas para a inserção socio-laboral das mulheres privadas de liberdade e libertadas.
  - Protocolos de cooperação entre administrações penitenciárias e empresas.
  - Protocolo de coordenação interinstitucional em matéria de inserção socio-laboral.
  - Estratégia de comunicação e sensibilização para políticas de inserção socio-laboral.
- 8.** Aprovar o novo Regulamento de Funcionamento da COMJIB.
- 9.** Instar aos países a aderirem e/ou ratificarem as convenções elaboradas no quadro da COMJIB, mais especificamente, as seguintes:
  - Convenção Ibero-americana sobre a utilização da videoconferência na Cooperação Internacional entre Sistemas de Justiça, assinada em Mar del Plata, Argentina, em 3 de dezembro de 2010.
  - Convenção Ibero-americana de Cooperação sobre Investigação, Segurança e Obtenção de Prova em Matéria de Cibercriminalidade e Recomendação da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB) relativa à Tipificação e Penalização da Cibercriminalidade, assinada em Madrid, em 28 de maio de 2014, sem prejuízo de os aderentes também poderem subscrever outras convenções internacionais sobre a matéria que a complementem
  - Convenção Ibero-americana de Equipas Conjuntas de Investigação, assinada em Viña del Mar, Chile, no dia 5 de abril de 2013.
- 10.** Felicitar-nos pela entrada em vigor, em 17 de julho de 2014, da Convenção Ibero-americana sobre a utilização da Videoconferência na Cooperação Internacional entre Sistemas de Justiça.
- 11.** Solicitar à Secretaria-Geral o estabelecimento dos Mecanismos de Seguimento necessários

para analisar o desenvolvimento e impacto dos documentos aprovados e promovidos no seio da Conferência.

**12.** Incumbir a Secretaria-Geral e, mais especificamente, o Grupo de Trabalho de Luta contra o Crime Organizado Transnacional de uma análise da viabilidade e possível desenvolvimento das ferramentas que possibilitem a Decisão de Detenção e Entrega nos países ibero-americanos, tendo por referência os trabalhos efetuados no quadro do Projeto de Harmonização da Legislação Penal para combater eficazmente o crime organizado na América Central.

**13.** Incumbir a Secretaria-Geral e, mais especificamente, o Grupo de Trabalho de Luta contra a Delinquência Organizada Transnacional de uma análise da viabilidade para dotar de eficácia jurídica transnacional as comunicações entre autoridades centrais que sejam efetuadas através da IberRed.

**14.** Aprovar a Estratégia COMJIB 2015-2017 incluindo as linhas de trabalho nela estabelecidas.

**15.** A este respeito, comprometemo-nos a tornar efetivas as contribuições anuais já prometidas à COMJIB para garantirmos a sua viabilidade enquanto organismo internacional.

**16.** Reconhecer os esforços dos países que de forma habitual efetuam contribuições. Valorizando-se especialmente o contributo que a Espanha tem efetuado, em particular através do Fundo MAEC-COMJIB desde o ano de 2007, o qual tem sido decisivo para a implementação de uma grande parte destas ações e especialmente valioso em momentos de graves dificuldades económicas.

**17.** Reconhecer o esforço da Secretaria-Geral da COMJIB quanto à mobilização de fundos externos para desenvolver projetos e atividades, que permitiu manter a viabilidade da organização. Insta-se a Secretaria-Geral a continuar a promover e impulsionar novas formas de financiamento das suas atividades e projetos, quer sejam provenientes de contributos públicos, de organismos internacionais e bancos de desenvolvimento quer de instituições privadas.

**18.** Felicitar e avaliar os avanços do Projeto de Harmonização da Legislação Penal sobre a Crime Organizado na América Central e República Dominicana, realizado pelo SICA e pela COMJIB, com o apoio do Fundo Espanha-SICA, expressando interesse em conhecer os avanços do referido projeto para valorizar a sua eventual ampliação ao conjunto da região ibero-americana.

**19.** Felicitar e avaliar os avanços das linhas de ação do Programa Eurosocial e, mais especificamente, Violência de Género, MASC, Inserção socio-laboral e Luta contra a Corrupção.

**20.** Celebrar os avanços no Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça e agradecer a difusão dos seus resultados. De igual modo, consideramos necessária a promoção da incorporação dos países que ainda não fazem parte do mesmo.

**21.** Aprovar a Declaração Ibero-americana sobre Justiça Juvenil Restaurativa, elaborada no quadro do Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça.

**22.** Impulsionar o estabelecimento de um Programa Ibero-americano de Luta contra a Corrupção.

**23.** Apoiar a manutenção e o melhoramento do Portal de Justiça Eletrónica na Ibero-américa (PIAJE).

- 24.** Aprovar o Relatório sobre a IberRed, apresentado pelo Secretário-Geral de COMJIB, que também é Secretário-Geral da IberRed.
- 25.** Apoiar as ações que se têm realizado no quadro do Programa Eurosocial.
- 26.** Felicitar-nos pela criação do Centro Ibero-americano de Arbitragem que tem vindo a ser impulsionado pela COMJIB e pela SEGIB.
- 27.** Continuar a impulsionar a colaboração com outros Organismos Internacionais que desenvolvem atividades em áreas relacionadas com as linhas de trabalho definidas como prioritárias no seio da COMJIB, através dos instrumentos que sejam pertinentes.
- 28.** Continuar a impulsionar a execução de projetos específicos de carácter sub-regional, de outros que promovam a cooperação sul-sul e a cooperação triangular, assim como de projetos bilaterais a pedido dos países da região.
- 29.** Reconhecer que a execução das linhas de trabalho aprovadas ficarão sujeitas à obtenção dos recursos orçamentais necessários.
- 30.** Submeter à consideração dos Chefes de Estado e de Governo, que se reunirão em dezembro de 2016, a aprovação das seguintes alíneas na sua Declaração:
  - “Continuamos a apoiar as ações que a COMJIB vem efetuando, especialmente as que visam combater de forma coordenada o crime organizado transnacional, o melhoramento dos sistemas penitenciários, a utilização das novas tecnologias na Administração da Justiça e a promoção do acesso à Justiça”.
  - “Apoiamos especificamente os avanços em matéria de luta contra a cibercriminalidade, a harmonização da legislação penal contra o crime organizado na América Central e República Dominicana e a promoção de guias de desenvolvimento de infraestruturas penitenciárias com orientação para os direitos humanos”.
- 31.** Solicitar à SEGIB que submeta a presente Declaração à próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, para o seu conhecimento e consideração.
- 32.** Felicitar-nos pela reincorporação de Cuba nos trabalhos da Conferência e, por conseguinte, ter em consideração esta circunstância no que se refere à sua decisão de não apoiar neste momento os documentos aprovados nesta Assembleia Plenária, referidos nos pontos 4., 5., 6. e 7. da presente Declaração.
- 33.** Aprovar o orçamento 2015-2017 que se anexa à presente Acta. A este respeito, comprometemo-nos a efetuar as contribuições necessárias para o tornar efetivo, através das quotas, tendo em consideração os condicionantes especiais que podem afetar alguns países e que se refletem no citado Anexo.
- 34.** Reconhecer, no 40 aniversário da ILANUD, a sua trajetória e trabalho em benefício dos sistemas da Justiça Ibero-americana e da COMJIB.
- 35.** Convidar, a título pessoal, o Secretario da Justiça do Estado Livre Associado do Porto Rico para a próxima Assembleia plenária da COMJIB a fim de nos elucidar sobre o fundamento jurídico que

sustenta o seu pedido de ser acolhido como observador, em termos do Direito Internacional, no seu quadro constitucional e no quadro regulatório de sua relação com os Estados Unidos de Norte América.

**36.** Farão parte da Comissão Delegada os seguintes países: Paraguai, Equador, El Salvador, Colômbia e Panamá. Aceita-se a oferta do Panamá para ser anfitrião da próxima reunião desta Comissão Delegada.**37.** Eleger o Sr. Arkel Benítez Mendizábal como Secretário-Geral da COMJIB.

**38.** Eleger para Secretários Gerais Adjuntos a Espanha, o México e a República Dominicana.

**39.** Agradecer ao Secretário-Geral cessante, o Sr. Fernando Ferraro Castro, a sua liderança durante os dois anos em que exerceu o seu mandato e felicitá-lo pelas iniciativas tomadas, que resultaram num impulso decisivo para a COMJIB, que a transformou no Organismo de Referência no âmbito jurídico Ibero-americano.

## 2.2.

# IX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros do Trabalho, Emprego e Previdência Social

Cartagena das Índias, Colômbia, 2 e 3 de maio de 2016

As ministras, os ministros e representantes dos países participantes da IX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros do Trabalho, emprego e Previdência Social reunimo-nos na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, nos dias 2 e 3 de maio de 2016, no âmbito das Reuniões Setoriais preparatórias da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, para fortalecer as estratégias regionais e o desenvolvimento de políticas públicas integradas e coordenadas, manter o papel tutelar e proativo do Estado, reiterar nosso compromisso por trabalhar de forma conjunta para alcançar o objetivo comum do trabalho digno e decente, a geração, promoção e formalização do emprego, conseguir e fortalecer a previdência social e a saúde laboral na região e a formação para o trabalho de todas e todos os trabalhadores, como caminhos insubstituíveis para o desenvolvimento, a inclusão, a equidade e a paz.

Tomando como fundamento as Declarações adotadas nas anteriores reuniões Ibero-americanas, as agendas realizadas em outros fóruns Ministeriais, o contexto global do mundo do trabalho, a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente em quanto aos objetivos de diminuição da pobreza, a igualdade de gênero e o emprego, assim como as linhas de ação da Organização Internacional do Trabalho, contidas, entre outras, na Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho de 1998.

### CONSIDERANDO:

- I.** A importância e necessidade do fomento do emprego decente, digno e da inclusão social para eliminar as desigualdades e erradicar a pobreza.
- II.** Que, de acordo com a OIT, ao redor de 43 por cento das e dos jovens da população ativa do mundo não têm emprego ou são trabalhadores que vivem na pobreza.
- III.** A rápida evolução das tecnologias, das formas de trabalho e das relações de emprego, assim como os novos tipos de criação de empresas, que requerem uma adaptação constante ao mercado de trabalho, para enfrentar o desajuste de competências com esquemas flexíveis, eficientes e oportunos de formação profissional técnica, enfatizando o respeito da dignidade e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.
- IV.** Que para avançar e fomentar políticas públicas integrais, ações e programas favoráveis às juventudes ibero-americanas, é fundamental implementar a igualdade de gênero para alcançar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres jovens em todos os âmbitos. Reiteramos nosso compromisso com a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas laborais e de emprego,

a eliminação da discriminação, do assédio e da violência relacionados com o gênero ou a orientação sexual, etnia e o equilíbrio entre as responsabilidades familiares e do trabalho.

**V.** Que nossos Governos estão comprometidos em procurar melhores oportunidades para as e os jovens, de forma que possam ter acesso a empregos decentes e dignos. Neste sentido, trabalharemos para implementar políticas em educação e formação para o trabalho que permitam fortalecer suas capacidades, de acordo com as exigências do mercado de trabalho e o acesso à previdência social e serviços básicos.

**VI.** Que o trabalho decente no campo significa produtividade, renda, segurança e melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração na sociedade, assim como liberdade de expressão, organização e participação nas decisões que afetam suas vidas, com igualdade de oportunidades e tratamento para todas as mulheres e homens, e que todos estes elementos contribuam à estabilidade, à integração, ao crescimento econômico e à paz sustentável.

**VII.** Que estamos comprometidos em avançar para conseguir maiores coberturas em previdência social, para garantir as condições de trabalho seguro, digno, saudável e estimulante para os trabalhadores da região.

**VIII.** Que pretendemos impulsionar iniciativas de empreendimento que promovam mais e melhores empregos, assim como esquemas inovadores de mobilidade, produção e fomento do auto-emprego e a promoção de formas associativas de produção. O talento humano é um dos motores de desenvolvimento e a mobilidade de talentos dentro do espaço ibero-americano, favorecerá a transferência de conhecimento, a criação científica e intelectual e a inovação.

#### **CONCORDAM:**

**1.** Reforçar as ações, políticas e programas nacionais em coordenação com o setor privado, para que os jovens possam ter acesso a vagas de trabalho decentes e dignas, seguras, saudáveis, que ofereçam oportunidades equitativas para a promoção profissional, com especial atenção às mulheres e aos coletivos de especial vulnerabilidade, buscando que todos aqueles que quiserem trabalhar possam obter as habilitações necessárias para o mercado de trabalho.

**2.** Impulsionar políticas integrais e estratégias através de incentivos e políticas ativas do emprego, que permitam eliminar barreiras de acesso ao mercado de trabalho formal, com focos diferenciais de gênero, etnia e distribuição de renda, garantindo que estas iniciativas não sejam em detrimento das condições laborais e dos direitos do trabalhador e trabalhadora jovem e permitam uma adequada cobertura da previdência social.

**3.** Trabalhar de forma coordenada com as instituições e setores pertinentes para desenvolver políticas de emprego juvenil rural, que promovam a permanência dos jovens no campo e o relevo geracional, e que garantam o trabalho decente e digno, assim como a inclusão produtiva de homens e mulheres com igualdade de oportunidades no setor rural.

**4.** Impulsionar políticas e estratégias de empreendimento e geração de renda para os jovens da região, através da destinação de recursos para fomentar, financiar e dar assistência técnica empresarial ao desenvolvimento de empreendimentos, assim como a promoção e financiamento de programas de emprego e empreendimento nas zonas rurais.

- 5.** Fortalecer a educação e a formação para o trabalho, com especial ênfase na formação ao longo da vida e na erradicação do trabalho infantil, facilitando a interação entre a empresa, as organizações de trabalhadores e os estabelecimentos de formação.
- 6.** Impulsionar e fortalecer ações e políticas que promovam e garantam que jovens com características especiais ou com alguma deficiência tenham as mesmas oportunidades e possam ter acesso a uma formação integral, contínua e permanente, a vagas de trabalho dignas, seguras e saudáveis. Neste contexto, apoiamos o programa de trabalho para pessoas com deficiência que realiza a OISS.
- 7.** Encarregar a OISS e a OIJ, com o apoio da SEGIB e do Secretariado Executivo Virtual, a criação de um Observatório para o emprego, o empreendimento e a previdência social dos jovens ibero-americanos, como mecanismo para fazer um seguimento permanente à condição dos jovens diante do mercado de trabalho na região e cujos aportes sirvam para a orientação das políticas públicas e o desenvolvimento dos serviços de emprego na região. Neste contexto, encomendar à OIJ, que em colaboração com a OIT, e no âmbito do “Pacto pelas Juventudes Ibero-americanas”, que será levado formalmente aos Chefes de Estados e de Governo na XXV Cúpula Ibero-Americana, a elaboração de um estudo sobre as novas tendências do emprego juvenil e sua relação com a revolução digital, com a finalidade de estabelecer um marco de orientação para os governos ibero-americanos e que de início a um programa de formação em capacidades digitais.
- 8.** Criar um Banco de boas práticas, com o apoio da OIJ, o Secretariado Executivo Virtual e a SEGIB, para o intercâmbio de informação sobre políticas, estratégias e programas que tiveram impacto positivo na geração e promoção de emprego para os e as jovens. Neste contexto, encomendamos à OIJ, que no âmbito do “Pacto pelas Juventudes Ibero-americanas” promova e habilite uma plataforma virtual que fomente o desenvolvimento colaborativo de empreendimentos juvenis de impacto social e tecnológico.
- 9.** Os países ibero-americanos presentes continuamos comprometidos com a gestão eficiente da migração laboral, implementando políticas públicas integradas que promovam e garantam o respeito dos direitos humanos e laborais das pessoas, trabalhadores migrantes e suas famílias, construindo ferramentas de informação transparentes e integradas, que nos permitam articular e comunicar entre si os serviços de emprego dos nossos países, impulsionando acordos entre países de origem e destino, assim como entre os setores público e privado, com a finalidade de favorecer uma migração regular, segura e organizada.
- 10.** Dar cumprimento ao previsto no item 5 da Declaração de Veracruz sobre a viabilidade de estabelecer um Convênio Marco de Mobilidade no espaço ibero-americano, de participação voluntária, que permita remover os obstáculos de índole migratória, profissional ou educacional, para que a mobilidade seja um agente impulsionador do progresso social, cultural e econômico. Neste sentido, promoveremos especialmente a mobilidade para a realização de práticas laborais ou a participação em iniciativas de empreendimento que contribuam a melhorar a capacitação e as competências profissionais.
- 11.** Fomentar a criação de mecanismos de reconhecimento de estudos e formação na região para facilitar a mobilidade laboral dos jovens, reconhecer suas qualificações, competências e experiências laborais.
- 12.** Continuar avançando no diálogo social tripartido amplo e inclusivo para aproveitar as oportuni-

dades e ao mesmo tempo enfrentar os desafios da rápida evolução tecnológica que requer uma estratégia integral. O tele-trabalho tem sido um exemplo importante dos benefícios das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICS).

**13.** Procurar o desenvolvimento de esquemas de formação integrais, flexíveis e de acordo com as necessidades de cada país, focados na população jovem e que permitam o fomento da cultura e da Previdência social.

**14.** Congratular e apoiar o Secretariado Executivo Virtual pelos avanços realizados para a implementação do Banco de Boas Práticas sobre Inspeção Laboral na Ibero-América (BBPILI).

**15.** Acolher e impulsionar o desenvolvimento da II Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho (II EISST) e as conclusões e recomendações da Declaração do IX Congresso Ibero-Americano de Prevenção de Riscos do Trabalho PREVENENCIA 2016, realizado na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, nos dias 26 e 27 de abril de 2016.

**16.** Animar os Estados que ainda não o fizeram, de acordo com sua normativa jurídica interna, a assinar ou ratificar o Convênio Multilateral Ibero-americano de Previdência social, como ferramenta para facilitar a previdência social e a proteção à terceira idade e riscos de trabalho no espaço ibero-americano, que beneficiará principalmente os jovens que hoje participam num mundo de trabalho mais globalizado, dinâmico e transfronteiriço.

**17.** Instar aos organismos ibero-americanos a definir os mecanismos de gestão e governança do espaço ibero-americano de coesão social, para consolidá-lo como um cenário de cooperação através do qual as políticas de empreendimento sejam catalisadas e promovidas, assim como a inclusão laboral e proteção social resultantes desta Conferência.

**18.** Manifestam seu reconhecimento ao senhor Ministro do Trabalho da República da Colômbia, Luis Eduardo Garzón, por seu comprometimento e empenho pela realização na Ibero-América do trabalho digno e a previdência social para todos, colocando seu trabalho diante do Ministério como exemplo de convicção democrática e de promoção do diálogo social, para a realização dos direitos dos trabalhadores e o desenvolvimento inclusivo das sociedades na região.

**19.** Elevar à XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a elaboração e implementação de políticas públicas integradas e coordenadas em educação, emprego, empreendimento e formação para o trabalho, que permitam fortalecer as capacidades dos jovens, de acordo com as exigências do mercado de trabalho de cada país, com o propósito de facilitar o acesso a empregos decentes [dignos, seguros e saudáveis] e favorecer iniciativas de empreendimento.

## 2.3.

# XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Cultura

Cartagena das Índias, Colômbia, 20 de maio de 2016

As Ministras, Ministros e Altos Funcionários da Cultura dos países ibero-americanos, reunidos na cidade de Cartagena das Índias, nos dias 19 e 20 de maio de 2016, no âmbito da XXV Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo,

### CONSIDERANDO:

1. Que a XXV Cimeira Ibero-Americana se celebra em Cartagena das Índias, Colômbia, em ano de transcendental importância para a paz neste país.
2. Que o lema “Juventude, empreendedorismo e educação” evidencia a importância de concentrar ações em benefício das pessoas jovens para proporcionar o seu desenvolvimento nos espaços Ibero-americanos e garantir a defesa dos seus direitos humanos.
3. Que a cultura é um eixo estratégico nos processos de paz da Colômbia e tem demonstrado ser uma ferramenta eficaz na convivência, no desenvolvimento integral e na prosperidade.
4. Que a XVIII Conferência Ibero-Americana de Cultura, através do intercâmbio de boas práticas, ofereceu contribuição substantiva à temática da Cimeira e à convivência harmoniosa das nossas sociedades, especialmente das juventudes.
5. Que as experiências apresentadas nesta Conferência demonstram a relevância e a pertinência da intervenção de políticas culturais no estímulo de novas formas de participação cidadã. A cultura de encontro e de aprendizagem é base de sustentação das instituições democráticas.

### ACORDAMOS:

1. Estabelecer um mecanismo dinâmico de cooperação e intercâmbio de projetos culturais, baseado em metodologia comum para a integração e a coesão dos nossos povos, especialmente da população jovem.
2. Elevar este mecanismo à XXV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.
3. Apoiar a iniciativa do Pacto Ibero-americano da Juventude mediante o aprofundamento das políticas públicas dirigidas para o fortalecimento dos empreendimentos culturais e formação integral.
4. Celebrar a assinatura do protocolo de colaboração entre a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) para o funcionamento e desenvolvimento do Espaço Cultural Ibero-Americano (ECI).

- 5.** Salientar o processo de renovação da cooperação ibero-americana orientada para resultados, que facilite o seguimento dos mandatos e compromissos assumidos, e destacar as ações da SEGIB e da OEI para a implementação do Plano de Ação Quadrienal 2015-2018.
- 6.** Encomendar à OEI que difunda o estudo comparativo sobre cultura e desenvolvimento econômico; impulse os programas e projetos de mobilidade e formação cultural; estimule os vínculos entre cultura, educação e ciências; otimize o portal Ibero-americano do direito à cultura, assim como a plataforma do Observatório Ibero-americano da Cultura (OIBC) e inicie os processos de cooperação cultural em rede.
- 7.** Estimular a SEGIB a que avance no Plano Ibero-Americano de Patrimônio Cultural, no Plano Ibero-americano de Industrias Culturais e na Agenda Digital Cultural Ibero-Americana.
- 8.** No âmbito da Agenda Cultural Digital para a Ibero-América, receber e estudar a proposta do México para o desenvolvimento de uma plataforma digital da Enciclopédia da Literatura da Ibero-américa.
- 9.** Reafirmar o nosso compromisso com os Programas e Iniciativas de Cooperação Cultural, destacar os seus avanços e o incremento nas adesões e estimular a SEGIB a que identifique fontes de financiamento adicionais para os programas de cooperação cultural e para as iniciativas tendentes a favorecer as indústrias culturais na região.
- 10.** Fornecer conteúdos para o Canal de Televisão por satélite, “Sinal que nos une”, contribuir para os mecanismos de participação social na produção do audiovisual na região e apoiar o desenvolvimento de coproduções regionais.
- 11.** Apoiar o programa cultural da XXV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.
- 12.** Reconhecer a relevância da Carta Cultural Ibero-Americana no seu X aniversário e, neste contexto, constituir um grupo de trabalho integrado por Argentina, Cuba, Chile, Espanha, El Salvador, México, Portugal, Uruguai, SEGIB e OEI, para refletir sobre as contribuições da Carta Cultural Ibero-Americana e colaborar para a definição das ações a serem desenvolvidas para impulsionar a Agenda Ibero-americana para a diversidade linguística.
- 13.** Apoiar as ações que se realizem na região no âmbito da Década Internacional dos Afrodescendentes, proclamada pelas Nações Unidas.
- 14.** Expressar nossa solidariedade e pesar ao povo do Equador, vítima do terremoto de abril de 2016 e assumir o compromisso de realizar, considerando as possibilidades e competências, todos os esforços para apoiar a recuperação do seu patrimônio cultural e levar a cabo ações culturais e artísticas em benefício da população afetada por este evento natural, no âmbito dos planos institucionais de contingência do governo do Equador.

#### **DESTACAMOS:**

A comemoração do 4º centenário da morte de Miguel de Cervantes Saavedra mediante extenso programa de atividades culturais em todo o espaço ibero-americano, avançando, assim, no conhecimento e na universalização do seu legado inesgotável.

Os 400 anos do falecimento de Inca Garcilaso de la Vega e reconhecemos a sua contribuição para as letras que se constitui em referência da diversidade que nutre o desenvolvimento cultural dos nossos povos.

A comemoração do centenário do poeta Rubén Darío e as atividades a realizar durante este ano para celebrar o seu legado para a cultura universal.

O anúncio do Chile sobre a comemoração do centenário do nascimento da artista chilena Violeta Parra, em 2017, e expressamos a nossa aprovação pelo convite que se estende ao Espaço Cultural Ibero-americano para participar nas atividades que se realizarão com esse propósito.

A criação do Ministério da Cultura da Argentina e da Secretaria de Cultura do México, assim como o processo para a criação do Ministério das Culturas e do Patrimônio do Chile.

Os projetos culturais que a Colômbia desenvolve no cenário da paz e reconciliação que contribuem para fortalecer o tecido social e o maior reconhecimento da diversidade cultural.

Que os projetos da cultura urbana são ótimos para fortalecer a participação e gerar oportunidades para os jovens, que constituem população particularmente afetada pela falta de oportunidades na região.

#### **AGRADECEMOS:**

À Colômbia pela iniciativa metodológica que facilita o conhecimento da ação cultural entre os nossos países.

Os esforços e os trabalhos realizados pelo Ministério da Cultura da Colômbia, Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, Agência Presidencial de Cooperação Internacional (APC Colômbia), OEI, a secretaria técnica desta reunião e SEGIB para o êxito desta Conferência.

Todos los participantes na XVIII Conferência de Cultura desejam o êxito do processo de Paz da Colômbia.

## 2.4.

# XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado

Bogotá, Colômbia, 7 e 8 de julho de 2016

### CONSENSO DE BOGOTÁ

Nós, os Ministros e delegados de Administração Pública e Reforma do Estado, reunidos durante os dias 7 e 8 de julho de 2016, na cidade de Bogotá, sob a iniciativa e liderança do Governo da Colômbia através do Departamento Administrativo da Função Pública – DAFP, a Escola Superior de Administração Pública – ESAP, e o Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD:

Destacando a relevância e pertinência das reuniões ministeriais de administração pública e reforma do Estado, como cenários idôneos para discutir os desafios prioritários enfrentados pelas administrações públicas da região ibero-americana.

Reafirmando o nosso compromisso com o fortalecimento da integridade e a confiança nas entidades e instituições da administração pública através de três pilares fundamentais: a entrega de informação de maneira eficiente, transparente e inclusiva; a participação de uma cidadania capaz de exercer controle social e de exigir os seus direitos; e servidores públicos comprometidos e cada vez mais profissionalizados.

Conscientes de que a região ibero-americana está comprometida com o fortalecimento da confiança nas entidades e instituições estatais, e com um enfoque de governo que permita aprofundar o acesso a espaços de participação cidadã adequados aos contextos e dinâmicas de nossa região, que contribuirão de maneira significativa para a deliberação pública; e que neste sentido, a “Carta Ibero-Americana de Governo Aberto” constituirá uma plataforma relevante para a articulação dos elementos requeridos para este fim.

Tendo centrado os nossos trabalhos na administração pública e nos jovens, sendo este último um dos três eixos centrais que serão objeto de discussão na Reunião Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a realizar-se nos dias 28 e 29 de outubro, na cidade de Cartagena das Índias.

Destacando que estamos diante da geração jovem mais e melhor preparada, com maior acesso à educação, e com um manejo adequado das tecnologias da informação, determinantes para encarar os desafios de nossa sociedade e suas administrações públicas.

Ressaltando a pertinência de dotar de uma perspectiva geracional o conjunto das políticas públicas, situando-as como políticas transversais.

Evidenciando a necessidade de desenhar e implementar políticas públicas inovadoras e integrais que respondam a uma análise crítica das problemáticas relativas à administração pública e às juventudes,

e que, por sua vez tomem em consideração as diversas, complexas e desiguais realidades dos países da comunidade ibero-americana.

E reconhecendo a importância da promoção do diálogo e alto nível em torno do vínculo existente entre jovens, políticas de juventude, administração pública e reforma do Estado.

#### **ACORDAMOS:**

- 1.** Impulsionar transformações em nossas administrações públicas que permitam uma maior participação dos jovens, e que favoreçam a construção de sistemas integrados e integrais em políticas de juventude.
- 2.** Promover a integração dos jovens na administração pública e, neste sentido, qualificar a formação através de parcerias entre os centros de formação públicos ou privados, a academia, grupos de jovens e os governos, os laboratórios de inovação pública ou figuras similares, entre outros.
- 3.** Apoiar a iniciativa de um Pacto Ibero-americano da Juventude, mediante o aprofundamento de políticas públicas sobre juventude e através do estímulo de acordos de concertação entre atores públicos e privados para o desenvolvimento juvenil.
- 4.** Solicitar, no âmbito deste pacto, ao Centro Latino-Americano de administração para o Desenvolvimento (CLAD), à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e ao Organismo Internacional de Juventude para Ibero-América (OIJ), que desenvolvam uma agenda conjunta orientada ao fortalecimento das políticas públicas de juventude, na medida em que signifique um avanço importante das instâncias especializadas na matéria e na contribuição das administrações públicas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- 5.** Promover uma oferta de formação de pessoal diretivo e técnico em políticas públicas de juventude, no contexto das ações regulares das entidades, escolas de Administração Pública, e outras; em conjunto com os organismos de juventudes, que possa propiciar a homogeneização de enfoques e estratégias neste campo e, por este meio, facilite a promoção de uma maior integração efetiva entre as diferentes políticas setoriais e transversais de juventude. Neste contexto, reconhecem os esforços da OIJ na consolidação do Manual de Formulação e Implementação de Políticas Públicas de Juventude e no desenvolvimento do Programa de Liderança Público Juvenil.
- 6.** Instalar, no âmbito do CLAD, um Grupo de Trabalho Permanente sobre Políticas Públicas de Juventude, em articulação com a OIJ, apoiado pela SEGIB, e sob a coordenação, nesta oportunidade, do Departamento Administrativo da Função Pública da Colômbia, como país responsável pela Secretaria Pro Tempore da XXV Cumbre Ibero-Americana, que facilite o intercâmbio e apresentações em comum das experiências e aprendizagens, para dinamizar a cooperação horizontal no contexto das políticas públicas.
- 7.** Solicitar à SEGIB o apoio ao CLAD no desenvolvimento de políticas públicas, boa governança e fortalecimento institucional. Neste contexto, a SEGIB e o CLAD realizarão uma planificação conjunta.
- 8.** Aprovar “ad referendum” a “Carta Ibero-Americana de Governo Aberto”, sujeita à inclusão das observações expressas pelos ministros e chefes de delegação no contexto da Conferência, como um documento estratégico e de referência que identifica e desenvolve critérios e princípios orientadores

para gerar políticas públicas integrais e transversais a todo o Estado, a partir da perspectiva da boa governança e da qualidade do serviço público, que espelhe as particularidades presentes no tecido institucional, normativo, cultural e social dos países da região, e ao mesmo tempo, articule os esforços desdobrados no conteúdo das Cartas Ibero-Americanas previamente aprovadas e aplicadas.

Igualmente, evidenciando que a ideia de governo aberto é, em toda a sua amplitude e significado, um tema de alcance político e de defesa de direitos, de redistribuição e trabalho conjunto na participação pública; do uso das novas tecnologias da informação (TIC) para a redução das desigualdades e assimetrias; da criação e o acesso aos espaços de participação cidadã e deliberação pública; de prestação de contas, responsabilidade e controle social efetivo; de um processo mais substantivo de diálogo, consenso e construção entre Estado e sociedade civil. Em definitivo, que o governo aberto implica na sua base uma mudança cultural, um novo instrumento para o bom governo: por, para e com a cidadania.

Os governos da Nicarágua e da Venezuela não formam parte da “Carta Ibero-Americana de Governo Aberto”.

**9.** Aprovar, “ad referendum”, sujeito à inclusão das observações expressas pelos ministros e chefes de delegação no contexto da Conferência, o “Guia de Referência Ibero-Americano de competências laborais para o Sector Público”, o qual apresenta um repertório de competências estratégicas, fundamentais para a implementação dos documentos e cartas acordadas no âmbito do CLAD, relativas à modernização e fortalecimento da qualidade das Administrações Públicas. Através deste instrumento, cada administração pode gerar, atualizar, ou completar, a revisão aplicável em sua esfera de atuação.

**10.** Aprovar as áreas temáticas e os eixos transversais do “Programa Acadêmico Regional 2017-2018 da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas-EIAPP”, cujo objetivo é proporcionar uma formação contínua e profissionalizada aos servidores públicos, que lhes permita enfrentar os constantes e variáveis desafios à capacidade de resposta e iniciativa dos governos da nossa região.

#### **IGUALMENTE ACORDAMOS:**

Agradecer ao Governo da República da Colômbia, liderado pelo Senhor Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, representado pelo Departamento Administrativo da Função Pública – DAFP, e à Escola Superior de Administração Pública – ESAP, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, pela excelente organização da conferência, pela sua generosa hospitalidade e a sua contribuição ao clima de confraternidade ibero-americana que caracterizou esta reunião.

Agradecer ao CLAD e à SEGIB por seu apoio e colaboração na realização desta conferência.

Realizar as gestões necessárias, em colaboração com o CLAD, para garantir a convocatória de uma próxima Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, no contexto da próxima Cúpula Ibero-Americana.

Todos nós, participantes desta XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, queremos expressar a nossa mais profunda solidariedade com o Governo e o povo da Colômbia pelos êxitos conquistados até a presente data no desenvolvimento do processo de Paz.

## 2.5.

# XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde

Cartagena das Índias, Colômbia, 5 e 6 de setembro de 2016

### DECLARAÇÃO

As Ministras e Ministros da Saúde da Ibero-América, reunidos na XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, nos dias 5 e 6 de setembro de 2016, com o objetivo de dialogar e promover a cooperação no âmbito da saúde dos jovens da Ibero-América:

Conscientes da importância de alcançar os objetivos e as metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotados em 2015, e em particular o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, relativo à garantia de uma vida saudável e promoção do bem-estar de todos em todas as idades, e à necessidade de consolidar os sistemas de saúde e assegurar a sua sustentabilidade para criar sociedades resilientes e saudáveis;

Tendo em conta a necessidade de fortalecer as ações executadas pelos países ibero-americanos para reduzir as iniquidades em matéria de saúde e as dificuldades no acesso a serviços de saúde de qualidade;

Considerando que o tema central desta reunião foi o fortalecimento das políticas públicas de saúde para melhorar as condições de vida dos jovens da Ibero-América;

Reafirmando o nosso compromisso para com a aplicação da Estratégia Mundial para a Saúde das Mulheres, Crianças e Adolescentes 2016 – 2030;

Ratificando os progressos do Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento de 2013, e o Guia Operacional para sua implementação e acompanhamento;

Sublinhando a importância de levar em conta as famílias e as comunidades nas diferentes etapas da formulação e execução das políticas públicas de Saúde, em conformidade com a legislação e práticas nacionais;

Reconhecendo os compromissos adotados no decurso do XXX Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, na Resolução S-30/1 e anexo intitulado “O nosso compromisso conjunto de abordar e enfrentar de maneira eficaz o problema mundial das drogas”;

Sublinhando os compromissos alcançados na Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição e na Declaração de Roma;

Tendo em conta os resultados da Primeira e da Segunda Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Prevenção e o Controle das Doenças Não Transmissíveis;

Reiterando os acordos e mandatos alcançados nas Conferências Ibero-Americanas de Ministras e Ministros da Saúde;

Considerando os compromissos assumidos pelos Estados no âmbito da Organização Mundial da Saúde, bem como as contribuições dos países ibero-americanos para a saúde pública global;

Reconhecendo que as pessoas jovens são agentes fundamentais dos processos de desenvolvimento sustentável dos países ibero-americanos, mas são simultaneamente um grupo de população particularmente afetado pelas iniquidades, a exclusão social, e por diversos fenômenos, como acidentes de trânsito, violência, lesões, desemprego, gravidez adolescente, subnutrição, consumo nocivo de álcool e o uso indevido de substâncias psicoativas.

#### **ACORDAMOS:**

- 1.** Promover políticas públicas intersectoriais e integrais que incorporem a perspectiva de direitos, baseadas na evidência, e que sejam formuladas e implementadas com a participação dos jovens, para continuar a atuar sobre os determinantes da saúde e os fatores de risco, e assim contribuir para a redução das iniquidades e melhorar as condições de saúde dos jovens dos países ibero-americanos.
- 2.** Criar um grupo de trabalho de países de composição aberta, coordenado pela atual Presidência Pro-Tempore, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e da Organização Pan-Americana da Saúde - OPS, para a elaboração de uma linha de base sobre a situação do acesso a métodos contraceptivos nos serviços de saúde que atendem adolescentes e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, como insumo para produzir recomendações de políticas públicas de saúde.
- 3.** Criar um grupo de trabalho de países de composição aberta, coordenado pela atual Presidência Pro-Tempore, com o acompanhamento de outras instituições e no âmbito das suas competências, que elabore uma caracterização das experiências de sucesso e aprendizagens adquiridas sobre a prevenção, intervenção precoce, redução do impacto negativo e tratamento dos transtornos relacionados com o consumo nocivo de álcool e o uso indevido de substâncias psicoativas por parte dos jovens, com o objetivo de oferecer aos decisores elementos concretos, eficazes e baseados em dados científicos, para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas de saúde.
- 4.** Criar um grupo de trabalho de países de composição aberta, coordenado pela atual Presidência Pro-Tempore, com o apoio das Redes Ibero-Americanas de Saúde, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, do Programa Mundial de Alimentos - PMA, e da Organização Pan-Americana da Saúde - OPS, para a elaboração de uma linha de base sobre a dupla carga nutricional na juventude ibero-americana, e a identificação de experiências de sucesso e aprendizagens adquiridas pelos países na abordagem desta problemática.
- 5.** Sublinhar os progressos realizados na área da saúde e dos medicamentos pela Rede de Autoridades de Medicamentos da Ibero-América - Rede EAMI - e recomendar que os seus trabalhos se orientem especialmente para aprofundar ações comuns que facilitem o acesso dos doentes a medicamentos, incluindo os biológicos e biossimilares, que cumpram as garantias de qualidade, segurança, eficácia e acessibilidade. Igualmente, recomendar-lhe que incentive as investigações e o desenvolvimento de novos medicamentos e que promova o uso racional dos medicamentos, tornando mais eficaz a luta contra a resistência antimicrobiana, e que continue a lutar contra os medicamentos falsificados e frau-

dulentos.

**6.** Destacar o trabalho realizado pela Rede Ibero-Americana de Doação e Transplantes no apoio às organizações nacionais de transplantes e no fortalecimento das capacidades dos profissionais de saúde em transplantes. Neste âmbito, instar os países ibero-americanos a fortalecer os organismos nacionais de doação e transplantes de órgãos, tecidos e células, para que assegurem a vigência e aplicação das normas éticas, em especial articulando listas de espera únicas a nível nacional; e a promover o desenvolvimento da doação, tendendo à autossuficiência de cada país. Igualmente, instar a que definam normas e efetuem acordos para a prestação do serviço de transplantes a recetores estrangeiros, garantindo a transparência dos processos e a obrigação do país de atender primeiro às necessidades da sua população.

**7.** Sublinhar a importância do trabalho da Rede Ibero-Americana de Organismos de Regulamentação, Inspeção, Vigilância e Controlo dos Sistemas de Saúde para fortalecer as capacidades de inspeção, vigilância e controlo de qualidade e segurança dos cuidados de saúde e proteção dos direitos dos utilizadores de saúde através da cooperação técnica, coesão e solidariedade entre estes Organismos, com o apoio da OISS como Secretaria Técnica. Instar também os organismos homólogos do espaço ibero-americano a participar nesta iniciativa, e a que se vinculem à Rede.

**8.** Reconhecer o importante trabalho desenvolvido pela Rede Ibero-Americana Ministerial de Investigação em Saúde - RIMAIIS e pela Rede de Migrações de Profissionais de Saúde. Destacar igualmente o apoio que, a partir do Registo de Redes Ibero-Americanas da Secretaria-Geral Ibero-Americana – SEGIB, é prestado ao trabalho realizado pelas Redes Ibero-Americanas do setor da saúde, e animá-las a aproximarem o seu trabalho das instâncias da Conferência Ibero-Americana através da inscrição no mencionado Registo.

**9.** Promover a implementação e sustentabilidade de modelos de intervenção para a prevenção e o controlo de doenças transmitidas por vetores, como dengue, zika, chikungunya, chagas, malária, febre amarela e leishmaniose, com a participação consciente e os esforços de todos os agentes sociais, institucionais e setoriais envolvidos, com um novo paradigma que dê ênfase à prevenção e à promoção da saúde. Isto considerando o elevado ônus social e económico que as doenças transmitidas por vetores e síndromes associadas impõem aos Estados dos países ibero-americanos.

**10.** Propor à próxima Assembleia Mundial da Saúde uma resolução que determine a data definitiva para a erradicação global do sarampo e da rubéola, bem como a definição de mecanismos que permitam o acompanhamento do seu cumprimento.

**11.** Reconhecer a importância da Segurança Rodoviária para a saúde dos jovens e respaldar o trabalho do Observatório Ibero-Americano de Segurança Rodoviária – OISEVI em matéria institucional e de dados.

**12.** Destacar a importante contribuição que a incorporação das tecnologias digitais pode representar para a melhoria dos sistemas de saúde dos nossos países e o reforço da colaboração entre eles, como parte do desenvolvimento do Ecossistema Digital Ibero-Americano no âmbito da saúde digital. Saudar, por isso, a apresentação do Dicionário Pan-Hispânico de Termos Médicos, que favorecerá o desenvolvimento das tecnologias da linguagem e do seu processamento, bem como a criação de novos produtos e serviços nelas baseados. Apoiar o seu desenvolvimento e difusão para potenciar o espanhol como língua de comunicação científica de primeiro plano e fazer com que esta ferramenta se

torne, para a sociedade de língua espanhola, num instrumento que contemple critérios uniformes que permitam a consolidação de uma linguagem, médica comum.

**13.** Recomendar à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS - que promova, a partir das suas experiências de Seguridade Social na Saúde, a construção de uma cultura de seguridade social através da cooperação entre os países ibero-americanos, para progredir numa cultura que realce a importância das obrigações e responsabilidades dos diferentes agentes do sistema; o desenvolvimento de capacidades cidadãs para o cumprimento dos deveres e a exigência dos direitos; a correta utilização dos serviços de saúde e o compromisso de todos para contribuírem para a sustentabilidade dos sistemas de saúde ibero-americanos.

**14.** Submeter à consideração dos Chefes de Estado e de Governo da Cúpula Ibero-Americana o fortalecimento de políticas públicas de saúde para a abordagem do consumo nocivo de álcool, uso indevido de substâncias psicoativas e dependência e redução do impacto negativo das drogas na saúde; bem como do impacto da dupla carga nutricional e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes e jovens, com o objetivo de contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e para fortalecer o intercâmbio de experiências de sucesso e aprendizagens adquiridas nos países ibero-americanos em torno destes temas.

**15.** Propor a inclusão no “Pacto Ibero-Americano de Juventude” da formulação e implementação de um Programa Regional de Prevenção da Gravidez de Adolescentes, com base nas experiências sub-regionais e nacionais, encarregando a Organização Internacional de Juventude para a Ibero-América – OIJ e a Organização Pan-Americana da Saúde – OPS, da sua realização e coordenação interinstitucional.

**16.** Saudar o trabalho conjunto entre a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a OPS sobre cooperação sul-sul e triangular no setor da Saúde na Ibero-América, que permitirá criar valor acrescentado e sinergias entre estas instituições, dando simultaneamente visibilidade ao esforço dos países ibero-americanos e dos seus Ministérios da Saúde neste âmbito.

**17.** Solicitar à SEGIB que mantenha e reforce o seu apoio à implementação dos compromissos decorrentes da XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros, e que acompanhe permanentemente o trabalho das Redes Ibero-Americanas de Saúde para fortalecer a cooperação e o intercâmbio de boas práticas entre os países.

**18.** Agradecer ao Ministério da Saúde e Proteção Social da Colômbia, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, a excelente organização da Conferência, a generosa hospitalidade e a contribuição para o clima de amizade ibero-americano.

**19.** Agradecer à SEGIB e aos organismos ibero-americanos e internacionais participantes o apoio e colaboração na realização desta Conferência.

**20.** Todos os participantes desta XV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Saúde querem expressar as suas mais sinceras congratulações ao Governo e o povo da Colômbia pelo sucesso alcançado no desenrolar do processo de Paz.

Assinado na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, no dia 6 de setembro de 2016 em espanhol e português, fazendo igualmente fé ambas as versões.

## 2.6.

# XVIII Conferência de Ministros e Responsáveis de Juventude da Ibero-América

Medellín, Colômbia, 8 e 9 de setembro de 2016

### DECLARAÇÃO FINAL

As Ministras, Ministros e Responsáveis de Juventude da Ibero-américa, reunidos na Conferência de Ministros da Juventude realizada na cidade de Medellín, Colômbia, reiteramos o nosso compromisso de construir um cenário de ação conjunta e intersectorial que promova políticas, programas e ações favorecendo as pessoas jovens no âmbito de sistemas democráticos, justos, participativos e pacíficos.

Sublinhamos a relevância e pertinência das contribuições das Reuniões Ministeriais Setoriais para uma abordagem integral em matéria de juventude, que pretende centralizar todos os esforços nas pessoas jovens, em concertação com um dos três pilares centrais da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo: Juventude, Empreendimento e Educação, que ocorrerá a 28 e 29 de outubro na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia.

### CONSIDERANDO:

Que a nova realidade da juventude implica acolher as pessoas jovens como sujeitos de direitos e atores estratégicos de desenvolvimento na Ibero-américa, dada a sua particular capacidade inovadora, criatividade e o seu potencial de transformação do ambiente político, econômico, social e cultural de forma interconectada.

Que a realização da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo sob o tema: Juventude, Empreendimento e Educação, é uma oportunidade para favorecer a construção de alianças e sinergias que promovam a implementação da agenda da juventude através de estratégias inovadoras, interligadas e vinculadas às solicitações da realidade da juventude que, no âmbito da Cooperação Internacional, facilite a ação conjunta dos governos, agências das Nações Unidas, Bancos de Desenvolvimento, setor privado e sociedade civil.

Que os temas da juventude, empreendedorismo e educação que orientam as reflexões da próxima Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo colocam as pessoas jovens no centro da agenda pública e nos convocam imperativamente a uma ação coordenada e interligada para favorecer o investimento integral na juventude.

Que, com o apoio da Secretaria *Pro Tempore* da Cúpula Ibero-Americana, está previsto submeter a esta instância, para aprovação, o Pacto Ibero-Americano de Juventude, que é definido como uma aliança de diferentes atores políticos, econômicos e sociais para conectar ideias e soluções concretas

e particulares, traduzidas em programas, projetos e iniciativas para melhorar a realidade da juventude da Ibero-América.

Que um dos principais temas desta Conferência tem sido analisar e acordar o estabelecimento do Pacto Ibero-americano de Juventude que, no espírito de construção inclusiva e participativa, está a ser desenvolvido com as contribuições das Reuniões Ministeriais Setoriais; os resultados dos Fóruns Nacionais de Juventude; os resultados da Consulta Digital Ibero-Americana; as orientações e recomendações propostas pelo Governo da Colômbia e o conteúdo do Plano de Ação OIJ (2016-2021); e, principalmente, pelas contribuições encaminhadas à Secretaria-Geral da OIJ pelos Organismos Oficiais de Juventude.

### **ACORDAMOS:**

- 1.** O Pacto Ibero-americano da Juventude, como acordo político-institucional que irá permitir formar uma aliança entre diversos setores e atores com o objetivo de melhorar a articulação intersectorial e intergovernamental, orientar o investimento e garantir o pleno desenvolvimento integral e a proteção dos direitos das pessoas jovens.
- 2.** Incumbir a Secretaria-Geral da OIJ de funcionar como Secretaria Técnica do Pacto Ibero-Americano de Juventude e seu mecanismo de implementação, dando seguimento constante, tanto aos compromissos nele contidos, como aos adquiridos no âmbito da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em matéria de Juventude.
- 3.** Encomendar à Secretaria-Geral da OIJ a configuração da Aliança de Cooperação Internacional de Juventude, através da integração e coordenação dos organismos internacionais, agências de cooperação, setor privado, academia e sociedade civil para a consecução dos objetivos do Pacto Ibero-Americano de Juventude.
- 4.** Solicitar à Secretaria-Geral da OIJ que submeta o Pacto Ibero-Americano de Juventude à Secretaria Pro-Tempore e à Secretaria-Geral Ibero-Americana para sua posterior aprovação pelos Chefes de Estado e de Governo no âmbito da XXV Cúpula Ibero-Americana.
- 5.** Ratificar o trabalho de elaboração e implementação do Plano de Ação do OIJ (2016-2021) e sua articulação direta com as ações que realizam os Organismos Oficiais de Juventude. Neste sentido, incumbimos a Secretaria-Geral da OIJ de apresentar o Plano de Ação à Secretaria Pro-Tempore e à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), para ser levado em consideração na declaração final da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governo.
- 6.** Reconhecer os direitos das pessoas jovens mediante o impulso voluntário à ratificação e promoção da Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens e seu Protocolo Adicional, respeitando as legislações estaduais, os acordos internacionais de que formem parte e a proteção perante medidas coercivas unilaterais e sua dimensão extraterritorial.
- 7.** Apoiar a iniciativa Metas e Indicadores de Juventude no campo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e solicitar o apoio da cooperação internacional para a sua incorporação na implementação da Agenda 2030.
- 8.** Validar o processo para a implementação do Cartão Jovem Ibero-Americano.

9. Propor à reunião Ministerial da Educação que promova a progressiva erradicação do analfabetismo e proporcione o acesso universal e gratuito a uma educação de qualidade para todas as pessoas jovens, incluindo na vertente técnico-profissional. Igualmente, incentivar os Ministros de Educação a incluir a dimensão social na construção e implementação do Programa de Mobilidade Académica Ibero-Americana, de forma a que todos os estudantes possam ser beneficiados, independentemente da sua condição social.

#### **RECONHECEMOS:**

O compromisso dos jovens Ibero-Americanos, das agências de cooperação, e dos atores que tornaram possível a conceção e implementação dos Fóruns Nacionais da Juventude nos países da região, devido à identificação dos desafios, das alternativas, e das experiências no âmbito do processo de construção do Pacto Ibero-Americano de Juventude.

O importante trabalho de planeamento que desenvolveu a Secretaria-Geral do OIJ no processo de elaboração do seu Plano de Ação (2016-2021), que foi aprovado na última Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis pela Juventude (Quintana Roo, 2015) e tem por objetivo contribuir, fortalecer e dinamizar a agenda da juventude para ampliar a sua atuação, consolidando as seguintes áreas: fortalecimento institucional; participação e governação; emprego e empreendimento; cultura e comunicação; inovação e novas tecnologias; projetos multissetoriais e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); cidadania, direitos e deveres; e gestão do conhecimento.

#### **CONGRATULAMOS:**

A sociedade e o Governo da República da Colômbia pelo trabalho e esforços efetuados nos últimos quatro anos para ultrapassar a espiral de violência que resultou da confrontação armada mais antiga da Ibero-América. Apoiamos particularmente o atual processo de consulta que se realizará para que o povo colombiano possa decidir sobre os Acordos de Paz. Desejamos ainda a adequada reintegração social, numa perspetiva de direitos, das pessoas jovens que, em virtude de diversas situações, se viram envolvidas no conflito.

#### **AGRADECEMOS:**

À República da Colômbia, em sua qualidade de Secretaria Pro-Tempore da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), ao Sistema Nacional de Juventude “Colombia Joven”, à Administração de Antioquia, à Câmara Municipal de Medellín e ao seu povo que nos acompanhou de forma hospitaleira, e a todas as pessoas e instituições que tornaram possível o desenvolvimento desta Conferência, e designamos Medellín para ser a Capital Ibero-Americana da Juventude 2017.

À Secretaria-Geral do Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América (OIJ) pelos esforços desenvolvidos no âmbito das atividades previstas para a XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo: Juventude, Empreendimento e Educação.

**Os Ministros e Responsáveis de Juventude aprovaram também o documento seguinte, relativo à III Conferência Extraordinária de Juventude de 2 e 3 de novembro de 2015:**

## **III Conferência Extraordinária de Ministros, Ministras e Responsáveis de Juventude**

Cancún, México, 2 e 3 de novembro de 2015

### **DECLARAÇÃO FINAL**

Reunidos na III Conferência Extraordinária de Ministros, Ministras e Responsáveis de Juventude da Comunidade Ibero-Americana, na cidade de Cancún, Quintana Roo, México:

### **CONSIDERAM**

- 1.** Que a presente Conferência Extraordinária representa um marco fundamental no curso do desenvolvimento da Organização Ibero-Americana de Juventude, permitindo uma renovação institucional e programática, pertinente e há muito esperada.
- 2.** Que, nesse sentido, é importante destacar os enormes desafios que se colocam em torno das juventudes da região, do estímulo do seu papel no desenvolvimento integral dos nossos países e da construção de políticas e instrumentos adequados a esses desafios.
- 3.** Que durante a última década, os indicadores de emprego, educação, saúde e pobreza registaram melhorias significativas; não obstante ainda é necessário continuar a envidar esforços no sentido de transformar as realidades sociais das jovens e dos jovens da região.
- 4.** Que as e os jovens assumiram um papel de destaque no que respeita aos enormes desafios que a Comunidade Ibero-Americana enfrenta e nos processos de transformação social.
- 5.** Que é necessário contribuir para atender às necessidades e desenvolver o potencial das pessoas jovens, implementando ações com um impacto direto e positivo nas suas vidas.
- 6.** Que é pertinente destacar o contexto da Estratégia Global de Desenvolvimento Humano Sustentável, sublinhando simultaneamente a importância da concretização da Agenda 2030 e dos ODS; destacando ainda a centralidade e o protagonismo que devem ter os jovens e o investimento na juventude, recuperando o processo iniciado na Rio+20.
- 7.** Que a OIJ não é um fim em si mesma, mas um instrumento, uma ferramenta, cuja utilidade se revela nas solicitações dos Países Membros, nas mudanças de contextos e, sobretudo, na irrupção de um vastíssimo contingente de pessoas jovens na região, que reconhecemos pela sua grande diversidade e complexidade.
- 8.** Que, atualmente, a Agenda da Juventude assumiu um protagonismo renovado nos fóruns multilaterais, produto das urgências relativas “às juventudes” e do seu desenvolvimento, incrementando a necessidade de uma maior articulação e diálogo com a cooperação internacional.

**9.** Que esta Conferência incidiu sobre a necessidade de refletir relativamente aos novos desafios regionais e globais que as juventudes enfrentam; sendo por isso pertinente o desenvolvimento de uma agenda de trabalho da organização, elaborada de forma conjunta com os organismos oficiais de juventude e em consonância com a implementação e o cumprimento da Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e as metas regionais correspondentes.

**10.** Que a OIJ deve ser consolidada como o principal organismo de cooperação internacional e de interlocução política, de forma a poder fortalecer e promover as questões da juventude na agenda pública, estabelecendo mecanismos de incidência para implementar, quer a melhoria, quer o aumento do investimento social em juventude, através de trabalhos de alcance regional.

**11.** Que a questão do reforço institucional da organização para alcançar um melhor posicionamento na cena internacional, que facilite a articulação da cooperação, tem estado presente nas reflexões e debates dos ministros, diretores e responsáveis de juventude da Ibero-América que se encontraram nesta Conferência Extraordinária.

**12.** Que, no contexto da III Reunião Extraordinária do Conselho Diretivo da OIJ ocorrida em julho de 2015 na cidade de Madrid, Espanha, se abordaram uma série de questões e assuntos relacionados com a institucionalização, a estrutura orgânica e a gestão da OIJ, o que motivou o Governo do Chile, através do INJUV, a apresentar uma proposta de reforço institucional, que foi analisada na IV Reunião Extraordinária do Conselho Diretivo da OIJ, que teve lugar na Cidade de San Salvador em outubro de 2015, levando à criação de um Grupo de Trabalho integrado por vários Países Membros.

**13.** Que o Grupo de Trabalho, constituído pelo Instituto Nacional da Juventude do Chile (INJUV); Instituto Mexicano da Juventude (IMJUVE); Conselho Nacional de Juventude da Guatemala (CONJUVE); Instituto da Juventude de Espanha (INJUVE); Instituto Nacional da Juventude das Honduras (INJ); Secretaria Nacional da Juventude do Peru (SENAJU); Vice-Ministério de Desenvolvimento Social do Panamá; Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) – MOVIOJEM; Direção do Sistema Nacional de Juventude “Colombia Joven” da Presidência da República; Ministério da Juventude da República Dominicana; Instituto Nacional da Juventude (INJU), apresentou um Relatório que foi aprovado na sua totalidade no contexto do Conselho Diretivo Alargado, que teve lugar em Quintana Roo, no dia 1 de novembro de 2015.

**14.** Que este Relatório foi submetido à presente Conferência Extraordinária, tendo sido aprovado por unanimidade, subscrevendo-se uma Ata de Resolução do Reforço Institucional da OIJ assinada por todos os ministros e responsáveis de juventude que participaram nesta reunião.

**15.** Que se torna importante destacar os acordos alcançados na Segunda Conferência Regional de População e Desenvolvimento, realizada no passado mês de outubro na Cidade do México, bem como no Consenso de Montevideu e no seu Guia Operacional, para efeitos de incorporar mecanismos de colaboração, acompanhamento e diálogo a partir da perspetiva de juventude em cada uma das agendas nacionais e regionais competentes com os temas e as áreas de interesse comum.

**16.** Que a próxima Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar na República da Colômbia em 2016, incidirá sobre Juventude, Empreendedorismo e Educação, demonstrando que os jovens representam um segmento estratégico para ultrapassar os desafios do presente.

## ACORDAM

1. Aprovar o Projeto do Plano Integral de Gestão da OIJ, bem como o Roteiro prevendo um cronograma com ações definidas até se concretizar o Plano Integral de Gestão que a OIJ irá executar nos próximos anos.
2. Constituir um grupo técnico de trabalho que acompanhe o Roteiro do Projeto do Plano Integral de Gestão da OIJ até se chegar definitivamente ao Plano Integral de Gestão do organismo.
3. Aprovar e assinar por unanimidade a Ata de Resolução do Reforço Institucional da OIJ.
4. Contribuir para a iniciativa da Secretaria-Geral de um adequado acompanhamento dos acordos resultantes dos Conselhos Diretivos e Conferências do organismo.
5. Saudar os progressos realizados no quadro do Programa Iberjovens e Cartão Jovem Ibero-Americano.
6. Convidar os países e a OIJ a trabalhar na Agenda 2030 para a definição de indicadores de juventude a nível regional.
7. Aceitar o amável convite do governo de Cuba para a realização da I reunião ordinária do Conselho Diretivo no contexto do Congresso Internacional de Investigadores de Juventude.
8. Expressar satisfação pela apresentação do roteiro apresentado pela Colômbia para a XXV Cúpula de Chefas e Chefes de Estado e de Governo “Juventude, Empreendedorismo e Educação” a ter lugar na Colômbia, no ano de 2016.
9. Eleger como Secretário-Geral da OIJ para o período 2016-2021, Max Trejo Cervantes, de nacionalidade mexicana.

## AGRADECEM

Ao povo e ao Governo do México, por terem acolhido com hospitalidade, generosidade e gentileza esta III Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministras e Responsáveis de Juventude, com a convicção de que esta representou um marco importante. Sublinhamos muito especialmente o trabalho e o esforço do Diretor-Geral do IMJUVE, José Manuel Romero Coello e da sua equipa, por tornarem possível esta Conferência.

Ao Estado de Quintana Roo e ao seu governador Roberto Borge Angul.

Aos Organismos e Agências de Cooperação Internacional e restantes parceiros institucionais e estratégicos da OIJ, especialmente à Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) na pessoa do seu Diretor de Desenvolvimento Institucional, Christian Asinelli.

Igualmente, às diversas agências das Nações Unidas que colaboraram com a Organização; de forma particular, ao Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e à Comissão Económica para a América Latina (CEPAL).

E muito especialmente, à Secretaria-Geral Ibero-Americana pelo seu apoio permanente e decidido na pessoa da sua titular, Rebeca Grynspan.

## FELICITAM

Max Trejo Cervantes, pela sua designação como Secretário-Geral da OIJ para o período 2016-2021, desejando-lhe sucesso na gestão e expressando o nosso compromisso para com o organismo e os seus fins institucionais.

## RESOLUÇÕES ESPECIAIS

- 1.** Saudamos o convite do Centro de Estudos sobre a Juventude e da União de Jovens Comunistas para participar no Congresso Internacional de Investigadores de Juventude, a ter lugar de 29 de março a 2 de abril de 2016, na cidade de Havana, Cuba.
- 2.** Tomamos como nossa a reclamação da República Argentina, nos termos do Comunicado Especial emitido pela Cúpula Ibero-Americana de Chefas e Chefes de Estado sobre a questão das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sanduíche do Sul, realizado em Veracruz nos dias 8 e 9 de dezembro de 2014 e instamos o reatar das negociações com o objetivo de que se chegue a uma solução pacífica e definitiva.
- 3.** No respeitante à recente resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas e ao Comunicado Especial emitido pela Cúpula Ibero-Americana de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, apoiamos a necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro por parte dos Estados Unidos da América à Ilha de Cuba.
- 4.** Saudamos a designação da Cidade de Braga, em Portugal, como capital ibero-americana da juventude, e simultaneamente mandatamos a Secretária-Geral para, em conjugação com as autoridades de Braga, estabelecer um programa que permita tornar visível este reconhecimento e o seu enquadramento nas boas práticas das políticas de juventude a nível local, nacional e internacional.
- 5.** Apelamos à defesa da democracia e dos direitos humanos face às diversas agressões verificadas na região, tendentes a desestabilizar os governos e a sociedade.
- 6.** Saudamos o convite da Secretaria Nacional da Juventude do Brasil para participar na III Conferência Nacional da Juventude, a ter lugar de 16 a 19 de dezembro de 2015, na cidade de Brasília, Brasil.

## 2.7.

# XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros de Educação

Andorra-a-Velha, Principado de Andorra, 12 de setembro de 2016

### DECLARAÇÃO

As Ministras, os Ministros e autoridades de educação dos países Ibero-Americanos, reunidos na cidade de Andorra-a-Velha, no dia 12 de setembro de 2016, no contexto da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo,

### CONSIDERANDO

Que a XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo decidiu centrar-se no tema: “Juventude, Empreendedorismo e Educação”, propondo ações em benefício dos jovens, como base de desenvolvimento para a Comunidade Ibero-Americana e seus cidadãos;

Que a educação é um eixo estratégico e a melhor ferramenta para a construção de sociedades democráticas, diversas e prósperas, que convivam em paz estável e duradoura;

Que, como acordaram os Chefes de Estado e de Governo na XXV Cúpula Ibero-Americana, o talento humano é um dos motores do desenvolvimento, bem como um recurso precioso de cada nação, e que a mobilidade desses talentos, dentro do espaço Ibero-Americano, favorece a transferência de conhecimento, a produção científica e intelectual e a inovação. Além disso, a mobilidade acadêmica internacional, como uma experiência inovadora, contribui para melhorar a qualidade da educação, expandir o conhecimento, aprimorar as habilidades dos beneficiários, e incentivar as pessoas envolvidas a desenvolver novos conhecimentos e competências;

Que uma educação de qualidade é um dos fatores de maior influência no desenvolvimento das sociedades, na obtenção de níveis mais elevados de bem-estar social, de crescimento econômico, e de igualdade de oportunidades entre os cidadãos;

Que a XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros de Educação, através do intercâmbio de boas práticas, visa contribuir para a temática da Cúpula e, especialmente, para a melhoria da eficácia na aprendizagem e na implementação de atividades, políticas, e projetos dirigidos à Juventude, Empreendedorismo e Educação, em cada um dos países membros;

Que, na sequência da Declaração da Reunião Extraordinária do Fórum Ibero-Americano de Responsáveis de Ensino Superior, Ciência e Inovação, realizada em Mar del Plata, em 2010, torna-se imperativo definir um sistema Ibero-Americano que facilite o reconhecimento de títulos baseado na confiança mútua e reforçado por mecanismos de acreditação e qualidade;

Que se torna necessário criar e implementar programas de acesso ao ensino superior e à formação, pertinentes e adaptados às realidades locais, que permitam que as nossas sociedades possam canalizar os talentos dos jovens de forma a poderem contribuir ativamente para seu desenvolvimento;

Que, apesar dos progressos e dos esforços significativos para erradicar o analfabetismo na Ibero-América, a taxa estimada de 6,3 para a região ainda é elevada, sendo necessário fortalecer as políticas que permitam a erradicação do analfabetismo;

## ACORDAMOS

- 1.** Apoiar o Pacto Ibero-Americano de Juventude, através do fortalecimento da Mobilidade Acadêmica Ibero-Americana e da criação de sistemas educativos de qualidade e inclusivos, que permitam aos jovens ampliar os seus conhecimentos e potenciar suas habilidades e competências, para além de serem incentivados a desenvolver novos conhecimentos, habilidades e competências no contexto da construção de uma identidade Ibero-Americana;
- 2.** Incumbir a SEGIB, a OEI e a CUIB de, no âmbito do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, fortalecerem as realizações obtidas e continuarem a progredir na consolidação da Aliança para a Mobilidade, o Sistema e a Plataforma de Mobilidade Acadêmica. Apelam também para a consolidação de mecanismos que favoreçam esta mobilidade;
- 3.** Enfatizar e apoiar as conclusões do VIII Fórum Ibero-Americano de Responsáveis pelo Ensino Superior, bem como do acordo sobre o reconhecimento de períodos de estudo e de títulos de ensino superior na Ibero-América, que inclui a criação do sistema Ibero-Americano de garantia de qualidade do ensino superior, a operacionalização do registo ibero-americano de programas e instituições de ensino superior credenciadas, e o desenvolvimento de um sistema de informação do Ensino Superior Ibero-Americano, confiando a sua promoção à Unidade de Coordenação do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento;
- 4.** Favorecer as condições para fortalecer a cooperação e a relação entre as agências nacionais e/ou regionais de revalidação reconhecidas pelos Estados Ibero-Americanos;
- 5.** Reiterar o compromisso mencionado no parágrafo 5 da Declaração de Veracruz, de estimular a mobilidade de talentos que melhorem a capacitação, especialmente dos jovens, e para esse efeito promover as práticas educativas, tanto curriculares como extracurriculares, e a mobilidade de investigadores, incluindo a mobilidade ligada aos programas de investigação doutoral;
- 6.** Felicitar e reiterar o compromisso dos Ministros para com o Programa de Mobilidade Paulo Freire, e congratular a efetiva implementação da sua execução com os primeiros 500 estudantes do magistério. Por outro lado, progredir na consolidação de uma aliança que impulse a atualização e a profissionalização docente;
- 7.** Promover, no que diz respeito às realidades e legislações nacionais, a participação ativa das famílias e das comunidades nas diferentes etapas do processo educativo;
- 8.** Progredir na implementação do novo Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Aprendizagem ao longo da vida 2015-2021, em resposta às necessidades de desenvolvimento pessoal e de inserção laboral de jovens e adultos na sociedade do conhecimento; ressaltando o compromisso dos países na

criação de grupos de trabalho em matéria de formação e para o desenvolvimento metodológico do plano no âmbito da primeira reunião do comité intergovernamental;

**9.** Prosseguir com os avanços do Programa de Formação Interdisciplinar em Centros de Alto Nível (Laboratórios Ibero-Americanos) que, em resposta ao mandato da XXIV Cúpula Ibero-Americana de Veracruz, promovem a OEI e a SEGIB, em colaboração com o CUIB e com outras instituições, e que visa instituir uma plataforma regional para a formação interdisciplinar e para o acesso preferencial a instalações e à infraestrutura de pesquisa, mediante o fortalecimento de redes de pesquisadores e especialistas Ibero-Americanos;

**10.** Congratular a OEI pela iniciativa de conceber um Programa Regional para a melhoria dos sistemas de Educação e Formação Técnica Profissional (EFTP) e incumbi-la da coordenação com as administrações públicas correspondentes ao seu desenvolvimento e execução a nível nacional e regional. Este programa contará com o apoio do Espaço Ibero-Americano de Conhecimento (EIC) impulsionando, entre outras ações, a mobilidade Ibero-Americana na Educação Profissional e Formação Técnica Profissional (EFTP);

**11.** Realçar o valor do Sexto Relatório apresentado pelo Instituto de Avaliação e Monitoramento das Metas Educativas 2021 da OEI, elaborado pelos Institutos de Avaliação de todos os países Ibero-Americanos, destacando o seu valor como ferramenta de informação para a atualização do Programa Educativo Metas 2021, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade educativa da região, e encarregar a coordenação da continuidade do Programa Metas 2021 à OEI, em sinergia com a Agenda de Educação 2030;

**12.** Submeter à XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo os seguintes compromissos:

a. Incumbir a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), da criação do Observatório Ibero-Americano de Educação, para que se constitua em mecanismo de intercâmbio e de coordenação da cooperação técnica sobre as Boas Práticas Educativas Ibero-Americanas entre os Ministérios de Educação dos países membros, inicialmente nas áreas de acesso ao ensino superior, competências que promovam o empreendedorismo e a inserção laboral e capacitação em habilidades que preparem os jovens para o século XXI, bem como incentivar a criação de um grupo de trabalho, de adesão voluntária, dos Estados Ibero-Americanos em apoio deste mecanismo;

b. Atribuir à SEGIB, à OEI e ao CUIB a criação de um modelo de suplemento ao diploma do ensino superior, e a promoção de sua utilização nas Instituições de Ensino Superior. O Suplemento Ibero-Americano é um documento anexado a uma qualificação reconhecida, no qual se descrevem os conhecimentos e as habilidades do seu titular, bem como o nível e âmbito do título, e que tem por objetivo facilitar a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores, para além de promover o reconhecimento de títulos;

c. Confiar à OEI, com o apoio da SEGIB e em resposta à solicitação dos Ministros, o desenvolvimento de um programa de cooperação para a melhoria da qualidade educativa da região que ressalte o papel central da figura do Diretor de centros escolares e/ou Diretores docentes, e que incorpore também estratégias de formação de assistência técnica e de difusão do pensamento especializado.

Agradecemos ao Ministério da Educação e Ensino Superior do Principado de Andorra e ao Ministério de Educação Nacional da República da Colômbia a realização da XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros de Educação; bem como o apoio recebido da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), e do Ministério das Relações Exteriores de Andorra.

Congratulamos e apoiamos a Colômbia pelo êxito obtido no desenvolvimento do processo de Paz e por realçar o papel fundamental da educação na consolidação desta. Sublinhamos igualmente o papel da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) no apoio a este esforço histórico.

Os Ministros da Educação dos países Ibero-Americanos assinaram a presente declaração em dois textos originais em espanhol e português, na cidade de Andorra-a-Velha, no Principado de Andorra, em 12 de setembro de 2016.

## 2.8.

# II Reunião Ibero-Americana de Ministros e Altas Autoridades da Ciência, Tecnologia e Inovação

Cartagena das Índias, Colômbia, 6 e 7 de outubro de 2016

### DECLARAÇÃO

Os Ministros e Altas Autoridades da Ciência, Tecnologia e Inovação da Ibero-América, reunidos nos dias 6 e 7 de outubro de 2016 na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, no âmbito da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar nos dias 28 e 29 de outubro na cidade de Cartagena, reiteram o compromisso de continuar a trabalhar para o desenvolvimento de uma agenda comum de Ciência, Tecnologia e Inovação na Ibero-américa, com o objetivo de fortalecer os espaços multilaterais promovendo políticas, programas e ações que contribuam para alcançar um desenvolvimento económico, social, inclusivo e sustentável.

### TENDO PRESENTE:

- As resoluções das anteriores reuniões de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), realizadas no âmbito da Conferência Ibero-Americana.
- As propostas decorrentes das anteriores edições do Fórum Ibero-Americano de Responsáveis de Ciência e Inovação e, muito particularmente, as realizadas na II Reunião Ibero-Americana de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada nos dias 6 e 7 de outubro de 2016, na cidade de Cartagena das Índias.

### CONSIDERANDO:

Que a XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, se decidiu centrar no tema: “Juventude, Empreendedorismo e Educação”; propondo encaminhar ações em benefício das pessoas jovens, como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento da Comunidade Ibero-Americana e dos seus cidadãos.

Que a Ciência, a Tecnologia e a Inovação (CTeI), são vitais para contribuir para a melhoria da qualidade de vida da cidadania, ajudando a configurar as sociedades modernas e a transformar as tradicionais. Por isso, constituem um eixo estratégico para promover o desenvolvimento, aumentando as capacidades em capital humano, e atuando no âmbito da cultura, bem como na inovação empresarial.

Que estamos conscientes de que a Ciência, Tecnologia e a Inovação permitirão aos países da Ibero-América dispor de mais e melhores alternativas para aperfeiçoar a qualidade de vida das pessoas, e promover o crescimento económico.

Que é necessário que os países Ibero-Americanos melhorem o ambiente de negócios, a cultura empreendedora, e as condições de acesso aos mercados, para que o setor empresarial, conjuntamente com o Estado, invista em investigação e inovação, e também para que se favoreça o espírito empreendedor.

Que reconhecemos que a comunidade científica e tecnológica está a ampliar as suas capacidades, aproveitando a revolução digital e o aparecimento de um Ecossistema Digital a partir de: a) O aumento do acesso ao conhecimento e informação através de dados e publicações científicas (Ciência Aberta); b) A maior participação cidadã; c) O desenvolvimento de projetos de investigação através da cooperação do setor público e empresarial; e, d) A transformação produtiva com a inovação.

Que o conhecimento, a ciência e a tecnologia devem ser entendidos a partir de uma perspetiva global, na qual se fundamenta a necessidade da colaboração internacional e interdisciplinar.

### **ACORDAMOS:**

- 1.** Reconhecer os esforços realizados nos últimos anos na Ibero-América em matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação, que permitiram avanços na investigação científica e no desenvolvimento tecnológico em diferentes áreas do conhecimento, bem como a criação de um número relevante de empresas inovadoras.
- 2.** Aumentar significativa e sustentadamente o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, como meio que permita enfrentar os principais desafios dos nossos países.
- 3.** Encorajar os países ibero-americanos a aprovar as disposições necessárias, como corresponda e de acordo com a legislação de cada país, para facilitar a realização da investigação científica e inovação.
- 4.** Intensificar a cooperação Ibero-Americana em Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de complementar as capacidades em infraestrutura, equipamento e recursos humanos, bem como fomentar a transferência e circulação de conhecimento.
- 5.** Reconhecer a importância do Pacto Ibero-Americano de Juventude e o papel das pessoas jovens na agenda de cooperação Ibero-Americana que se está a promover em matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação, dando prioridade à promoção das vocações científicas e ao acesso dos jovens à carreira científica e a oportunidades de empreendimento inovador.
- 6.** Incumbir a SEGIB e a OEI de, juntamente com o Conselho Universitário Ibero-americano (CUIB) e no âmbito do Espaço Ibero-americano do Conhecimento (EIC), avançarem na promoção do Programa de Formação Interdisciplinar em Centros de Alto Nível “Laboratórios Ibero-americanos”, mediante a conceção e o desenvolvimento de experiências piloto, contando com a colaboração do Programa CITED e dos organismos nacionais de ciência e tecnologia que a elas desejem aderir.
- 7.** Promover a colaboração entre as diferentes iniciativas de redes de repositórios digitais, nacionais e regionais, que fortaleçam o Acesso Aberto na Ibero-América.
- 8.** Solicitar ao Programa CITED e à Iniciativa Ibero-Americana de Comunicação Social e Cultura Científica que unam os seus esforços, sob a coordenação da SEGIB, para fomentar a cultura científica e tecnológica de maneira inclusiva.

**9.** Encorajar o estabelecimento de conexões estratégicas com iniciativas como o Foro Aberto de Ciências da América Latina e do Caribe – CILAC.

**10.** Reconhecer a contribuição dos estudos e indicadores elaborados pelo Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade da OEI, que contribuem para a tomada de decisões e conceção de políticas públicas.

**11.** Reconhecer os progressos efetuados no desenvolvimento dos projetos acordados na I Reunião de Ministros e Altas Autoridades, que contaram com a colaboração especial da Colômbia, Espanha e México e o apoio da SEGIB: a) Agenda Cidadã Ibero-Americana de Ciência, Tecnologia e Inovação; b) Banco Ibero-Americano de Avaliadores (BIEN); e c) Portal Ibero-Americano de Mobilidade de Investigadores. Neste contexto, encoraja-se o conjunto dos países a aderir a este esforço e aos projetos, a fim de prosseguir o respetivo desenvolvimento e implementação.

**12.** Incumbir a SEGIB, no âmbito do Espaço Ibero-americano de Conhecimento, contando com o apoio do Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia (CITED), e em coordenação com os países membros, de formular e desenvolver:

a. Um Projeto destinado a fomentar a Ciência Aberta, que apoie o fortalecimento da Ciência e da Tecnologia na Ibero-América.

b. Um Plano de Fomento do empreendimento inovador e de base tecnológica, bem como, pelo seu efeito transversal e facilitador, um Plano para o desenvolvimento do Ecosistema Digital Ibero-americano.

c. Um Mapa de capacidades e infraestruturas científicas e tecnológicas singulares da Ibero-América, visando promover a sua utilização partilhada, mediante o estabelecimento de novos programas e ações específicas ou a ampliação das existentes.

**13.** Aprovar a Agenda Ibero-Americana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o biénio 2017-2018, composta pelas ações e projetos adotados na I Reunião de Ministros e Altas Autoridades realizada em Puebla, México, aos quais se acrescentam os aprovados nesta II Reunião de Ministros e Altas Autoridades, e incumbir a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) de os impulsionar, desenvolver e promover, para o que contará com o apoio de uma Comissão integrada por quatro países e com a colaboração do Programa CITED.

**Submeter** à XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo os seguintes compromissos, já recolhidos na presente declaração:

- Aumentar significativa e sustentadamente o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, como um compromisso que permita enfrentar os principais desafios dos nossos países.

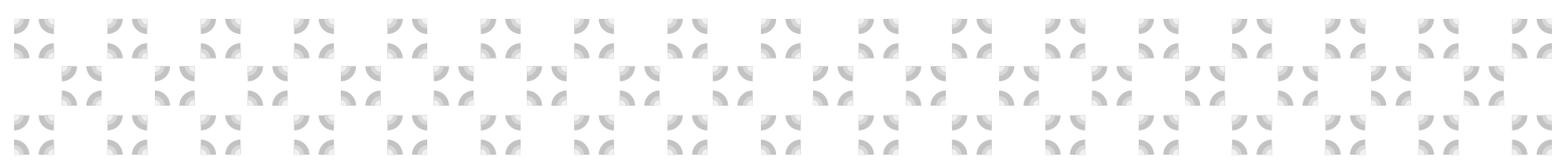
- Incumbir à SEGIB, no âmbito do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, contando com o apoio do Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia (CITED), e em coordenação com os países membros, a formulação e o desenvolvimento de:

- a. Um Projeto centrado no fomento da Ciência Aberta, para apoiar o fortalecimento da Ciência e da Tecnologia na Ibero-América.
- b. Um Plano de Fomento do empreendimento inovador e de base tecnológica, bem como, pelo seu efeito transversal e facilitador, um Plano para o desenvolvimento do Ecossistema Digital Ibero-Americano.
- c. Um Mapa de capacidades e infraestruturas científicas e tecnológicas singulares da Ibero-América, visando promover a partilha da utilização destas, mediante o estabelecimento de novos programas e ações específicas ou a ampliação das existentes.

**Felicitar** o Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, pelo recebimento do Prémio Nobel da Paz 2016, que reconhece o seu esforço decidido para terminar com mais de 50 anos de conflito armado. O Prémio representa também uma homenagem ao povo colombiano que, apesar da violência, nunca abandonou a esperança de uma paz justa, e a todas as partes que contribuíram para o processo de paz. Esta homenagem presta-se também, com destaque, aos representantes das incontáveis vítimas do conflito armado.

**Finalmente**, agradecemos ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia - COLCIENCIAS - pela realização da II Reunião Ibero-Americana de Ciência, Tecnologia e Inovação; bem como o apoio recebido pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e pelo Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.

Os Ministros e Altas Autoridades da Ciência, Tecnologia e Inovação dos países Ibero-Americanos subscrevem a presente declaração em dois textos originais em espanhol e português, na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, no dia 7 de outubro de 2016.





IV.

# Fóruns e Encontros realizados no âmbito da XXV Conferência Ibero-Americana

As posições expressas nas seguintes declarações ou conclusões refletem os pontos de vista dos participantes e não necessariamente os dos Governos Ibero-Americanos ou da SEGIB.



# 1.

## VIII Fórum Ibero-Americano de Responsáveis do Ensino Superior

Bogotá, Colômbia, 10 e 11 de dezembro de 2015

### RELATÓRIO

O VIII Fórum Ibero-Americano de Responsáveis do Ensino Superior, convocado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), pelo Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB), e pelo Ministério da Educação Nacional da República da Colômbia, teve lugar nos dias 10 e 11 de dezembro no Hotel Radisson AR da cidade de Bogotá, Colômbia.

Este Fórum de preparação da XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação e da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo constituiu um importante espaço para o desenvolvimento de iniciativas orientadas para a construção de oportunidades de intercâmbio e cooperação, em matéria de ensino superior, na Ibero-América.

Nesta edição, os debates centraram-se na promoção de um Quadro Ibero-Americano de Mobilidade Académica e na qualidade do ensino superior na Ibero-América, principais mandatos da Declaração de Veracruz da XXIV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

### CONCLUSÕES

A formulação das conclusões do VIII Fórum realizou-se a partir dos resultados alcançados em três mesas de trabalho que foram partilhados na última sessão da reunião.

#### MESA 1: QUADRO IBERO-AMERICANO DE MOBILIDADE ACADÉMICA

Os princípios orientadores que devem nortear o Quadro Ibero-Americano de Mobilidade Académica são:

- Qualidade e equidade.
- Flexibilidade de cada país para ajustar as suas prioridades.
- Confiança mútua, apoiada na colaboração entre os sistemas de acreditação.
- Unidade e visão regional, para facilitar a mobilidade.
- Acesso aberto à informação académica e científica: repositórios abertos.
- Virtualização do ensino superior através das TIC e da universidade aberta.

- Formação da comunidade científica de alto nível, começando pela consolidação da formação de doutores, e fomento do intercâmbio regional e do uso partilhado de capacidades e infraestruturas.
- Integração do setor privado no fomento e financiamento da mobilidade.

Desta forma, acolhe-se favoravelmente a proposta estratégica para a criação do Quadro Ibero-Americano de Mobilidade Académica, e destacam-se como linhas de ação concretas e imediatas:

- Acelerar a criação de um sistema de informação da mobilidade académica ibero-americana, para poder contar com dados relevantes o mais rapidamente possível. Este sistema será integrado num portal que fará parte da Plataforma de mobilidade académica.
- Recolher a informação inicial disponível em cada país. Com este objetivo, a SEGIB enviará um questionário, bem como as diretrizes a seguir para recompilar a informação e para efetuar o seu preenchimento.
- Realizar um workshop que reúna os principais programas de mobilidade académica nacionais e regionais. O workshop permitirá estabelecer um roteiro e um plano de trabalho para a sua integração no Sistema Ibero-Americano de Mobilidade Académica.
- Apresentar à Conferência dos Ministros da Educação os progressos alcançados no desenvolvimento do Quadro Ibero-Americano de Mobilidade Académica e de cada um dos seus principais elementos: Aliança, Sistema e Plataforma.
- Levar em consideração a conceção e implementação de um suplemento aos diplomas ibero-americanos, de modo semelhante à iniciativa europeia, que contribua para facilitar o reconhecimento e a mobilidade, e que acompanhe os diplomas académicos com outras informações relevantes.
- Realizar uma experiência piloto de tabelas de equivalências, considerando os cinco cursos mais frequentados e representativos por áreas de conhecimento. Partir-se-á de uma análise dos sistemas de acreditação e do estabelecimento de mecanismos de colaboração entre eles.
- Estabelecer um Comité Técnico do Fórum, com a representação de todos os países, para o desenvolvimento e acompanhamento dos acordos adotados.

#### MESA 2: GARANTIA DA QUALIDADE COMO INSTRUMENTO PARA A MOBILIDADE ACADÉMICA NA IBERO-AMÉRICA

Sublinhou-se a importância da criação de mecanismos regionais para garantir a qualidade e criar confiança entre os sistemas de ensino superior dos países membros, partindo das experiências e acordos existentes, construindo a partir do já construído, e com uma abordagem claramente operacional.

Foram adotados os seguintes acordos:

- Estabelecer um grupo de peritos, com o objetivo de elaborar uma proposta para um mecanismo reforçado de colaboração entre sistemas nacionais de garantia de qualidade, bem como um quadro ibero-americano para o reconhecimento de períodos de estudo e de diplomas, e o respetivo roteiro

para desenvolvimento e implementação.

- Constituir e realizar uma primeira reunião do grupo de peritos nos primeiros meses de 2016, tendo o Equador como anfitrião, e procurando ligar às tarefas deste grupo os governos, agências acreditadoras, e universidades.
- Construir uma matriz de informação regional, a partir da caracterização do sistema de educação e de acreditação que cada país irá elaborar. Esta matriz servirá de base para o progresso das tarefas encomendadas ao grupo de peritos.
- Encarregar a Colômbia e o Equador da compilação dos elementos que irão integrar a matriz que, em conjunto com a personalidade designada para a coordenação do grupo de trabalho, deverá definir as diretrizes e o procedimento a seguir.

### MESA 3: FINANCIAMENTO DA MOBILIDADE ACADÉMICA

Para abordar a questão do financiamento será importante adotar como ponto de partida os seguintes princípios orientadores:

- a. Transparência.
- b. Vontade política.
- c. Equidade e proporcionalidade na participação.

Para o financiamento do Quadro Ibero-Americano de Mobilidade Académica propõe-se levar em consideração as seguintes propostas:

- Constituir um grupo técnico que estude os fundos existentes na Ibero-América e os avalie, bem como a viabilidade de se estabelecer um mecanismo multi-fundo. A partir do referido diagnóstico e estudo de viabilidade serão elaboradas as condições de referência para a implementação do citado mecanismo.
- O papel dos governos, entendido intersectorialmente, relativamente ao financiamento da mobilidade no Quadro Ibero-Americano de Mobilidade, consistirá principalmente em liderar o desenvolvimento da estratégia de financiamento, seus critérios e coordenação. Tudo isto será realizado de forma conjunta com os organismos que constituem a Unidade Coordenadora do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento.
- Propõe-se que seja considerada a criação de capacidades de gestão por país, de forma a que possam colaborar na ligação das empresas com a Aliança para a Mobilidade Académica e na articulação entre as Instituições de Ensino Superior, o Estado e o setor empresarial.
- É necessário conectar ao setor privado, a partir do seu papel relativo à responsabilidade social empresarial, o investimento profissional e a inserção dos profissionais nas empresas. Nesta linha, será muito importante considerar o desenvolvimento de incentivos que permitam a construção de alianças público-privadas.

## 2.

# XI Encontro Cívico Colômbia 2016 “Juventude: Educação e Empreendedorismo”

Medellín, Colômbia, 6 de setembro de 2016

## DECLARAÇÃO

As organizações da sociedade civil e as redes nacionais, regionais e internacionais de jovens, presentes no XI Encontro Cívico Ibero-Americano, declaram:

## CONSIDERANDO QUE

- 1.** A população juvenil, que constitui cerca de 25% da população ibero-americana, representa uma esperança de mudança e transformação para a região, dada a sua potencialidade como capital humano, capacidade de empreendedorismo, diversidade (mulheres, população LGTBI, povos originários, minorias étnicas), criatividade, inovação e oportunidade de desenvolvimento.
- 2.** Este é também um desafio, já que muitos jovens se encontram em situação de pobreza, em condições de deficiência, vivem em contextos de desigualdade e sentem a falta de oportunidades de acesso à educação, empregos decentes, infraestruturas adequadas, saúde e condições mínimas para viverem uma vida digna que garanta o seu desenvolvimento económico, social e comunitário.
- 3.** A desocupação juvenil triplica a da população adulta, e em questões de emprego e empreendedorismo, há uma ausência de medições que indiquem as mudanças, impacto e resultados das políticas públicas, quer no que respeita aos jovens empreendedores, quer às suas comunidades.
- 4.** As juventudes da região são agentes sociais indispensáveis para o desenvolvimento produtivo, social e democrático dos nossos povos.
- 5.** A nível internacional há referências, como Os Princípios de Istambul, que promovem um ambiente propício à participação corresponsável das Organizações Sociais no desenvolvimento dos nossos povos, na medida em que são fonte de inovação social, pensamento crítico e participação ativa, na construção, monitorização e avaliação de políticas públicas.
- 6.** A população juvenil tem um reduzido conhecimento dos direitos e das responsabilidades, o que resulta numa falta de motivação para a participação pública, política e social.
- 7.** Os direitos a uma educação de qualidade, trabalho digno, bem-estar coletivo, bem como a condições de habitabilidade e de desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, devem ser garantidos pelos Estados, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras.

## PROPOMOS

1. Promover a educação como cenário de transformação e inovação sustentável e replicável, que ofereça incentivos e recursos inclusivos para incrementar os níveis de acesso à educação de qualidade e diminuir os índices de abandono escolar e a falta de igualdade de oportunidades, favorecendo a geração de projetos com impacto social.
2. Promover políticas públicas intersectoriais e comuns aos países ibero-americanos, em torno da educação, trabalho, migração, pobreza, direitos sexuais e reprodutivos, jovens em conflito com a lei, e outros direitos da juventude.
3. Promover ações de educação e exigibilidade sobre os direitos das e dos jovens, de forma a que o desconhecimento ou a ausência de proteção destes não impeçam o seu desenvolvimento.
4. Apelar aos Governos para que cumpram os compromissos assumidos para gerar um ambiente propício e habilitante para a participação vinculativa das e dos jovens, criando espaços de diálogo funcionais e multissetoriais para a sua inclusão real e efetiva através de mecanismos, tais como um parlamento juvenil, onde estes sejam gestores e agentes estratégicos da definição de agendas e políticas públicas, com capacidade de decisão e ação para melhorar o seu contexto e as problemáticas sociais do país.
5. Tornar os países que fazem parte do Pacto Ibero-Americano pela Juventude em garantes dos compromissos assumidos, para além de partilharem experiências semelhantes com outros países.
6. Ratificar o Pacto Ibero-Americano pela Juventude, assegurando a sua posterior implementação, acompanhamento e processo de prestação de contas.

## Recomendamos aos Chefes e Chefas de Estado, às e aos Parlamentares, e aos Governos Locais que:

- Garantam mecanismos, programas, espaços e recursos para potenciar e reconhecer os processos das organizações juvenis formais, informais e não formais, de forma a conseguir o impacto, a incidência e a transformação do território, procurando re-significar as juventudes na sua diversidade.
- Garantam e reforcem a participação inclusiva e aberta da juventude da Ibero-América, como agente de mudança e inovação, dando visibilidade aos jovens como atores relevantes dos processos de decisão e como genuínos gestores de soluções para os problemas sociais das suas comunidades.
- Assegurem condições para o empreendedorismo juvenil, através de políticas públicas que contemplem: apoio económico, financiamento e subsídios; criação de espaços e recursos de formação e fortalecimento de capacidades; facilidades legais e fiscais para a formalização; fomento de sistemas alternativos de produção e comercialização; redes de economia social e solidária nos países e na região; articulação público-comunitária-privada; inserção no mercado; e transferência de tecnologias (ferramentas, conhecimentos, sistemas, equipamentos, etc.).
- Incrementem a percentagem de investimento na educação pública para garantir um ensino integral e universal de qualidade, que respeite as culturas ancestrais e os saberes dos povos originários, gratuita a todos os níveis educativos, e que crie oportunidades de empreendedorismo e de emprego digno.

- Garantam políticas educativas de Estado com perspectiva territorial, que promovam a diminuição dos índices de desigualdade e exclusão nos nossos países, mediante programas diferenciados e sustentáveis que criem oportunidades integrais e pertinentes para o desenvolvimento juvenil, reconhecendo as particularidades dos territórios rurais e dos territórios urbanos informais e formais.
- Promovam e validem o voluntariado e as experiências criativas, artísticas, desportivas e culturais informais, como cenários para a formação profissional e pessoal integral, com sensibilidade e compromisso no que respeita aos problemas sociais.

#### **As organizações juvenis da sociedade civil comprometem-se a:**

- Participar e promover a participação de todos os setores da sociedade civil no processo de construção e acompanhamento dos compromissos acordados pelos Chefes e Chefas de Estado da Ibero-América.
- Contribuir para a construção de políticas educativas de Estado, a partir do intercâmbio de conhecimentos, de experiências, e da criação de vínculos entre os países, incluindo os programas das OSC e o fomento da cooperação sul-sul.
- Acompanhar a transparência e a prestação de contas das despesas públicas consagradas à educação.
- Trabalhar, estruturar e acompanhar a construção de programas integrais de voluntariado, que ofereçam experiências transformadoras para as aspirações profissionais dos jovens e o desenvolvimento de líderes.
- Participar nos mecanismos de implementação do Pacto pela Juventude Ibero-Americana com corresponsabilidade para convocar e garantir uma participação diversa; e promover, acompanhar e avaliar as ações que se venham a implementar.
- Reconhecer, dar visibilidade e convocar as organizações juvenis formais, não formais e informais, como agentes fundamentais da implementação do Pacto pela Juventude Ibero-Americana.
- Gerir os recursos para a realização de fóruns onde participem as organizações juvenis e a sociedade civil e publicar os seus resultados e impactos.
- Fomentar a educação e a divulgação das ações e das políticas de juventude.
- Criar uma plataforma para a promoção, acompanhamento e monitorização das organizações.
- Garantir a renovação das gerações, através da promoção do intercâmbio intergeracional como instrumento fundamental para a continuidade dos processos e o fortalecimento das iniciativas juvenis.

Para concretizar e dar seguimento a estas recomendações, propomos um plano de ações de acompanhamento que identifique estratégias para avaliar o cumprimento dos compromissos.

Agradecemos à Colômbia, ao seu Governo e à sua sociedade civil, o compromisso para o fortalecimento do diálogo entre a sociedade civil e os governos, bem como a gestão de espaços para incidir de forma efetiva nos processos de tomada de decisões a nível regional.

### 3.

## V Encontro Inter-religioso Ibero-Americano “Líderes Religiosos e Jovens na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dedicados à Juventude, Educação e Empreendedorismo”

Bogotá, Colômbia, 26 e 27 de setembro de 2016

### DECLARAÇÃO DE BOGOTÁ

O Conselho Latino-Americano e Caribenho de Líderes Religiosos - Religiões pela Paz - que reúne as principais comunidades religiosas da região e o Grupo de Trabalho Estável de Religiões (GTER), que é a rede de confissões religiosas da Catalunha em interação em toda a Península Ibérica, contando com a cooperação da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e do Conselho Inter-Religioso da Colômbia, a participação do Ministério do Interior da Colômbia e o apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), realizaram, nos dias 26 e 27 de setembro de 2016, em Bogotá, o V ENCONTRO INTER-RELIGIOSO IBERO-AMERICANO, subordinado ao tema: “Líderes religiosos e jovens na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dedicados à juventude, empreendedorismo e educação”, como evento prévio à XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.

Pela quinta vez consecutiva, a Cúpula Ibero-Americana é precedida do Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano, que tem por objetivo contribuir com recomendações sobre os temas a abordar na Cúpula, a partir das perspectivas específicas das comunidades de fé.

Reunidos num contexto de harmonia e respeito mútuo, os representantes das comunidades de fé e das redes de jovens religiosos do espaço ibero-americano, reconhecendo que a paz e a justiça provêm de Deus, constatarem como preocupações comuns e partilhadas:

- A afirmação do papel das religiões como parceiras estratégicas na construção da paz e na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dedicados à juventude, empreendedorismo e educação;
- A proteção da liberdade e equidade religiosas associadas à defesa da dignidade de todos os seres humanos;
- O reconhecimento dos e das jovens como sujeitos de direitos individuais e coletivos, pelo facto de serem jovens, empoderados para contribuir para a definição de políticas públicas relacionadas com a juventude e para todas em geral;

- A construção de políticas públicas para um autêntico desenvolvimento da juventude, assegurando o cumprimento dos instrumentos internacionais e ibero-americanos dos direitos dos meninos, meninas, adolescentes e jovens;
- A garantia de espaços públicos livres de violência, para que os e as jovens possam usufruir plenamente dos seus direitos humanos;
- A formulação de uma educação integral de qualidade e pertinência, fundada no reconhecimento da diversidade cultural e religiosa, que inclua a dimensão da espiritualidade e que transcenda a educação do conhecimento;
- O provimento de programas educativos que ajudem os e as jovens no objetivo de descobrir as suas aptidões e de fortalecer as suas competências para o trabalho;
- A valorização da família como núcleo adequado para a educação nos valores que estão na base do desenvolvimento humano integral dos meninos, meninas, adolescentes e jovens; bem como das comunidades religiosas, como colaboradoras dessa tarefa familiar;
- O apoio às iniciativas de empreendedorismo juvenil, baseadas na responsabilidade social comunitária e na economia social-solidária, inclusivamente para a criação de empresas;
- A transversalização da equidade de género nos espaços públicos e em todos os âmbitos políticos, económicos, sociais e religiosos;
- O resguardo das jovens do casamento infantil e juvenil obrigatório, da mutilação genital e de qualquer forma de violência e degradação;
- A promoção de legislações nacionais que possibilitem a harmonização da vida familiar com a vida profissional, especialmente no que concerne às famílias jovens;
- O apoio à educação afetivo-sexual integral dos e das jovens, que contemple as perspetivas das comunidades religiosas;
- A exigência da aplicação rigorosa de justiça contra qualquer forma de abuso sexual infantil, sem tolerância alguma, dadas as sequelas físicas, psicológicas e emocionais irreversíveis;
- A denúncia das deportações de menores migrantes ilegais sem adultos acompanhantes, que se concretizam violando os seus direitos humanos; e
- A construção de uma agenda de ocorrência a favor destas preocupações comuns e partilhadas, por parte das comunidades de fé do espaço ibero-americano.

**Por conseguinte, este V Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano propõe:**

#### **Às comunidades de fé:**

- Criar e reforçar as Redes de Juventudes Inter-Religiosas, para que empreendam ações concretas; e

- Acompanhar, com um Grupo de Trabalho Inter-Religioso Ibero-Americano, as Políticas de Juventude.

**Aos jovens religiosos:**

- Continuar a participar ativamente nos próximos Encontros Inter-Religiosos Ibero-Americanos e no acompanhamento dos compromissos acordados.

**Aos Chefes e Chefas de Estado e de Governo que se irão reunir na XXV Cúpula Ibero-Americana:**

- Considerar as nossas preocupações comuns e partilhadas sobre a juventude no espaço ibero-americano.

Por último, coincidindo este V Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano com a assinatura do Acordo Final de Paz, para alcançar uma paz com justiça, verdade, reparação e não repetição; oramos para que este esforço a favor das vítimas e da reconciliação entre todos os colombianos e colombianas se torne realidade. Congratulamo-nos também pela responsabilidade assumida pelas comunidades religiosas da Colômbia na construção da paz.

4.

## XI Encontro Empresarial Ibero-Americano 2016

Cartagena das Índias, Colômbia, 27 e 28 de outubro de 2016

### JUVENTUDE, EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO

Enfrentamos hoje uma nova realidade. A quarta revolução industrial global chegou e temos de nos adaptar, devendo aproveitar as oportunidades que traz e ultrapassar obstáculos e dificuldades, procurando introduzirmo-nos na nova economia, que se prevê tal como uma onda, embora mais potente e perturbadora que as anteriores, permitindo não só incrementos na produtividade e inovação dos produtos, mas também alterações nos modelos de negócio.

Atualmente o mercado digital faz parte do nosso dia-a-dia, e o ecossistema digital é hoje a principal estrutura económica do mundo. A relação de cada pessoa, de cada empresa, e de cada país com o ecossistema digital vai determinar a sua capacidade de progresso. Por isso, as economias, sociedades e empresas que adotem as mudanças resultantes da economia digital prosperarão, enquanto as que permaneçam estáticas ficarão ultrapassadas.

Na região, embora os governos tenham dado já os primeiros passos no desenvolvimento do ecossistema digital, comprometendo-se com projetos de alcance regional e atividades orientadas para promover a inovação, formação de capacidades digitais, difusão e transferência de novas tecnologias e boas práticas de gestão<sup>1</sup>, muito está ainda por fazer.

Temos cerca de 50% de latino-americanos que não estão ligados à internet, e só 1 de cada 4 dos 100 sítios web mais utilizados na região são desenvolvidos localmente; além disso, o nível de utilização e adoção de tecnologias digitais na atividade produtiva é ainda escasso e virtualmente inexistente nas pequenas e médias empresas. Acresce o deficit de competências digitais, a falta de apoio à inovação local, a rigidez da regulamentação, os sistemas tributários, a inflexibilidade para o teletrabalho, o deficit de logística, e ausência de proteção dos consumidores.

Precisamos criar um mercado digital comum onde não haja restrições aos bens, serviços e capitais da indústria digital, onde existam facilidades para o teletrabalho intrarregional, livre concorrência sem barreiras, onde a proteção ao consumidor e aos dados pessoais seja eficiente e a regulamentação convergente. Para isso, devemos aproveitar as vantagens dos pontos fortes que temos da região, entre os quais se destaca:

- A melhoria das infraestruturas de comunicação devido aos investimentos realizados. Prevê-se que, em 2016, a adoção da internet na América Latina cresça mais do que noutras regiões. Nesta região, passou-se de 21% da população em 2006 para 47% em 2013, com o objetivo chegar a 2019 com uma taxa de 100%. Além disso, a América Latina é a região do mundo com maior percentagem de utilizadores de redes sociais relativamente ao total dos utilizadores da Internet (78,42%), mais do que na Europa ou na América do Norte, situando-se na região cinco dos dez principais mercados de redes sociais.

<sup>1</sup> Compromiso assumido na “Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e Caraíbas”.

- A população jovem latino-americana é muito permeável aos progressos globais e tecnológicos. Isto acresce à juventude da maioria dos empreendedores da região, permitindo transferir essa mudança de mentalidade tecnológico-digital para a sociedade e para a empresa, favorecendo o acesso ao mundo digital.
- A juventude ibero-americana está também entre as mais criativas do mundo, sendo a segunda região do globo na utilização da internet. Isto significa que é claramente desenvolvidora e consumidora de conteúdos digitais, o que contribui para que a região seja considerada como um hub de empreendedorismo jovem, com uma forte tendência para liderar o setor do empreendedorismo disruptivo em áreas como o marketing ou lazer.
- Os idiomas espanhol e português situam-se entre os dez primeiros dos mais falados do mundo. Acresce, no novo enquadramento digital, que esses idiomas se posicionaram como parte importante da linguagem digital. Isso representa, portanto, uma clara oportunidade social e económica para a Ibero-América e seu posicionamento, devendo promover-se e apoiar-se a criação de conteúdos e serviços digitais nestes idiomas.

O que é então necessário para promover a digitalização e conseguir adaptar-nos a esta nova economia? São prioritárias as alianças público-privadas, bem como as políticas facilitadoras e disruptivas que promovam esse mercado digital comum e aproveitem as vantagens atuais, para que a digitalização dos processos produtivos e o sector da internet industrial sejam parte da estratégia regional de desenvolvimento económico e produtivo da Ibero-América.

### Diagnóstico

Nos países da América Latina e do Caribe, a juventude representa uma importante parte da população. São 163 milhões de jovens que têm dificuldades para entrar no mercado de trabalho, com poucas oportunidades, e que em grande medida são afetados pela pobreza e desigualdade. Por isso, são grandes os desafios que enfrenta a região para alcançar a inclusão económica e social, a erradicação da pobreza, e a redução das desigualdades.

De isto decorre que, pelo menos 2 de cada 10 jovens estão desempregados, não estudam nem recebem formação, e outros 2 de cada 10 trabalham em empregos informais. Os valores para as mulheres jovens são ainda mais alarmantes, na medida em que 30% não têm emprego e não estudam nem recebem formação, encontrando-se 15% a trabalhar em empregos informais.

Observamos assim na Ibero-América que estes desafios se podem converter, por sua vez, em oportunidades para o desenvolvimento das competências dos jovens e para conseguir um maior dinamismo no empreendedorismo juvenil, que na região se caracteriza por uma elevada presença de empreendedorismo de subsistência, já que 26% dos empreendedores o são por necessidade e não por oportunidade. O problema radica em que este tipo de empreendedorismo não é uma fonte de emprego de qualidade.

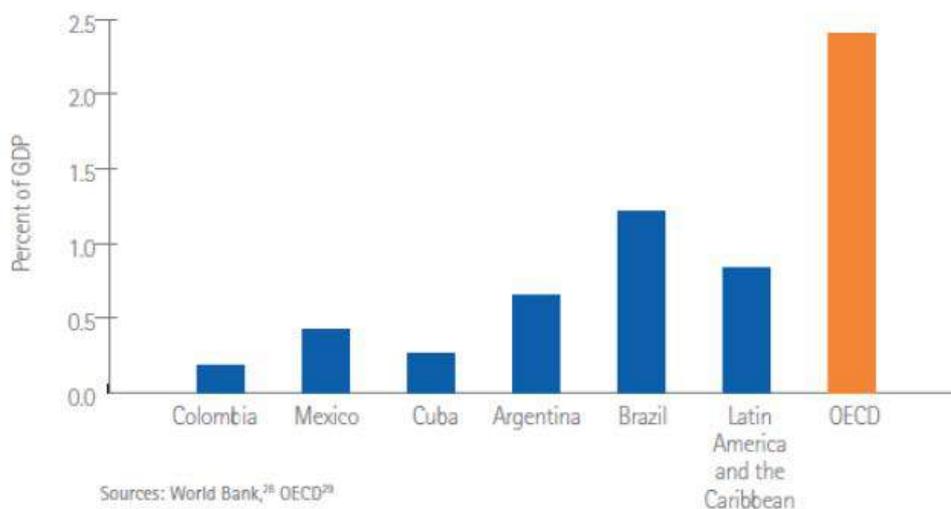
Este é outro dos temas em que devemos focalizar os esforços da região para conseguir que o empreendedorismo seja um dos principais motores de crescimento e desenvolvimento. Embora tenhamos alcançado progressos no desenvolvimento de ecossistemas de empreendedorismo, ainda que incipientes, as barreiras e obstáculos continuam a ser superiores aos das economias emergentes e dos países da OCDE.

A América Latina é a segunda região do globo em pessoas economicamente ativas envolvidas no mundo do empreendedorismo, e onde mais tempo se demora para abrir uma empresa (29 dias), sendo também a segunda região onde é mais caro fazê-lo (29% do rendimento per capita). Esta falta de dinamismo empresarial deve-se à baixa adoção de práticas de gestão, baixa intensidade de inovação, e limitado acesso ao financiamento.

Este tipo de barreiras como o escasso financiamento, baixa geração de competências empreendedoras, escassa cultura de empreendedorismo, dificuldade em criar redes empresariais, e eliminação das barreiras regulamentares são os obstáculos mais referenciados pelos empreendedores e onde se devem concentrar os esforços. De acordo com a OCDE, as start-ups enfrentam as maiores barreiras de entrada na América Latina. Enquanto nos Estados Unidos os bancos financiam entre 15% e 30% da criação de novas empresas, no Brasil, esse valor é apenas de 7%, e no Chile e México de 0%.

Outro aspeto em que se observa um atraso nesta área é o investimento em Investigação e Desenvolvimento e na expansão das start-ups. Em comparação com os países da OCDE, as empresas da região apenas investem 0,5% das suas receitas em I+D, sendo esta percentagem de 2% nos países da OCDE.

Figure 6. Country Research & Development Spending as a % of GDP (2011)



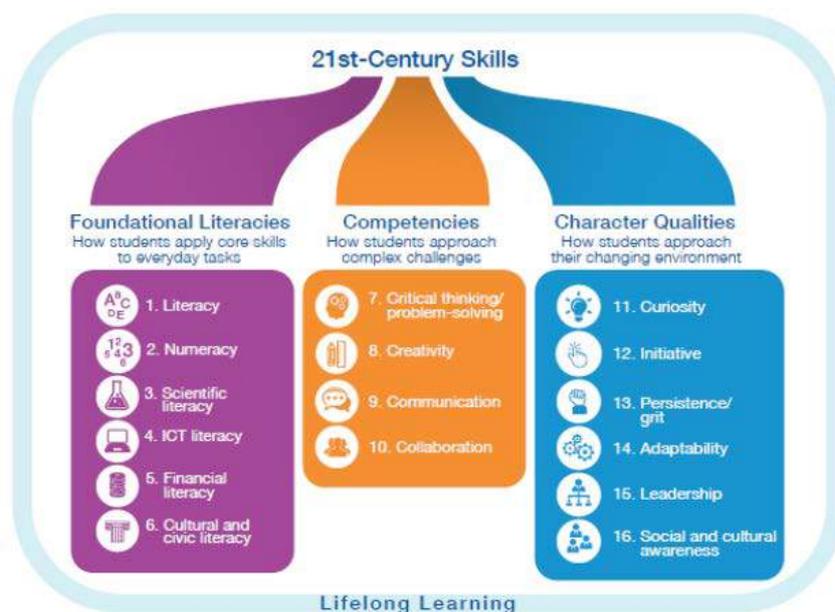
Tomado de: BID, Americas Business Dialogue Report. 2015

Neste contexto, constatamos também a presença de um ambiente de mudança a nível da educação e das competências exigidas para o futuro. Assim, atualmente cerca de 50% das empresas da América Latina e do Caribe afirmam não encontrar trabalhadores com as competências necessárias para desenvolver a sua atividade, pelo que optam por formá-los à sua medida para colmatar essa lacuna. Este problema é comum no setor produtivo e pode alargar-se a toda a região ibero-americana. É um desafio para a região conseguir que o sistema educativo dê formação adequada às necessidades do setor produtivo, e se prepare para o ensino do futuro com as competências exigidas para o século XXI. Isto é também essencial para a inclusão social dos jovens.

## Recomendações

### Educação

- Hoje em dia, o conceito de empresa mudou, pelo que a educação também deve mudar. A aprendizagem já não é a mesma; devemos educar para os jovens da próxima geração.
- Os modelos de aprendizagem atuais, utilizando as TIC, permitem maior flexibilidade e aceleração dos ritmos da aprendizagem.
- Há uma lacuna patente entre o que necessita o setor produtivo e a formação que é prestada. É urgente conseguir identificar as necessidades, tanto atuais como futuras, para poder ajustar o setor educativo e conseguir colmatar a referida lacuna. Desta forma, favorece-se a empregabilidade dos jovens e reduzem-se os obstáculos com que as empresas se deparam neste âmbito, promovendo o incremento da produtividade.
- Deve adaptar-se o modelo educativo à nova realidade produtiva desenvolvendo programas de formação técnica e profissional mais curtos e que respondam às necessidades atuais e futuras do mercado do trabalho. É necessário manter uma análise prospetiva para poder prever os requisitos futuros e assim preparar as universidades.
- Promover as competências STEM+EA (ciência, tecnologia, engenharia, matemática, inglês e artes) a partir da mais tenra idade, identificando e desenvolvendo as mais necessárias para a economia digital nos diferentes níveis do sistema educativo.
- Fortalecer as competências digitais e a utilização das novas tecnologias, tanto por professores como por alunos, para fomentar a criação de uma sociedade preparada para a nova revolução digital. A formação de competências “soft” (trabalho em equipa, pontualidade, responsabilidade, etc.) devem fazer parte dos processos de aprendizagem. Isto é de vital importância, não apenas para ocupar um posto de trabalho, mas também para poder empreender.
- Segundo o documento “New vision for education” do Fórum Económico Mundial, as competências necessárias para o século XXI são as seguintes:



Note: ICT stands for Information and communications technology.

- Incluir a cultura, a formação em inovação e o espírito empreendedor e empresarial nos conteúdos educativos, enfatizando as competências pessoais e a liderança.
- A participação do setor privado no sistema educativo é fundamental. Esta participação deve incluir, entre outras, a identificação das necessidades do setor produtivo, sugestões para a conceção de programas académicos, programas de formação dual, estágios, e iniciativas de formação e capacitação permanente.
- Procurar a mobilidade em toda a região, quer de estudantes quer de trabalhadores.
- Incrementar a informação proporcionada pelas empresas para alimentar as avaliações de impacto sobre os programas de formação e capacitação, e o seu sucesso na inserção profissional.
- A articulação Universidade – Empresa – Estado é a vencedora. É necessário manter estes espaços de diálogo, pois obter resultados leva tempo, e é preciso acompanhá-los e ajustá-los à dinâmica empresarial.
- Estabelecer acordos para estágios e períodos de formação, remunerados e associados a créditos formativos, estabelecendo um número mínimo de jovens empregados com este tipo de contratos.
- Promover programas de formação para jovens no local de trabalho, com mecanismos de financiamento partilhados entre a empresa e o setor público.
- Devemos ter um programa ibero-americano de bilinguismo, que possa ser medido em termos de resultados e aproveitamento de capacidades.

### Juventude

- É prioritário aproveitar o bónus geracional com que ainda contamos. Se não encaminharmos bem os jovens, este bónus irá perder-se (temos muitos NEM-NEM – nem estudam, nem trabalham).
- Favorecer a inserção profissional dos jovens, particularmente os provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, em empregos formais e de maior qualidade, estabelecendo incentivos à contratação de jovens de meios desfavorecidos e/ou atualmente empregados no setor informal.
- Fomentar o desenvolvimento do Ecossistema Digital, fundamental para diminuir a dependência da região dos recursos naturais. A transformação do atual modelo de produção para economias mais complexas, através das Tecnologias da Informação, deve incorporar-se nos temas da capacitação e formação dos jovens ibero-americanos.
- Promover o emprego de novas tecnologias entre a população jovem para aumentar as possibilidades de acesso à educação, formação, criação de novos negócios e participação mais ativa na sociedade.
- Definir diretrizes de políticas públicas de modo a que juventude ibero-americana, para além de consumidora de conteúdos digitais, se prepare e capacite para produzir e desenvolver esses conteúdos.
- Criar ambientes de trabalho que proporcionem apoio às mães que trabalham, incluindo serviços de

jardins de infância e flexibilidade de horários.

- Animar, criar e consolidar mecanismos de acompanhamento e avaliação para medir o impacto e aperfeiçoar os instrumentos das políticas aplicadas à promoção do empreendedorismo e inovação social juvenil.
- Apoiar a participação dos jovens em iniciativas de empreendedorismo e no desenvolvimento de projetos de inovação social, através de um maior acesso a fontes de financiamento e de plataformas de colaboração.
- Adotar medidas para facilitar a transição dos jovens empresários, da economia informal para a formal, promovendo e facilitando, entre outras, o cumprimento da legislação nacional do trabalho e as interações das empresas para impulsionar o empreendedorismo jovem.

### **Empreendedorismo**

- Promover o Programa Ibero-América Empreende: formação de gestores, mobilidade empreendedora e rede de incubadoras.
- Propõe-se a criação de um Observatório Ibero-Americano do Empreendedorismo, com indicadores, monitorização de políticas, e transferência de boas práticas.
- As alianças público-privadas são essenciais para construir ecossistemas de estímulo ao empreendedorismo e garantir um desenvolvimento autossustentável para os novos negócios. Por sua vez, para colmatar lacunas de investimento, deve fomentar-se a coordenação entre o investimento público e o privado, e os bancos de desenvolvimento.
- Fomentar o espírito empresarial entre os jovens, apoiando a formação em gestão e competências de liderança e pessoais.
- Incrementar a coordenação de melhores práticas entre as diferentes entidades que têm vindo a financiar a inovação em geral e a inovação digital na região, para conseguir a consolidação de recursos e a transformação de iniciativas nacionais em iniciativas regionais ou sub-regionais.
- Promover o uso das novas tecnologias para o empreendedorismo, de forma a desenvolver a economia digital local.
- Apoiar o desenvolvimento de conteúdos e serviços digitais, para criar uma oferta digital atrativa local, que permita a criação de um ecossistema de inovação e empreendedorismo a nível regional, sem necessidade de migrar para outras regiões na busca de financiamento ou de êxito empresarial.
- Aumentar o nível de financiamento, tanto público quanto privado, às start-ups tecnológicas que irão constituir o tecido empresarial e económico da região na economia do século XXI. Para o financiamento dos empreendedores devemos desenvolver toda a cadeia, regista-se atualmente um grande vazio no escalamento (passar de protótipos para produção de escala).
- Fomentar programas de incubação e investimento de capital de risco corporativo dirigidos a empreendedores jovens, a partir do setor empresarial, de forma a melhorar o seu acesso ao financiamento.

- Alargar os programas de tutoria e assessoramento de redes empresariais com jovens empreendedores, através de estadias de aprendizagem e experiência de gestão dentro de empresas estabelecidas.
- Criar uma rede de apoio de tutorias para empreendedores, orientada para a formalização por parte das Universidades.
- Fortalecer os programas de desenvolvimento de fornecedores entre jovens empreendedores e grandes empresas, através de formação técnica e de processos de qualidade e serviços.
- Proporcionar infraestruturas dentro das empresas já estabelecidas para atrair talento jovem que fomentem um empreendedorismo inovador através de estratégias de inovação abertas e concursais para atrair empreendedores jovens.
- Fortalecer programas de responsabilidade social corporativa que fomentem o empreendedorismo juvenil nas comunidades locais e nos grupos menos favorecidos, como os de mulheres empreendedoras.
- Apoiar o empreendedorismo tendo em conta a sua sustentabilidade e dinâmica, e contribuir assim para o desenvolvimento económico e social da região. Neste sentido, atualmente, devem passar a fazer parte da estratégia temas como o empreendedorismo social e a inovação social.

Um agradecimento muito especial a todas as entidades que têm estado a trabalhar nestas questões e que contribuíram para estas recomendações:

SEGIB  
ANDI  
CEOE, CEIB  
AECID  
OCDE  
CEPAL  
PNUD  
OIT  
Colômbia Jovem  
BID  
Ilunion  
TKNIKA, Governo Basco  
Fundação Casa Luker  
Programa CYTED  
Parque Tec  
CAF  
Fundação Micro Finanças BBVA  
Bancolombia  
ASIET  
Telefónica  
IE Business School  
OIJ - Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América  
Red Emprendia  
CIENPRENDER

5.

## XXVII Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas

Cartagena das Índias, Colômbia, 27 de outubro de 2016

### DECLARAÇÃO

**1.** Os Presidentes das Organizações Empresariais da Ibero-América, membros da Organização Internacional de Empregadores (OIE) e que constituem o Conselho de Empresários Ibero-Americanos (CEIB), reunidos na XXVII REUNIÃO DE PRESIDENTES DE ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS IBERO-AMERICANAS em Cartagena, Colômbia, nos dias 26 e 27 de outubro de 2016, felicitam e enviam uma mensagem de apoio à sociedade colombiana no que respeita ao processo de paz.

**2.** Tendo debatido aprofundadamente o tema “Juventude, Empreendedorismo e Educação”, os Presidentes apresentam a seguinte Declaração aos Presidentes e Chefes de Estado, reunidos na XXV Cúpula Ibero-Americana:

### JUVENTUDE

**3.** Os jovens da Ibero-América são o presente e o futuro das nossas sociedades. São o símbolo do progresso e da inovação. Pouco mais de 30% da população da Ibero-América encontra-se na faixa dos 15-29 anos de idade (108 milhões), num total de mais de 1.800 milhões de jovens em todo o mundo.

**4.** A Região está num ponto crucial para posicionar os jovens como agentes estratégicos da transformação social, económica, política e cultural. Esta realidade demográfica é uma janela de oportunidade para os países da Ibero-América, ou seja, há uma parte significativa da população com capacidade para trabalhar, produzir, poupar e investir. Mas é também um desafio, já que as economias do futuro irão precisar de pessoas capacitadas para enfrentar as transformações que lhes permitam dar o salto definitivo para o desenvolvimento.

**5.** A atual situação dos jovens da Ibero-América não é encorajadora. Calcula-se que um de cada cinco jovens latino-americanos entre os 15 e os 24 anos nem estuda nem trabalha; uns 20 milhões face aos 13,7 milhões no total da Europa. Alguns países têm uma taxa de pobreza juvenil superior a 50%.

**6.** Por sua vez, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ADS) destaca a necessidade de empoderar os jovens e de lhes proporcionar um ambiente propício para a plena realização dos seus direitos e capacidades, ajudando os países a aproveitar a sua situação demográfica. Especificamente, o oitavo objetivo da ADS apela a todos os países para promoverem o crescimento económico sustentado e integrador no tempo, bem como o emprego pleno e produtivo, e o trabalho decente para todos.

**7.** Estamos convencidos de que a juventude deve ser um eixo central das instituições e das políticas públicas integradas e integrais da Ibero-América, particularmente das que fomentem a educação, o empreendedorismo e o investimento. A este respeito, comprometemo-nos a participar ativamente em programas e ações que incluam os jovens nessas matérias.

#### **EDUCAÇÃO:**

**8.** Devemos consolidar decididamente a conexão entre educação, empresa e emprego, se queremos que a iniciativa privada tenha o reconhecimento por nós almejado como motor das economias, e do desenvolvimento económico e social dos nossos povos.

**9.** A educação é um eixo essencial do desenvolvimento. Com mais educação é possível melhorar as condições sociais, económicas e culturais dos países. O aumento da cobertura, níveis, e qualidade educativa da população associam-se à melhoria de outros fatores fundamentais para o desenvolvimento e o bem-estar, tais como a produtividade, competitividade, mobilidade social, redução da pobreza, construção de cidadania, identidade social e, conseqüentemente, o fortalecimento da coesão social. A educação, quer pública quer privada, bem como a formação profissional, aprendizagens e estágios nas empresas, desempenham um papel essencial para permitir que os jovens entrem no mercado do trabalho e se desenvolvam na vida adulta. Avizinha-se um novo panorama, com profundas transformações no mundo do trabalho, e é essencial que as empresas, indivíduos e instituições estejam preparados. O traçado das políticas educativas deve abordar de forma muito mais ambiciosa a colaboração com o setor privado, ultrapassando preconceitos ideológicos e de outro tipo, de tal maneira que se garanta que os jovens tenham as capacidades necessárias para o trabalho do futuro. Nesse sentido, os sistemas de aprendizagem devem desenvolver-se de forma decidida e responder ao desenvolvimento das novas profissões relacionadas com as necessidades das empresas, em constante evolução. Para promover e partilhar as melhores práticas nos programas de aprendizagem, destacamos particularmente a Rede Mundial de Aprendizagem (GAN), como um exemplo de sucesso da aliança entre empresas, organizações empresariais e organizações internacionais. A partir do compromisso assumido na Cúpula de Veracruz de 2014, e para que cada uma das nossas organizações apoiasse a Rede, a GAN deu passos importantes na região e comprometeu-se a continuar a apoiar as Redes Locais da GAN estabelecidas em Espanha, Argentina e Colômbia; bem como as que se irão criar proximamente no México e Costa Rica, encorajando o estabelecimento de novas Redes locais na região.

#### **EMPREENDEDORISMO:**

**10.** A promoção das iniciativas empresariais e do emprego independente dos jovens é fundamental para que estes, não só saiam da escola para procurar de trabalho, mas também para que o criem. O empreendedorismo é precisamente uma das variáveis fundamentais do crescimento económico, e deveria reafirmar-se o valor social desse atributo. A ausência de competências específicas, a dificuldade de acesso ao financiamento e aos mercados, bem como a complexa e onerosa regulamentação, podem levar a que o empreendedorismo dos jovens não se concretize, nem se transforme em empregos informais.

**11.** Preconizamos que os Governos adotem as medidas e políticas adequadas para promover as condições necessárias para empreendedorisos inovadores, prósperos e sustentáveis. Para isso, é necessário melhorar a formação dos jovens com as competências e habilidades necessárias para

inovar, fomentar o espírito empreendedor ao longo de toda a vida educativa, garantir o acesso ao financiamento, a inovação e a coordenação intersectorial. É fundamental promover políticas que fomentem o desenvolvimento da economia digital, o fornecimento de serviços de conectividade, e as condições para constituir e desenvolver empresas, incluindo as pequenas e médias empresas: fomentar tutorias e estágios de aprendizagem, criar e aceder às redes, participar nas cadeias de valor das empresas, criar pontos de atendimento ao empreendedor, aligeirar os custos, reduzir os procedimentos prévios ao início da atividade empresarial, simplificar os processos de proteção do conhecimento, e também favorecer uma grande variedade de formas de emprego e incentivos diversos, para que as novas empresas possam empregar uma maior quantidade de jovens.

**12.** Quando o ambiente é favorável, os jovens empreendem e investem em inovação, estimulando a produtividade mediante as dinâmicas da entrada e saída do mercado das empresas, e a inovação das já estabelecidas, promovendo o desenvolvimento económico. Nesse sentido, as organizações empresariais comprometem-se a participar ativamente em programas e ações para promover o empreendedorismo juvenil como meio para criar empresas com sustentabilidade ao longo do tempo.

### **INVESTIMENTO:**

**13.** É evidente que hoje em dia são as empresas as que criam mais emprego, produzem a maior parte dos bens e serviços necessários para melhorar os níveis de vida, e representam a principal parte da matéria coletável que financia os serviços públicos, sendo por isso um dos maiores impulsionadores de crescimento económico.

**14.** O emprego para os jovens não se pode criar diretamente por meio de legislação e os Governos também não podem obrigar os empregadores a investir. É o resultado da atividade empresarial que cria emprego, de modo que os Governos devem concentrar-se em criar o adequado ambiente de investimento. Os Governos devem estudar todas as suas ações e políticas, refletindo sobre se promovem ou impedem o investimento, em diálogo permanente com as organizações de empregadores. Encorajamos os investidores a que participem mais ativamente na região ibero-americana, dadas as condições favoráveis para o crescimento económico e social.

### **OS PRESIDENTES DAS ORGANIZAÇÕES DE EMPREGADORES DA IBERO-AMÉRICA:**

**15.** Lançam um apelo aos Chefes de Estado e de Governo para que, com o apoio da OIT, SEIGIB, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras instituições relevantes, e em consulta com as organizações de empregadores, concebam e implementem políticas públicas que fomentem o emprego juvenil, a educação de qualidade, o empreendedorismo, e um clima de investimento para tornar realidade a Agenda de Desenvolvimento Sustentável e, em particular, consigam reduzir substancialmente, até ao ano 2020, a proporção de jovens que não estão empregados, nem estudam, nem recebem formação (Objetivo 8.6).

**16.** Acordam em promover, através do CEIB, o estabelecimento de um “Observatório Empresarial Ibero-Americano” que efetuará o acompanhamento e a monitorização permanente da situação económica, política, social e, especialmente, profissional, dos países de origem das organizações empresariais ibero-americanas, tendo como parâmetros a Resolução que contém as Conclusões relativas à promoção de empresas sustentáveis adotada na 96ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), que teve lugar em junho de 2007, e os indicadores para o desenvolvimento

sustentável das empresas do Centro de Investigação para o Desenvolvimento (CIDAC), com o apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e do relatório Doing Business, do Banco Mundial. O Observatório tem por objetivo favorecer um enquadramento normativo favorável que permita antecipar os desafios do ambiente económico internacional, e garantir uma base sólida para a sustentabilidade e a criação de novas empresas e empregos, bem como promover a conceção de políticas públicas destinadas a alcançar o desenvolvimento sustentável das empresas e da produtividade como motor fundamental para assegurar o crescimento económico, ajudando os países a atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e contribuir para a redução da pobreza.

## Declaração dos Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas sobre a Situação da Venezuela

Cartagena das Índias, Colômbia, 27 de outubro de 2016

Manifestamos a nossa profunda preocupação pela situação de confrontação política que se vive na Venezuela, que põe em risco a democracia, livre iniciativa empresarial, propriedade privada, e direito de acesso a um trabalho decente. A inexistência da possibilidade de exercício pleno de uma democracia participativa e do Estado constitucional de Direito, com uma separação efetiva dos poderes, reduz o investimento e o crescimento económico e social. Assistimos na Venezuela a uma situação insustentável de perseguição do setor privado por parte do Governo, o que afeta sensivelmente as condições de segurança jurídica para a competitividade, produtividade, investimento, e bem-estar social.

### EM CONSEQUÊNCIA, ACORDAMOS:

- 1.** Efetuar um apelo urgente ao Governo da República Bolivariana da Venezuela para que estabeleça um diálogo social, franco e construtivo com o setor privado que, de forma prioritária, ofereça proteção à propriedade privada, liberdade de associação, livre iniciativa empresarial, e direito ao acesso a um trabalho decente.
- 2.** Enviar o texto da presente Declaração a cada um dos nossos Governos para que estes, por sua vez, instem o Governo da República Bolivariana da Venezuela a dar cumprimento, com caráter urgente, às recomendações e ao plano de ação propostos pela Missão Tripartida de Alto Nível da OIT que visitou o país em janeiro de 2014; recomendações reiteradas nas conclusões emitidas pela Comissão de Aplicação de Normas da 104ª Conferência Internacional do Trabalho realizada em junho de 2015, as quais continuam sem ser acatadas pelo referido Governo.
- 3.** Instar o Conselho de Administração da OIT a que sejam adotadas, na sua próxima reunião que terá lugar no mês de novembro de 2016, todas as medidas possíveis que ainda não se tenham utilizado, dentro dos instrumentos de que dispõe a OIT, para conseguir, finalmente, o respeito pela liberdade de associação, e, em concreto, a livre atividade da FEDECAMARAS e das organizações empresariais

representativas, bem como a reposição do diálogo social tripartido, incluindo, caso se torne necessário, a designação de uma Comissão de Inquérito.

**4.** Solicitar ao Diretor-Geral da OIT que efetue um apelo urgente ao Governo da República Bolivariana da Venezuela para o pleno restabelecimento do diálogo social tripartido na Venezuela, incluindo a FEDECAMARAS, como a mais representativa organização de empregadores.

6.

## X Fórum Ibero-Americano de Governos Locais

San Francisco de Quito, Ecuador, 16 de outubro de 2016

### DECLARAÇÃO DE QUITO

#### “Cidades Sustentáveis e Assentamentos Urbanos para Todos”

Hoje, 16 de outubro de 2016, realizamos este X Fórum Ibero-Americano de Governos Locais na cidade de Quito, ponte entre a Assembleia Geral da CGLU, realizada em Bogotá, e a Assembleia Mundial de Prefeitos/Presidentes de Câmaras Municipais e a Cúpula Mundial HABITAT III, que também se realizará na cidade de Quito.

Efetivamos este Fórum, como em ocasiões anteriores, antes da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que se realizará em Cartagena das Índias de 28 a 29 de outubro de 2016.

Realizamos este Fórum, também, num cenário mundial e ibero-americano onde se reconhece, uma vez mais, o rápido crescimento das cidades (70-80% até 2050) e dos processos de descentralização e desenvolvimento local, situações que apresentam grandes desafios para os governos locais, com luzes e sombras.

Luzes, na medida em que a abordagem da tarefa da gestão pública do território, a partir das suas instituições mais próximas, presenteia a oportunidade de prestar melhores serviços aos cidadãos. Sombras, porque este papel crescente dos governos locais, para assumir poderes e responsabilidades, não é normalmente apoiado por uma transferência dos recursos necessários para o financiamento, por parte do Estado, ou pela criação de sinergias entre os diferentes níveis da administração estadual, para o desenvolvimento de políticas públicas e de estratégias de desenvolvimento nacional em benefício dos cidadãos.

Vivemos num mundo altamente vulnerável aos efeitos e aos impactos das mudanças climáticas, que ameaçam a sustentabilidade humana e a sustentabilidade dos ecossistemas. Vivemos num mundo afetado pela expressão de todo tipo de violências, conflitos armados, violência de género, crime organizado, racismo, exclusão social, xenofobia, intolerância política ou religiosa.

Reconhecemo-nos na extraordinária riqueza do nosso património cultural, que articula nas cidades todas as nossas línguas, todas as nossas histórias, todas as nossas diversidades, todas as nossas identidades, todas as nossas formas de conviver.

Vivemos num mundo onde a raiz dos problemas da vida quotidiana encontra-se a milhares de quilômetros de distância da nossa realidade mais próxima.

A comunidade internacional toma consciência de que é necessário construir um grande consenso, uma grande aliança mundial com novos roteiros, como a expressa nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Nova Agenda Urbana, juntamente com compromissos internacionais vivos, como o da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os governos locais agem impulsionados pelo velho princípio de pensar globalmente e agir localmente. A Nova Agenda Urbana, os ODS, ou os princípios da Declaração dos Direitos Humanos, hoje passam mais do que nunca pela sua “localização”, por uma ação concertada a nível local da cidadania, das suas instituições, e setores privados, concretizando essa parceria para o desenvolvimento no território no Direito à Cidade.

Mas, simultaneamente, as cidades, os governos locais, tomámos a decisão de agir globalmente, de incidir sobre a raiz dos problemas, de influenciar as grandes políticas internacionais e de unir forças para enfrentar melhor estes desafios. Para isto, multiplica-se o trabalho nas redes de cidades e na parceria com organizações internacionais, reivindicando o nosso lugar e o direito de participar nas mesas onde são tomadas as grandes decisões de governança mundial.

Este Fórum reúne líderes locais que representam as suas cidades e suas redes, os territórios onde habitam mais de 650 milhões de pessoas da comunidade ibero-americana. Simultaneamente, contamos com a presença de organizações internacionais convidadas, que reconhecem e apoiam este papel das cidades perante os novos desafios da humanidade.

Aproveitando esta oportunidade e assumindo a responsabilidade por este encontro, este X Fórum Ibero-Americano de Governos Locais quer juntar-se ao grande esforço das cidades ibero-americanas para melhorar as condições de vida dos seus cidadãos e das suas cidadãs, e proclama:

### **1. O municipalismo ibero-americano, a localização dos ODS e a Nova Agenda Urbana.**

A Nova Agenda Urbana e a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável terão um cenário especial nas cidades. A este respeito, os governos locais, pelo seu conhecimento territorial e urbano, pela sua experiência em mecanismos de avaliação, acompanhamento e medição do impacto a nível territorial, e pela sua interação comunitária e organizacional, temos a capacidade de liderar, executar e avaliar a implementação destas novas agendas.

Para isso, necessitamos assumir responsabilidade política, dotarmo-nos de capacidades técnicas e de ferramentas jurídicas adequadas, e tomar consciência desta grande oportunidade. Simultaneamente, as administrações locais precisam de um maior reconhecimento por parte dos governos dos Estados nacionais e das organizações internacionais para gerar recursos próprios e para obter os recursos financeiros necessários para realizar esta tarefa.

Declaramos a nossa forte vontade de progredir e apoiar os processos de descentralização, para melhorar os níveis de autonomia e governança municipal, com a constante melhoria dos processos de participação cidadã e de gerar plataformas de confluência social entre o Estado e a sociedade civil.

É condição imprescindível que esta responsabilidade seja assumida promovendo processos consensuais de participação cidadã, gerando parcerias com a academia, com o setor privado, com as organizações sociais, com os meios de comunicação, com agentes culturais, e com líderes de opinião.

## **2. As cidades enquanto cenários de cultura de paz contra a violência.**

As cidades são cenários nos quais as pessoas procuram progredir num contexto adequado de proteção e segurança face às diversas formas de violência que hoje em dia as assolam. Este Fórum assume a necessidade de estimular a cultura de paz na cidade, promovendo um conceito integral de segurança, entendida como a garantia das necessidades básicas e a responsabilidade, por parte das instituições, de atender as pessoas que não podem cuidar de si próprias.

Neste sentido, o Fórum Ibero-Americano apoia a realização do “Foro Mundial perante las violências urbanas y cultura de paz” que se realizará em Madrid em abril de 2017, bem como todos os esforços convertidos em programas de cooperação que tenham essa finalidade. Da mesma forma, convidamos à criação de uma aliança com o mundo judicial de forma a construir uma nova justiça para uma nova cidade, atualizando os instrumentos jurídicos para garantir a defesa dos direitos humanos nas cidades.

## **3. A cooperação integral entre as cidades.**

As cidades converteram-se em centros de talento, conhecimento e inovação, demonstrando a sua capacidade para encontrar soluções inovadoras para problemas concretos. Isto foi potenciado por meio do intercâmbio de experiências entre cidades e do desenvolvimento de projetos, que têm sido implementados indistintamente, e com êxito, em numerosas áreas urbanas. Isto demonstra que a cooperação internacional e o conhecimento urbano partilhado são “chaves” para melhorar as nossas urbes.

Por isso, este Fórum apoia a criação de programas de “cooperação integral” entre as cidades, programas que envolvam a capacidade de inovação e boas práticas, não somente das suas áreas de governo, mas também das suas expressões de cidadania, setor privado ou tecido académico, com o objetivo de fazer da cooperação uma política pública sentida e partilhada através da cidadania. Para isso, apelamos aos governos nacionais e aos organismos internacionais para que apoiem com recursos esta tarefa, encarando-a como uma oportunidade complementar às suas próprias agendas na procura do desenvolvimento sustentável.

## **4. O municipalismo ibero-americano no cenário internacional: Construção da unidade na diversidade.**

A unidade do municipalismo ibero-americano, através de suas redes, é fundamental para se ganhar força nos cenários internacionais, tanto no que diz respeito à integração regional, quanto a nível mundial. Nos últimos anos, cresceu a participação dos governos locais em diversas redes de âmbito temático ou territorial, dando força a um rico tecido de intercâmbio e incidência, mas tornando simultaneamente complexa a sua articulação coordenada. Nesse sentido, este Fórum saúda os progressos alcançados pela plataforma latino-americana de diálogo “CORDIAL”, na qual participaram redes promotoras deste Fórum, e que fortalecem uma voz unida e simultaneamente plural, noutros cenários, como o da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), e encorajam a exploração do desenvolvimento de uma agenda comum.

## **5. As cidades nos cenários da integração ibero-americana.**

O Fórum Ibero-Americano de Governos Locais tem uma longa trajetória que começou há 10 anos com a celebração do I Fórum, na cidade de Montevideú. Já nessa ocasião o Fórum recomendava:

“O estabelecimento de uma relação formal e permanente entre o Fórum Ibero-Americano de Governos Locais e as Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, bem como outras instâncias da Conferência Ibero-Americana, para que os governos locais participem ativamente da construção da agenda ibero-americana através da criação de ligações a diferentes níveis do espaço ibero-Americano e, particularmente, com a Secretaria-Geral Ibero-Americana.”

Por isso, o Fórum foi reconhecido na Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de Santiago, no Chile, em 2007, como parte integrante da Conferência Ibero-Americana. Sendo, portanto, desejo do Fórum o de continuar a colaborar, a partir da perspectiva das cidades ibero-americanas, com sua visão particular e privilegiada sobre todos os temas que envolvem a vida pública e o bem-estar dos cidadãos ibero-americanos, decidiu criar uma Secretaria Permanente destinada a manter o fio condutor e a memória entre os eventos.

## **6. Juventude, educação e empreendedorismo**

A XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo prepara-se para abordar como temáticas prioritárias a “Juventude, Educação e Empreendedorismo.” Os governos locais ibero-americanos juntam-se à convicção de que não será possível conquistar os ODS e construir uma agenda urbana que consolide o Direito à Cidade sem promover programas de educação e empreendedorismo que tenham como protagonista a juventude ibero-americana. Neste sentido, este Fórum congratula as propostas que promovem a economia social e solidária dirigida aos jovens, e as iniciativas de colaboração entre universidades, como é o caso da União Ibero-Americana de Universidades.

Estamos conscientes da necessidade de criar melhores condições para garantir a participação plena e real dos jovens nas vertentes política, social e cultural e, por isso juntamo-nos à proposta de um Pacto Ibero-Americano de Juventude, que será aprovado pela XXV Cúpula Ibero-Americana de Cartagena das Índias, comprometendo-nos a trabalhar juntamente com outras instâncias em prol da promoção dos programas de Mobilidade Acadêmica Ibero-Americana.

Enquanto Fórum de Governos Locais Ibero-Americano, estamos também convencidos da importância de que elas e eles possam aceder ao conhecimento e a um mundo laboral produtivo e competitivo em condições de igualdade e de qualidade, de forma a assegurar o seu pleno desenvolvimento.

Queremos comprometermo-nos, enquanto governos locais, a contribuir para políticas de Estado que permitam oferecer uma educação universal, inclusiva, plural e de qualidade, em benefício dos educandos e, simultaneamente, do desenvolvimento das nossas sociedades.

Desejamos continuar a implementar, a partir das cidades, políticas integrais que favoreçam a criação de emprego juvenil e de espaços para o empreendedorismo, inovação e criatividade dos jovens.

## **7. A comunicação, pilar fundamental para o desenvolvimento**

As cidades fazem, constroem, protegem, fabricam, inventam, mas contam com poucos meios para comunicar, dar vida, a tudo aquilo de positivo que são capazes de criar. A aliança com os meios de comunicação é fundamental para tornar mais eficaz o compromisso a favor do bem-estar da cidadania.

Por essa razão, este Fórum apela às agências internacionais e nacionais de notícias para que incrementem a sua atenção pelo trabalho dos governos locais, ampliando a sua cobertura de

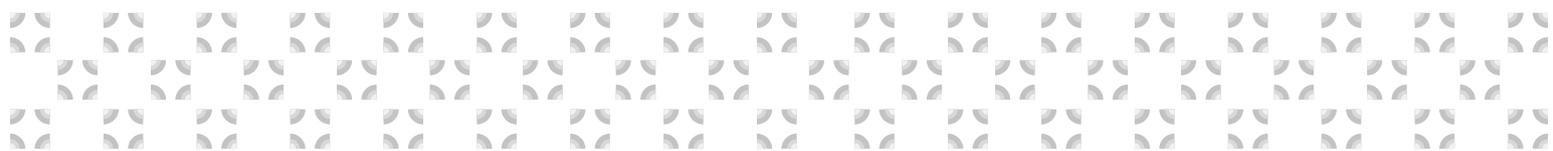
notícias. Apela igualmente aos governos locais ibero-americanos, para que se munam de ferramentas próprias que sejam a voz da cidade, e saúda o projeto de criação da Agência de Notícias das Cidades Ibero-Americanas, enquanto voz própria e caixa de ressonância das melhores práticas locais das cidades e suas redes.

O desafio do desenvolvimento sustentável, do bem-estar material e espiritual da cidadania ibero-americana necessita de governos locais sólidos que sejam capazes de gerar concertação entre os atores do território. Este X Fórum Ibero-Americano de Governos Locais proclama o seu compromisso de continuar a trabalhar com essa finalidade, e decide voltar a reunir-se na XI sessão, pendente de acordo em coordenação com outros intervenientes da Conferência Ibero-Americana.



V.

# Fortalecimento da Cooperação Ibero-Americana



# 1.

## Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana 2015-2018

Em 2015 iniciou-se o processo de elaboração do primeiro Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana, PACCI 2015-2018, que foi aprovado pelos/as Responsáveis de Cooperação em julho, e pelos/as Ministros/as das Relações Exteriores em dezembro de 2015, juntamente com o Programa Operacional Anual 2016.

O PACCI desenvolve a Estratégia da Cooperação Ibero-Americana e define as diretrizes e prioridades a médio prazo para o Sistema da Cooperação Ibero-Americana e para todos os seus intervenientes. Este Plano Quadrienal tem como referência imediata o Documento “Áreas Prioritárias para a Cooperação Ibero-Americana” onde foram definidas as novas linhas de trabalho para a Cooperação Ibero-Americana, tendo as áreas prioritárias sido concentradas em três Espaços: Conhecimento, Coesão Social e Cultura, bem como os documentos decorrentes da XXIV Cúpula Ibero-Americana de Veracruz. Nele se estabelece um número limitado de objetivos e resultados mensuráveis a alcançar neste período de tempo, e se integram dois novos componentes transversais, o fortalecimento da CI e a Cooperação Sul-Sul.

Em 2016 foram revistas e atualizadas as linhas de ação do PACCI 2015-2018 de forma a se incorporarem os mandatos adicionais decorrentes da XXV Cúpula Ibero-Americana de Cartagena das Índias.

**Link para o documento:**

<https://issuu.com/segibpdf/docs/maqueta-pacci-2015-2018-trilingue-w?e=18375375/30146893>

a partir da pg 32.

## 2.

# Manual Operacional dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos

Os/as Responsáveis de Cooperação concordaram rever o Manual Operacional em vigor para o poder adaptar ao novo contexto internacional e ibero-americano, ajustando alguns procedimentos não explicitados, fixando critérios comuns de gestão e acompanhamento, e facilitando instrumentos de apoio para a promoção da qualidade, eficácia, eficiência e coerência dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos (PIPA).

O novo Manual Operacional dos PIPA foi aprovado na Reunião de Ministros/as das Relações Exteriores Ibero-Americanos que teve lugar na cidade de Nova Iorque, no dia 21 de setembro de 2016, tendo sido posteriormente incluído na Resolução de Cartagena das Índias sobre a Conferência Ibero-Americana.

**Link para o documento:**

<http://segib.org/wp-content/uploads/Manual-Operacional-dos-Programas-Iniciativas-e-Projetos-Adscritos-da-Coopera----o-Ibero-Americana.pdf>

### 3.

## Processo de Planificação da Cooperação Ibero-Americana e Diretrizes para a elaboração do Programa Operacional Anual 2017

Na Reunião de Ministros/as das Relações Exteriores Ibero-Americanos, que teve lugar na cidade de Nova Iorque, no dia 21 de setembro de 2016, foi aprovado o documento “Processo de Planificação da Cooperação Ibero-Americana e Diretrizes para a elaboração do Programa Operacional Anual 2017”, que foi posteriormente incluído na Resolução de Cartagena das Índias sobre a Conferência Ibero-Americana.

O documento é um instrumento de gestão que harmoniza o novo caráter bienal das Cúpulas de Chefes/as de Estado e de Governo da Ibero-América com a planificação estratégica a médio prazo da Cooperação Ibero-Americana. Estabelece o procedimento para a elaboração e aprovação dos sucessivos Planos de Ação Quadrienais e dos Programas Operacionais Anuais, com base na aprendizagem do processo de elaboração do PACCI 2015-2018 e do POA 2016. No final do documento encontra-se o Roteiro acordado para a elaboração e aprovação do Programa Operacional Anual 2017.

**Link para o documento:**

<http://segib.org/wp-content/uploads/Processo-de-Planifica----o-da-Coopera----o-Ibero-Americana-e-Diretrizes-para-a-elabora----o-do-Programa-Operacional-Anual-2017.pdf>



Andorra Bolívia Colômbia Cuba R. Dominicana El Salvador Guatemala México Peru Panamá Uruguai  
Argentina Brasil Costa Rica Chile Equador Espanha Honduras Nicarágua Portugal Paraguai Venezuela

